

série  
**textos  
didáticos**

ISSN 1980-5292

# ESTUDOS CULTURAIS

ANO III - Vol. 4 - Nº 01



Marinalva Vilar De Lima  
Michelly Pereira de Sousa Cordão  
Organizadoras

 **EDUFCG**

 **EDUFCG**

# ESTUDOS CULTURAIS

SÉRIE TEXTOS DIDÁTICOS

ANO III—VOL. 04—N° 01

MARINALVA VILAR DE LÍMA

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

(ORGANIZADORAS)

# ESTUDOS CULTURAIS

SÉRIE TEXTOS DIDÁTICOS

ANO III—VOL. 04—Nº 01



CAMPINA GRANDE- PB

2013

© RESERVADOS AOS AUTORES/ORGANIZADORES  
TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À EDUFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

E82 Estudos Culturais / Marinalva Vilar de Lima, Michelly Pereira de Sousa  
Cordão (Organizadoras). – Campina Grande: EDUFCG, 2013.  
144 p. : il. – (Série Textos Didáticos ; Ano 3, Vol. 4, n. 1)

ISSN 1980-5292

1. História da Cultura. 2. Sociedade Moderna e Contemporânea.  
3. História do Brasil. I. Marinalva Vilar de Lima. II. Michelly Pereira de  
Sousa Cordão. III. Título. IV. Série.

CDU 930.85

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG

[editora@ufcg.edu.br](mailto:editora@ufcg.edu.br)

Prof. Dr. José Edílson Amorim  
**Reitor**

Prof. Vicemário Simões  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves  
**Diretor Administrativo da Editora da UFCG**

Yasmine L. F. de Lima  
**Editoração Eletrônica/Capa**

**CONSELHO EDITORIAL**

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)

Benedito Antônio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

Janiro da Costa Rego (CTRN)

Leonardo Cavalcanti de Araújo (CES)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)

Rogério Humberto Zeferino (CH)

Valéria Andrade (CDSS)

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. (...). Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecido, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.

(Walter Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura*, 1993, p. 205)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>09</b>
MARCOS ANTÔNIO DA SILVA	
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
MARINALVA VILAR DE LIMA	
<b>1 POR UMA HISTÓRIA (CULTURAL) DO ROCK 'N' ROLL .....</b>	<b>15</b>
ELTON JOHN DA SILVA FARIAS	
<b>2 "CRUZ DA MENINA": A MORTE DE UM CORPO E O SURGIMENTO DE UM MITO .....</b>	<b>33</b>
JEAN FRANÇOIS DE FIGUEIREDO SIRINO	
<b>3 MULHERES "IMORAIS", "DESORDEIRAS" E "DESVIANTES": JO- GOS DISCURSIVOS DA IMPRENSA.....</b>	<b>53</b>
GILMÁRIA SEVERIANO RAMOS	
<b>4 LUGAR APENADO: ESPACIALIDADE, RELAÇÕES DE PODER E I- DENTIDADES PRISIONAIS .....</b>	<b>69</b>
HELMANO DE ANDRADE RAMOS	
<b>5 O ROMANCE DE CÂMARA CASCUDO: UMA LEITURA DE "CANTO DE MURO .....</b>	<b>79</b>
IVONE AGRA BRANDÃO	
<b>6 IDENTIDADE E ALTERIDADE NAS NARRATIVAS DE VIAGEM DE AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE.....</b>	<b>95</b>
MARINALVA VILAR DE LIMA	
<b>7 O GOVERNO "HÍBRIDO" DE LULA: POLÍTICAS NEOLIBERAIS E ASSISTENCIALISTAS .....</b>	<b>109</b>
MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO	
<b>8 A POESIA ENQUANTO ESPAÇO DE CIDADANIA CULTURAL .....</b>	<b>128</b>
SEVERINA DAVI DE SOUZA NETA	
<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>141</b>

## PREFÁCIO

### A HISTÓRIA BEM PESQUISADA

A experiência da pesquisa em História no Brasil, desde meados do século XX, tendeu a se associar crescentemente aos espaços universitários. Foi uma significativa mudança em relação às tradições de formação e investigação em História entre nós, desde o século XIX. Até os anos 30 do século passado - e mesmo depois, embora em escala decrescente -, os historiadores brasileiros eram formados na condição de escritores dotados de uma erudição específica: o trato com documentos de época e arquivos, a leitura de escritos teóricos e filosóficos sobre sua área de interesse. Não é ocasional que tantos de nossos historiadores mais importantes foram para a Academia Brasileira de Letras (ou suas congêneres estaduais) e que obras primas da literatura nacional, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, se tenham originado de densa reflexão histórica. A inexistência de cursos universitários de Ciências Humanas (ou, mais genericamente, de Letras) no país, até à década assinalada, fazia com que muitos historiadores se formassem em áreas humanísticas como Direito ou Estudos Religiosos (seminários católicos), além de tantos que eram provenientes de campos de conhecimento diversificados, marcados por diferentes interesses humanísticos - Engenharia, Medicina, Estudos Militares (academias do Exército, especialmente).

Esse quadro começou a sofrer alterações desde os anos 30 do século XX. Três dos mais importantes inovadores no campo brasileiro de conhecimento histórico naquele momento - Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. - tiveram formações acadêmicas originalmente em áreas humanísticas conexas (Antropologia no caso do primeiro autor, Direito nos outros), desdobradas em estudos complementares específicos: Buarque de Holanda na Alemanha, Prado Jr. em São Paulo. O último historiador já possui articulações com a recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, onde Prado Jr.

chegou a conviver com Fernand Braudel, autor francês pioneiro na criação da FFCL/USP e que, depois, resenharia o clássico *Formação do Brasil contemporâneo* nas páginas da prestigiada revista *Annales*.

Freyre, Buarque de Holanda e Prado Jr. deram início ao estilo mais habitual de formação e prática de pesquisa na área de História entre nós, associadas à universidade. É claro que, durante décadas, as modalidades anteriores de formação e prática de pesquisa ainda se manteriam. Freyre e Buarque de Holanda preservaram a tradição de escrever História em grande estilo literário. Intelectuais com formações diversas geraram obras muito significativas, como podemos observar em Nelson Werneck Sodré (militar), Raymundo Faoro (jurista) e nosso contemporâneo Evaldo Cabral de Melo (diplomata). Mas a tendência foi se tornarem exceções num universo de profissionais formados diretamente em História e atuantes nesse campo universitário de saber.

Certamente, a pesquisa universitária, em História, demorou a se ampliar para diferentes espaços do território brasileiro. Até à década de 70 do século XX, as pós-graduações na área se concentravam mais em São Paulo e Rio de Janeiro, com expansões para outras regiões (o doutorado na Universidade Federal do Paraná, o mestrado e depois doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, por exemplo). Os Institutos Históricos e Geográficos ainda desempenhavam função central para a pesquisa histórica e a preservação de documentos de época em muitos estados brasileiros, tarefa que, depois, compartilhariam com as universidades e os arquivos públicos criados ou ampliados.

A partir dos anos 70/80, um novo papel da pós-graduação em História se consolidou no Brasil. O número cada vez maior de mestrandos e doutorandos assumiu visível importância nos quadros da pesquisa histórica entre nós, a ponto de a ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História) ser palco de acirrada disputa pela abertura de seus quadros à presença daqueles novos historiadores. Desde então, consolidaram-se os quadros docentes universitários de História pós-graduados e, mais recentemente, mestrados e doutorados na área em todo o território

nacional, quer por iniciativa de diferentes grupos acadêmicos locais, quer pela associação entre programas consolidados e universidades mais recentes – os mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER), patrocinados pela CAPES. E essa dinâmica se desdobrou também para as graduações em História, crescentemente comprometidas com a pesquisa (Iniciação científica e projetos similares). A publicação de periódicos especializados, coletâneas e obras individuais acompanhou essa dinâmica, confirmando a tendência à descentralização da pesquisa história entre nós e o peso cada vez maior da universidade no processo.

É nesse universo que podemos apreciar e saudar a publicação destes “Estudos culturais”, novo volume da série “Cadernos textos didáticos”, pela Universidade Federal de Campina Grande. Ela evidencia a solidez de uma graduação e de um mestrado em História, ainda recentes, mas já capazes de gerarem pesquisa original e atualizada. A própria opção pelo campo de Estudos culturais é um sinal de diálogo com tendências nacionais e internacionais da pesquisa nessa área – vale lembrar que o Grupo de Trabalho de História da ANPUH promove, a cada dois anos, um concorrido encontro de pesquisadores desse universo de debate.

Os textos reunidos, dotados de qualidade intelectual apreciável e reveladores de esforço empírico e interpretativo, abordam equitativamente campos temáticos de História regional e local (Sirino, Severino, Ramos e Brandão), História nacional (Cordão) e História internacional (Faria e Lima): se a atenção ao local e regional é sempre necessária para qualquer centro universitário de pesquisa, os diálogos com o nacional e o internacional reafirmam a condição universal do conhecimento produzido, fazendo-nos lembrar, ainda, que cada uma dessas instâncias existe sempre em articulação com as demais.

As problemáticas de conhecimento abordadas, por sua vez, abrangem um leque que vai da cultura pouco visível enquanto tal (Faria, Sirino, Severino e Ramos) à análise de autores clássicos (Brandão e Lima) e à discussão da política institucional (Cordão).

A publicação deste volume, portanto, deve ser recebida com alegria pelas conquistas de conhecimento que ele já demonstra e, também, como um desafio para professores e alunos da UFCG e de outras entidades semelhantes: novas iniciativas dessa natureza devem ser encaradas como produtos de primeira necessidade para a pesquisa histórica brasileira.

São Paulo, 07 de outubro de 2008

Marcos Silva

## APRESENTAÇÃO

Em 2005 nascia na UFCG o Grupo de Estudos Culturais. Acontecimento que possibilitou construir e acumular discussões sobre teoria e metodologia da História em articulação com os interesses de pesquisa de cada um de seus componentes. Grupo de voluntários, constituído, quase que exclusivamente, por estudantes do curso de graduação em História que se reuniram, pelo menos, uma vez por semana durante três anos (2005-2007). No transcorrer do trajeto muitos foram os estudantes-pesquisadores que lá se fizeram presentes, alguns em caráter de permanência, outros como “curiosos” na busca de um espaço com que estabelecessem sentimento identitário.

Mimetizemos seus nomes, pois as pessoas, talvez mais que as coisas, precisam ser nomeadas e, mesmo, marcadas com os signos que as representam para não serem olvidadas, como belamente nos ensinou Gabriel Garcia Márquez. Assim, temos que, o núcleo inicial e permanente foi constituído por Michelly Pereira de Sousa Cordão, Lauriceia Galdino dos Santos, Ivone Agra Brandão, Elton John da Silva Farias, Robson Victor de Araújo, Fabiana Silveira, Rômulo Henrique Andrade Silva, Vanessa Costa de Macedo, Jean François Figueiredo Sirino, Camila Martins de Freitas; contou com as participações e contribuições de Gilmária Salviano Severino, Chyara Charlote Bezerra Advíncula, Wagner Geminiano, Denílson Albuquerque, Paulo Eduardo Carvalho Silva, Evangley de Queiroz Galdino, Shirlyne Costa Querino, núcleo que participou de forma assídua, mas que por variados motivos (término do curso e deslocamento para outra cidade para cursar mestrado, término do curso e inserção no mercado de trabalho, busca de outras leituras, etc) se afastou das atividades cotidianas do grupo; os alunos Allison Luna e Adj Jefferson Vieira Alves da Silva entraram depois e se mantiveram como membros permanentes do grupo até o período em que suas atividades foram suspensas (início de 2008). Em face de o Grupo ser caracterizado como espaço de discussão em que, “todo e qualquer um” (estudante universitário, pesquisador, professor), podia assistir/participar de suas atividades, contou-se com uma

considerável lista de alunos que participaram mais esporadicamente; nesse hall lembramos dos nomes de Fernanda Pinto, Jean Paul Gouveia Meira, Muriel Oliveira Diniz, André Luiz Almeida Ouriques, Gustavo Henrique Silva, Andrey Willy Carvalho, Hallyson Alves Bezerra, Flávio André Alves Brito, Lais Medeiros Cavalcante, Naine Cavalcanti de Oliveira e Harriet Karolina Galdino dos Santos. Contou-se, também, com participações mais pontuais e, mesmo, massivas nos eventos organizados pelos integrantes permanentes do grupo, cabendo aqui destacar os I, II e III saraus culturais – Sarau cultural: helenístico e muçulmano, ocorrido em 19 de maio de 2006; Sarau cultural: da antiguidade ao medievo, realizado em 11 de maio de 2007; Sarau cultural: a belle époque parisiense, em 21 de setembro de 2007 - e o Seminário Temático (dezembro de 2007 a fevereiro de 2008).

Os ensaios que seguem são os frutos das interlocuções feitas no grupo, ainda que não possamos ter a pretensão de limitá-los àquelas.

Roger Chartier, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Robert Darnton, Clifford Geertz, E.P.Thompson, Raymund Williams, Michel Foucault, autorizaram a maior parte das discussões teórico-metodológicas focalizadas pelo grupo. Pesquisadores que apresentam múltiplas leituras das sociedades que problematizam. Suas concepções foram manipuladas nos debates presenciais do grupo, mas, o foram, também, nos ensaios que seguem, a fim de legitimar as falas dos articulistas na seara dos estudos históricos.

O desejo é, sem dúvida, nessas linhas que pretendem apresentar os trabalhos, reconhecer o esforço de cada um dos articulistas, como também, dos demais interlocutores que, implicitamente, estão presentes no material aqui sistematizado. Entendendo que outros frutos serão colhidos nesse pomar que nos acostumamos a frequentar e que atende pela alcunha de Grupo de estudos culturais da UFCG.

Marinalva Vilar de Lima  
São Paulo, 07 de outubro de 2008

# 1 POR UMA HISTÓRIA (CULTURAL) DO ROCK 'N' ROLL

Elton John da Silva Farias

Era uma vez, na cidadezinha de Pinner, localizada no condado inglês de Middlesex, um rapaz tímido, não exatamente bonito, filho de Stanley Dwight, um renomado piloto-líder da RAF – Força Aérea Britânica.

Nascido dois anos após o término oficial da Segunda Guerra Mundial, numa Inglaterra em reconstrução, Reginald Kenneth Dwight cresceu como qualquer garoto e enfrentou muitos problemas que vários outros meninos da mesma idade costumam vivenciar: passou toda sua infância e boa parte da adolescência tendo problemas de relacionamento com seu pai, que, por sua vez, tentou criá-lo nos mais rigorosos moldes do vitorianismo<sup>1</sup> inglês e discipliná-lo (ou ao menos tentar), para honrar e manter a tradição da família Dwight e os “bons costumes” conservadores, típicos de ingleses “refinados”. A vigilância do seu pai era tamanha que Reginald tinha como único e maior apoio o colo amigo de sua mãe que, sempre que podia, criava, através de ações táticas<sup>2</sup>, formas de burlar as ordens do marido, permitindo ao seu filho um maior conforto e oferecendo-lhe um caminho para esquecer ou amenizar os traumas constantes que o seguiam, devido às várias brigas e discussões que o casal, nas poucas vezes que se via, realizava.

---

<sup>1</sup> Entende-se por vitorianismo, uma maneira de pensar e agir, predominante no século XIX, que tinha como maiores princípios, a “ordem” e a “decência”. Como disse o autor James Lincoln Collier, “os bons vitorianos tomavam pouca bebida alcoólica ou nenhuma, procuravam, ou pelo menos tentavam, restringir o sexo ao leito conjugal, desaprovavam qualquer tipo de dança, mesmo as mais decorosas, franziam o cenho praguendo contra a nudez e contra até mesmo as lutas de boxe e a falta de higiene. As mulheres governavam dentro de casa, mas não fora dela, e as crianças eram educadas para ser bons vitorianos”. Cf. COLLIER, James Lincoln. *A inevitabilidade do jazz nos Estados Unidos*. In: *Jazz: a autêntica música americana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 11.

<sup>2</sup> Sobre o debate acerca das táticas e estratégias, ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

Os anos iam passando e, ironicamente, com o mesmo pai que lhe era indiferente, o menino tinha aprendido a tocar piano<sup>3</sup>. Mesmo com restrições e imposições, o pai de Reginald (que além de piloto era trompetista) tinha lhe ensinado muito bem a tocar esse instrumento e, por causa de tal aprendizado, o garoto descobriu que poderia tocar razoavelmente bem e, além disso, conseguia agradar e entreter alguns amigos e convidados de Stanley, sempre que o conviesse. O seu pai sabia o que tinha em mãos, mas obrigava o garoto a tocar apenas músicas clássicas ou sucessos de artistas como Frank Sinatra, Rose May Clooney, Frankie Laine, Guy Mitchell, Kay Star, Bill May, Eddie Fisher, entre outros. Isso, ao mesmo tempo em que alegrava, constrangia Reginald que, por influência da época, começava a tomar novos rumos para seu gosto musical particular, coisa que seu pai nunca chegaria a entender.

Já estávamos em meados da década de 1950 e o rock 'n' roll dava suas primeiras engatinhadas no mundo da música popular. Esse ritmo diferente e inovador encantava, cada vez mais, os sonhos do jovem Reginald e, por consequência, o distanciava mais ainda de seu pai. Com o rock 'n' roll, o garoto despertava anseios e vontades que chegavam a desligá-lo, um pouco, de todos os problemas que enfrentava em casa. Muitas vezes, sem que o pai pudesse saber, o garoto passava horas em frente ao espelho do banheiro pensando ser um famoso astro do rock 'n' roll, algo como sonhar em ser Elvis Presley, Little Richard ou Jerry Lee Lewis. Apesar de ter entrado, aos onze anos, na Academia Real de Música para estudar música clássica, o garoto não se esquecia de seu grande sonho.

Alguns anos depois, após a separação dos pais, algumas tentativas frustradas de formar uma banda, muitas mudanças, certas alegrias, tristezas e várias decepções tomaram conta da vida deste complexado garoto que, aos poucos, ia vendo seu sonho tomar formas: depois de ter entrado para tocar piano em uma banda não

---

<sup>3</sup> O garoto ainda teria aulas de piano com uma professora local, conhecida apenas pelo nome de Mrs. Jones.

muito bem sucedida de blues-jazz, chamada *Bluesology*, certo dia, Reginald folheia o jornal *New Musical Express* e vê um anúncio da *Liberty Records* à procura de novos talentos. Por força do destino ou não, viria conhecer aquele que se tornaria seu melhor amigo e colega de trabalho: o letrista Bernard Taupin. Depois de escreverem vinte canções sem nunca terem se visto, apenas com trocas de correspondências, os dois finalmente chegam a se conhecer e Bernard é convidado a ir morar com Reginald e a mãe dele. Tendo aceitado o convite, Bernard passa a conviver mais diretamente com o trabalho da dupla, o que permitiu que os dois dessem início a uma carreira que, algum tempo depois, os tornaria, em especial Reginald, uma das maiores referências de cantores/compositores da música popular contemporânea.

Como músico, Reginald, ao lado de Bernard, nos deu e continua a dar contribuições muito significativas para a História: como pessoa, ele sofre, ama, é feliz, vive, reproduz sentimentos e como um artista/autor, representa em suas músicas práticas cotidianas, costumes, protestos, (re)construções discursivas, críticas a estruturas político-normativas. Com suas melodias, ele diverte pessoas, fazendo com que essas se excitem emocionalmente, de “dor ou alegria”<sup>4</sup>; enfim, Reginald nos conta várias histórias – e ele não precisaria de todo o sucesso e a aclamação que tem para fazê-lo!<sup>5</sup>

Como todo ser humano, ele é único e peculiar, quase atômico<sup>6</sup>, no sentido literal da palavra, e, ao mesmo tempo, ele pode ter

---

<sup>4</sup> Cf. NAPOLITANO, Marcos. *A constituição de uma forma musical e de um campo de estudos*. In: História & Música, História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002, p. 11.

<sup>5</sup> Este rapaz de nome Reginald viria, anos depois, a se tornar o famoso Elton John. Cf. MOREIRA, Vera Lúcia. *Torre de Babel: a vida de Elton John e Bernie Taupin*. São Paulo: Xisma Editora, 1986. Um trabalho acadêmico bastante interessante, que tem Elton John como principal objeto de estudo, é: SANTANA, Valéria de Castro. *Children of the Revolution: o Glitter Rock de Elton John (a obra, os artistas, o público)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002 (dissertação de mestrado).

<sup>6</sup> A palavra *átomo* significa, em sua etimologia, aquilo que não pode ser dividido, *a:* não / *tomo:* que pode ser dividido.

várias facetas e estar mudando como pessoa constantemente, exprimindo, portanto, vontade própria e uma vida que se torna, por si só, histórica. Como qualquer outro indivíduo, ele pode ser entendido como um camaleão, alguém que constantemente se adapta ao ambiente que vive e relaciona-se em sociedade da maneira que o convém, dependendo das circunstâncias; o que nos leva a uma condição de seres imprevisíveis, circunstanciais, momentâneos, que têm uma existência, uma história. De fato,

[podemos] ainda recordar as tardes úmidas  
Quando éramos envergonhados e simplesmente crianças.

Mas você tem criado os seus próprios fantasmas  
E você deve ter mais do que deve esconder  
Oh, camaleão, você está escondendo seu caminho por dentro dos meus olhos.

Sem sombra de dúvida, você é um demônio,  
Você é um demônio disfarçado

Você realmente me mudou, ou eu estou ficando louco?  
Camaleão, Camaleão, Camaleão, você é livre novamente minha criança.<sup>7</sup>

Da mesma forma que eu, Reginald, Bernard e até você, leitor, todos temos alguma história para contar, para que possamos nos sentir humanos, para que nossa memória não “morra” e para nos apresentarmos aos outros. Seja ela tida como verdadeira ou não, qualquer narrativa pode ser histórica, ou seja, é passível de compreensão e contextualização espaço-temporal: desde a narrativa do mais famoso artista, até a do mais esquecido mendigo de rua. Por-

---

<sup>7</sup> “And I can still recall wet afternoons / When we were small and simply childish / But you've created your own ghost / And the need you have is more than most to hide it / Oh, Chameleon, you're stealing your way back into my eyes / Beyond a shadow of a doubt you're a devil / You're a devil in disguise / Do you really change me, or am I going crazy? / Chameleon, Chameleon, Chameleon, you're free again my child”. Trecho da canção “Chameleon”, de autoria de Elton John e Bernie Taupin, inserida no álbum Blue Moves, de 1976.

tanto, da mesma forma que disseram Reginald e Bernard, “*assim como nós, você deve ter tido, ao menos, um era uma vez...*”<sup>8</sup>.

### POR QUE ESTUDAR O ROCK ‘N’ ROLL?

Durante muito tempo, pensou-se escrever a História a partir de uma visão positivista que enaltecia os ditos personagens históricos (políticos) mais importantes que teriam deixado uma grande influência ou um feito de expressiva importância para o lugar em que nasceram ou até mesmo para o mundo. Este tipo de historiografia dita metódica ou positivista, considerava apenas as grandes personagens e as fontes documentais de cunho oficial que nos mostrariam a “verdade” dos fatos e tudo aquilo da “exata forma com que aconteceu”.

Talvez os dois principais pensadores que seguiram, cada um a sua maneira, esta linha historiográfica foram Leopold von Ranke e August Comte. Ranke, tentando estabelecer um método científico, entendia a história de forma a privilegiar os tempos históricos buscando, geralmente, soluções no passado para responder aos problemas do presente, como também, procurando aprender a partir desses; com isso, poderia enaltecer a história da nação e de seus grandes políticos. Já o positivismo de Comte, buscava a verdade absoluta e a instituição de um caráter científico para os acontecimentos históricos, com respostas prontas e objetivas para os problemas da História, espelhando-se na lógica das “ciências exatas”, tais como a matemática, a física, a química, etc. Além disso, sustentava a ideia, da mesma forma que Ranke, de uma história voltada para um viés político e para a preservação da memória dos grandes homens que, a seu ver, fizeram a história (política)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> “*And just like us / You must have had / A Once Upon a Time...*” Trecho da canção “*Curtains*”, de autoria de Elton John e Bernie Taupin, inserida no álbum *Captain Fantastic and the Brown Dirt Cowboy*, de 1975.

<sup>9</sup> Para entender melhor esse debate historiográfico, Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Clio e a grande virada da história*. In: História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica Edi-

Uma certa historiografia marxista costumava estudar “*uma história dos movimentos sociais, em que, particularmente, eram estudados o proletariado industrial, com suas [eternas] lutas de classes, bem como a formação do partido e do sindicato [...] para uma análise das condições em que se davam a dominação e a resistência*”<sup>10</sup>, privilegiando uma análise histórica a partir da noção de luta de classes, que privilegia as revoltas sociais, de modo a classificar indivíduos e homogeneizá-los, agrupando-os e entendendo-os a partir de seus interesses coletivos. De onde, teríamos a constante luta entre capitalistas e proletários para colocá-los em um embate ideológico que se configuraria a partir da constituição de dois grupos: dominante e dominado.

Até então, os escultores da musa Clío<sup>11</sup> restringiam as fronteiras e as possibilidades que esta nos oferece e terminavam por ditar o que *deve ser* e o que *não deve ser* considerado História, focalizando sua área de estudo a apenas um grupo seletivo de temáticas que eram definidas como as “verdadeiras” formas de escrever a História. Por volta da década de 1930, na França, um grupo de historiadores funda uma escola historiográfica, chamada Escola dos *Annales*, que, com suas ideias inovadoras, vigorou como uma revolução para a historiografia, principalmente em suas duas primeiras gerações<sup>12</sup>. Mas, mesmo assim, essa escola abriu um espaço bem

---

tora, 2003, p. 10; Cf. REIS, José Carlos. *A escola metódica, dita “positivista”*. In: *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996, p. 11-25.

<sup>10</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op., cit., p. 11; Para complementar as informações e o debate Cf. REIS, José Carlos. *O marxismo*. In: Op., cit., pp. 40-53.

<sup>11</sup> Uma referência metafórica à palavra História.

<sup>12</sup> As duas primeiras gerações da Escola dos *Annales* podem ser rapidamente definidas: a) a primeira geração, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, se caracterizou pela “introdução” do conceito de mentalidades na pesquisa histórica. Como forma de criticar as tradicionais escolas – positivista metódica e marxista –, a primeira geração dos *Annales* passa a entender que a consciência, a memória e as representações coletivas compõem também o corpo da História, não só as relações políticas e econômicas, abrindo com isso, mesmo que ainda timidamente, espaço para a cultura em suas abordagens; b) a segunda geração, ou a “Era de Braudel”, pode ser vista, por alguns, como uma “descontinuidade” da “revolução” dos *Annales*. Braudel enfatizava a importância da interligação entre His-

maior para as análises históricas acerca dos níveis econômico e social de entendimento das sociedades<sup>13</sup> e relegou a cultura a uma zona periférica e a uma instância “inferior” para as suas preocupações acadêmicas.

A partir da década de 1970, na terceira geração dos *Annales*, principalmente com Jacques Le Goff, é que os historiadores começam a ter uma preocupação mais nítida com as relações culturais das sociedades e é daí que a (Nova) História Cultural passa a conquistar um espaço maior nos debates historiográficos. Particularmente na historiografia brasileira, esta nova faceta de Clio passou por uma singela demora em se firmar com a expressividade que apresenta e enfrentou diversas barreiras até alcançar o seu *status* atual, se consagrando apenas na década de 1990.

A (Nova) História Cultural nos permite quebrar com certos vícios discursivos que às vezes se percebe na historiografia que a antecede. Esta forma de conceber a História gerou uma “*crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História*”<sup>14</sup>. Possibilitou-nos, portanto, evitar preconceitos em relação a alguns temas e expandir, cada vez mais, as fronteiras dos domínios de Clio, libertando os historiadores de métodos tradicionalmente estabelecidos para a escrita da História, lhes permitindo ampliar seus campos de pesquisa e moldar seus textos quase como uma literatura, quase como uma ficção.

---

tória e Geografia e voltou suas abordagens históricas, influenciando um número imenso de historiadores, para a história socioeconômica, acrescentando um fator interessante em seu método: a chamada história quantitativa. O uso dos números, assim, representaria a “verdade”, em uma tentativa de atribuir um caráter cientificista à História, tendo em mente a ideia de que os números “não mentem”, sendo, portanto, oportuno ressaltar que a cultura não teria muita importância na escrita da história. Cf. BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997; Cf. DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Bauru: EDUSC, 2003.

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op., cit., p. 13.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

Tendo em vista esta discussão sobre o que deve ser ou não considerado História, é que nos propusemos a trabalhar com uma temática que, a nosso ver, está, mesmo com a difusão da Nova História Cultural, sendo esquecida pelos “artistas” historiadores. Seja por falta de fontes ou do acesso às mais escassas ou, ainda, por desinteresse, o fato é que tal temática é ainda imperceptível aos olhos de muitos historiadores e está sendo mapeada muito mais por sociólogos, jornalistas e até pelos próprios artistas e músicos que se preocupam em deixar algum escrito ou mesmo relato sobre suas vidas. O fato é que as pessoas vinculadas à área de História não estão dando a atenção necessária para uma temática tão cultural. Tendo esta preocupação como latente, é que nos propusemos a estudar o porquê do Rock ‘n’ Roll não ter um número interessante de leituras e trabalhos que o insiram no âmbito da (Nova) História Cultural e que o percebam como um dos contribuintes para a formação de vários significados que constroem e (re)pensam a cultura (popular).

#### OS PROBLEMAS DAS GRANDES “ERAS”

Talvez seja essa, ainda, a grande barreira a ser quebrada para o estudo do rock ‘n’ roll.

É no formato de grandes livros didáticos que as obras sobre o rock têm sido escritas, seja para sua história “geral”, seja para uma história do rock no Brasil, ou até mesmo em âmbito local. No caso paraibano, os autores atribuem um caráter muito linear e, de certa forma, “positivista” para a história do rock ‘n’ roll. A maneira como muitos autores vêm encarando o rock ainda está bastante arraigada a uma exagerada análise das grandes bandas e dos grandes artistas do gênero. É incompreensível como tais autores fragmentam e tratam a História do rock ‘n’ roll de uma forma evolutiva<sup>15</sup>, separando-a por “eras”, atribuindo uma linearidade, uma se-

---

<sup>15</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Apresentação de história & música*. In: História & Música, História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 8.

quência lógica, um caminho retilíneo que não pode ser quebrado, desconstruído.

Costuma-se definir tais “eras” pelas “revoluções” sonoras que o rock ‘n’ roll sofreu. Como coloca Paul Friedlander, em seu livro *Rock ‘n’ Roll: uma história social*, o rock pode ser entendido a partir de seus “marcos identificáveis e divisórios”<sup>16</sup> que costuram os anos e os fatos e dão vida histórica a este estilo musical, enaltecendo seus marcos e suas datas, tentando abordar o rock ‘n’ roll desde seu surgimento até a atualidade. De acordo com ele, para uma “história geral” do rock, os marcos (ou “eras”) seriam estes: a) a primeira “era” (1954 - 1955) seria a dos roqueiros clássicos ou dos que deram os primeiros passos no rock ‘n’ roll e é dividida em duas gerações, a dos “criadores” e a dos artistas que conseguiram popularizar o estilo; b) a segunda (1963 - 1964) se dá com a primeira “invasão” inglesa e o rock ‘n’ roll tomando formas fora dos Estados Unidos da América; c) a terceira (1967 - 1972) é a chamada “era de ouro”, com o surgimento de um som mais “arrojado”, mais “amadurecido” e, portanto, mais “crítico”; d) a quarta (1968 - 1969) é a “explosão” do *hard rock*, quando o rock se torna “mais pesado”; e) a quinta (1975 - 1977) vem com a “explosão” do movimento *punk* e as facetas do “new wave” que teve sua sequência nos anos 1980.

É interessante notar como este modelo é seguido por autores que tentam contar uma história para o rock ‘n’ roll brasileiro, nessa perspectiva. Se tomarmos como exemplo o autor Arthur Dapieve<sup>17</sup>, em seu livro *Brock: o rock brasileiro dos anos 80*, veremos que ele faz justamente o contrário do que o historiador cultural Marcos Napolitano propõe. Dapieve segue um modelo europeu ou norteamericano de contar histórias para a música popular, no caso, o rock ‘n’ roll. Para ele, o rock também é dividido em épocas, a partir de seus principais marcos. Napolitano nos orienta que, se quisermos estudar a música popular a partir de uma perspectiva cultural,

---

<sup>16</sup> FRIEDLANDER, Paul. *Se eu estivesse lendo sobre Rock, eu gostaria de ter em mente...* In: *Rock and Roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 18.

<sup>17</sup> Cf. DAPIEVE, Arthur. *Brock: o rock brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

devemos, primeiramente, esquecer as “*velhas dicotomias ‘erudito’ versus ‘popular’*”<sup>18</sup>, para depois evitarmos realizar análises em locais como o Brasil, por exemplo, tomando como modelo histórico a Europa ou os Estados Unidos<sup>19</sup>.

Dapieve se afasta da orientação de Napolitano e, da mesma forma que Friedlander, divide a história do rock ‘n’ roll brasileiro em gerações<sup>20</sup>: a) a primeira se dá com o surgimento dos irmãos Tony e Celly Campello (por volta de 1958 – 1962); b) a segunda é apresentada como a estreia do programa “Jovem Guarda” e o movimento de mesmo nome (1965 – 1968); c) a década de 1970 com *Os Mutantes, Raul Seixas, Secos & Molhados, Made in Brazil, Vímana*, entre outros, se identifica como a terceira; d) a quarta é a década de 1980 - a “verdadeira” década do rock ‘n’ roll nacional - com a instituição do rock “pesado”, quando as bandas adotaram o lema punk “do-it-yourself” (faça você mesmo)<sup>21</sup>.

Como já foi comentado, há algum tempo atrás, reinava a ideia do que era possível ser História e do que não era. Com o rock ‘n’ roll este quadro é muito diferente, pois podemos estudar qualquer temática ou abordagem histórica tentando nos desprender de um certo “positivismo histórico” e, com isso, dar asas a uma história de cunho cultural, já que o ato, por si só, de se propor à escrita de histórias para o rock ‘n’ roll já pode ser considerado como uma fuga brusca da maneira tradicional de codificar a musa da História, o que, infelizmente, não vem acontecendo.

---

<sup>18</sup> NAPOLITANO, Marcos. A constituição de uma forma musical e de um campo de estudos. In: Op., cit., p. 12.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 14.

<sup>20</sup> Dapieve, assim como muitos outros autores, acredita que o rock no Brasil só passa a existir com todos os seus preceitos apenas a partir da década de 1980. O rock ‘n’ roll era, para ele, um “estrangeiro numa nação de estrangeiros, [pois] o rock penou quase três décadas até conseguir, de fato e de direito, a cidadania brasileira”. Cf.: DAPIEVE, Arthur. Maus antecedentes. In: Op., cit., p. 11.

<sup>21</sup> DAPIEVE, Arthur. Pinta um clima. In: Op., cit., p. 23.

Uma proposta para se estudar o rock 'n' roll em uma perspectiva da (Nova) História Cultural, é tentar ao máximo não criar identidades para os sujeitos envolvidos com o estilo. *"A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença"*<sup>22</sup>, ou seja, a identidade retrata um certo "grupo social", homogênea indivíduos e se esquece das peculiaridades dos seres humanos. É o que costumam fazer muitos historiadores ao tratar especificamente de grupos que se confrontam em revoltas públicas. Para o caso do rock 'n' roll, isso funcionaria de forma a que se viesse a entender as diversas "culturas do rock" (metaleiros, roqueiros clássicos, punks, etc.) em um embate "ideológico", remetendo-nos a um afastamento de expressões culturais, quase que a um cárcere cultural.

Podemos evitar criar identidades ou escrever histórias a partir de classes sociais se prestarmos atenção à seguinte passagem:

A música, bem como os produtos culturais como um todo, não estão ligados, organicamente, a esta ou aquela classe ou grupo social. O que ocorre é uma apropriação, cujo processo contém em si as posições sociológicas e as contradições políticas e econômicas que perpassam uma sociedade<sup>23</sup>.

Assim, na interlocução com Marcos Napolitano, compreendemos que há apropriações socioculturais para qualquer estilo de música, seja ela popular ou não. No caso do rock 'n' roll, as diversas variações rítmicas existentes permitem uma espécie de Torre de Babel cultural, colocando frente a frente sujeitos de visões diferenciadas que, voluntariamente ou não, desejam qualificar suas preferências musicais em detrimento das outras, talvez não querendo aceitar a possibilidade de que existem influências em todo e qual-

---

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. Op., cit., p. 89-90.

<sup>23</sup> NAPOLITANO, Marcos. *A constituição de uma forma musical e de um campo de estudos*. In: História & Música, História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 31.

quer tipo de música e que nenhuma forma de expressar a cultura, como é o rock 'n' roll, está estática no tempo e no espaço. Caso o historiador não esteja atento para tais questões, ele também pode cair em certas armadilhas e terminar por dar uma ênfase maior a determinadas personagens ou grupos socioculturais. É um pouco do que fazem os autores citados.

Acreditamos, portanto, que não seria possível pensar o rock 'n' roll sem nos remetermos ao blues<sup>24</sup>, à música country norte-americana<sup>25</sup>, ao jazz<sup>26</sup>, ao gospel<sup>27</sup>, ao folk<sup>28</sup>, ao reggae<sup>29</sup>, ao funky<sup>30</sup>,

---

<sup>24</sup> “Com simplicidade, sensualidade, poesia, humor e ironia, o Blues pode ser visto como um reflexo das qualidades e as atitudes dos negros Americanos [...] que cantavam este tipo de música para tentar se verem livres da tristeza. [...] o Blues foi criado basicamente por músicos sem conhecimento formal de música, que não sabiam ler partituras e baseavam-se na improvisação verbal e instrumental”. Cf. SOCIEDADE Brasileira de Blues. In:

[http://www.sociedadeblues.com.br/index.asp?id=blues\\_historia](http://www.sociedadeblues.com.br/index.asp?id=blues_historia). Acesso em: 12 / 06 / 2006.

<sup>25</sup> A música country tem por base instrumental o violão, o banjo e o mandolin tocados em quatro cordas e se identifica, muitas vezes, com o estilo *cowboy* de ser. Muito popular nos Estados Unidos, o country geralmente é associado aos homens brancos do campo e suas vestimentas, o que se deve, em boa parte, a suas origens inglesas.

<sup>26</sup> O jazz talvez seja o estilo que mais tenha influenciado o rock 'n' roll. Formado basicamente por um quarteto, o estilo tem como principal instrumento o saxofone e é caracterizado pelo improviso rítmico. Tem suas origens em Nova Orleans, criado a partir do *ragtime*, e se tornou o estilo musical mais popular do início do século XX. De música “marginal” à maior expressão do *show business*, o jazz navegou entre a “subcultura” negra e a “intelectualidade” norte-americanas. Cf. COLLIER, James Lincoln. *Jazz: a autêntica música americana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

<sup>27</sup> Há duas maneiras básicas de se perceber a música gospel: a) a âmbito internacional: a música gospel tem suas origens nas fazendas de escravos ao sul dos Estados Unidos. Como é corriqueiro se pensar, o gospel possui uma conotação religiosa muito forte, mesmo em suas origens. Os escravos cantavam músicas com tom religioso como forma de burlar a vigilância de seus senhores para, com isso, criarem códigos entre eles para esquematizarem fugas, por exemplo. Quando libertos, os negros levaram a influência gospel para as igrejas e templos afro-americanos espalhados pelos Estados Unidos, mas o gênero não se limitou apenas a temas religiosos. A maior característica rítmica do gospel é o uso do coro acompanhado por um solista que “comanda” a canção.; b) no Brasil, a música gospel tem um caráter bastante peculiar: ela se tornou música cristã evangélica, com te-

ao pop<sup>31</sup>, até mesmo à ópera<sup>32</sup> e à música clássica<sup>33</sup>. O estudo do rock 'n' roll nos permite perceber as várias transformações culturais

---

mas unicamente religiosos – em muitos países há a *Christian Music* (músicas com tema unicamente religioso) e há o *Gospel* – que é utilizada para atrair fiéis, principalmente jovens, para as Igrejas pentecostais e neopentecostais. Cf. WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre – Música Gospel. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gospel>. Acesso em: 21 / 10 / 2006.

<sup>28</sup> A música folk é um estilo de música popular norte-americana derivada das várias músicas folclóricas do país. Um pouco difícil de definir, o folk ganhou, principalmente a partir da década de 1960, uma outra conotação chamada *folk-rock*, que mistura elementos das músicas folclóricas, como os versos falados, as palmas e a percussão, com o som dos instrumentos-base do rock 'n' roll. Cf. WIKIPÉDIA, The Free Encyclopedia – Folk-Rock. In: <http://en.wikipedia.org/wiki/Folk-rock>. Acesso em: 21 / 10 / 2006.

<sup>29</sup> “O Reggae foi desenvolvido na Jamaica. Original da década de 60, divide-se em dois subgêneros, o ‘roots-reggae’ (o reggae original) e o ‘dancehall reggae’ que é originário da década de 70. O reggae é constantemente associado ao movimento rastafari, que de fato influenciou muito dos músicos apologistas do estilo reggae nas décadas de 70 e 80. De qualquer maneira, o reggae trata de vários assuntos, não se restringindo à cultura Rastafari, como o amor, sexo e crítica social”. Cf. WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre – Reggae. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reggae>. Acesso em: 21 / 10 / 2006.

<sup>30</sup> “O Funk [ou funky ou funkadelic] é um estilo bem característico da música negra norte-americana [...] e pode ser mais bem reconhecido por seu ritmo sincopado, pela densa linha de baixo, pelo ritmo das guitarras, pelos vocais de alguns de seus cantores e grupos (como Cameo ou os Bar-Kays). E ainda pela forte e rítmica seção de metais, pela percussão marcante e ritmo dançante, e a forte influência do jazz”. Cf. WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre – Funk. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Funk>. Acesso em: 21 / 10 / 2006.

<sup>31</sup> “O termo ‘pop’ indica trações estilísticas específicos, mas o gênero também inclui elementos do rock, hip-hop, dance, rhythm and blues e do country, tornando essa uma categoria específica”. Música “pop” significaria, portanto, derivada da expressão *popcorn* (em inglês, “pipoca”), a música popular de “fácil assimilação” que consegue grande notoriedade e alto consumo mercadológico. Cf. WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre – Música Pop. In: [http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAsica\\_pop](http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAsica_pop). Acesso em: 04 / 11 / 2006.

<sup>32</sup> A ópera é um estilo de música “erudita” que tem como maior característica o uso da força da voz humana agrupada em coro. Além disso, é uma combinação planejada de teatro, música e dança que tem por função o entretenimento de plateias. Um gênero de origem europeia, a ópera data do século XVI, por volta do ano de 1575. Cf. CROSS, Milton. *Livro de ouro de ópera*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

acontecidas na sociedade e nos viabiliza entender as diversas histórias possíveis de um determinado lugar, de um determinado contexto e, como qualquer outra temática, nos possibilita o encontro de explicações plausíveis e de novos questionamentos acerca do comprometimento do historiador quando se propõe a pesquisar uma temática. Isso é perceptível a partir do momento que se entende que, constantemente, muitos roqueiros se apropriam de variações de ritmos para enquadrar os estilos supracitados às suas canções, evitando que o rock 'n' roll se torne, assim, um gênero musical "repetitivo".

Por mais que não nos lembremos, o rock 'n' roll está presente nos diversos estilos de vida, nas diversas formas de se expressar. O estilo não nasceu instantaneamente, de forma involuntária. Logo após a Segunda Guerra Mundial, mais notoriedade e vai transformando-se, aos poucos, em uma forte indústria lucrativa que segue os impulsos das gravadoras musicais que servem, por sua vez, para promover os artistas, independentemente do talento dos mesmos, e para definir os rumos deste mercado fonográfico. Esta afirmativa é contundente, entretanto, precisa ser reavaliada e discutida, pois não só pelas vontades mercadológicas vive a música. Até metade do século XX, a música popular era vista como "uma filha bastarda da grande família musical do Ocidente"<sup>34</sup>, no caso a música erudita, e como uma apropriação barata de todos os campos musicais que lhe deram sustentação (a música clássica, o balé, a valsa, etc.). Após a década de 1960, a música popular "passa a ser levada a sério, não apenas como veículo de expressão

---

<sup>33</sup> Definir a música clássica é uma tarefa muito difícil para uma nota de rodapé, diante sua complexidade e longevidade. Ela também pode ser entendida como música "erudita". Costuma-se confundir os termos e, muitas vezes, a música "erudita" é confundida com um período de sua pretensa história chamado de "classicismo" (ou música clássica), no qual os artistas do período buscaram o equilíbrio das estruturas melódicas, a simetria das frases, a "lógica" dos desenvolvimentos articulada com a concisão do pensamento em sintonia com a música. Cf. BURROWS, John. *Guia ilustrado Zahar de música clássica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

<sup>34</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 15.

*artística, mas também como objeto de reflexão acadêmica*"<sup>35</sup> e o rock 'n' roll segue este embalo, tomando forma e sendo absorvido pelo público como uma expressão de suas vontades, um rastro importante de uma realidade construída historicamente, não sendo somente uma justificativa para a revolta pessoal de jovens inconformados com o sistema, nem apenas uma música alienada feita para dançar, mas é, sobretudo, a representação de uma conjuntura histórica, é uma magia da diversidade cultural.

O rock 'n' roll reflete as diversas relações de afetividade e convívio sociais que os indivíduos podem gerar. As alegrias, paixões, tristezas, agonias, sofrimentos e sonhos que tanto nos cercam e que, com maior intensidade para alguns e menos para outros, dão sentido à nossa vivência, são de constante presença nas letras do rock 'n' roll. Não só da crítica "cega" ao sistema e às relações capitalistas vive o rock 'n' roll, mas também de todas as vontades humanas. Falar sobre intrigas, repúdios, descontentamentos, sobre amor, amizade, sexo, prazer (em todos os seus sentidos) não significa que estamos sendo "alienados", pelo contrário, tais abordagens nos possibilitam realizar uma avaliação da sociedade em determinada época, a partir do momento em que o rock passa a ser entendido como tal (a partir da década de 1950), permitindo-nos criticar os acontecimentos históricos em todos os seus sentidos. Steven Connor nos diz que

O rock pode ser considerado a forma cultural pós-moderna mais representativa. Isso porque ele personifica à perfeição o paradoxo central da cultura de massas contemporânea: o seu alcance e influência globais unificadores, de um lado, combinados com a sua tolerância e criação de pluralidades de estilos, de mídia e de identidades étnicas, do outro<sup>36</sup>.

Lembremos que não há a possibilidade de se contar *toda* a história do rock 'n' roll, isso seria impossível para qualquer temáti-

---

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>36</sup> CONNOR, Steven. *Pós-modernismo e cultura popular*. In: *Cultura pós-moderna. Introdução às Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 151.

ca. Portanto, se definirmos bem qual nosso tema principal, delimitando, pelo menos, o recorte temporal que estamos nos preocupando em estudar, provavelmente encontraremos êxito no estudo do rock. Analisemos discursos, práticas, relações afetivas, acontecimentos, enfim, diversas possibilidades nos são cabíveis desde que nos comprometamos a tentar realizá-las, não só nos atendo às personagens e a seus “grandes feitos”.

Outra condição bastante plausível é a da análise de determinado artista. Para tal, devemos continuar atentos ao que já foi dito: se contarmos algumas histórias para alguma personagem, que o façamos de forma a entender a conjuntura sociocultural que o cerca e o mapeia. Analisar o que os outros falam a respeito da personagem e o que ela fala de si mesma, que relações sociais a norteiam, qual a postura que esta assume perante um modelo de ética moral, dentre outras coisas, contextualizando historicamente seus acontecimentos e suas influências para o melhor entendimento deste ritmo musical tão amplo.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena história contada no início deste artigo nos dá uma boa amostragem de como podemos tratar de histórias acerca do rock 'n' roll: a narrativa fala de um rapaz que cresceu sob uma grande pressão familiar, ditada por seu pai, que não lhe permitia realizar seus maiores sonhos. O garoto cresceu, enfrentou problemas e, como muitos, tomou decisões que foram responsáveis por vários acontecimentos que estiveram por vir. Desta forma, o garoto realizou atos que criaram sua própria história. Mesmo que não seja possível uma vida fora da sociedade e do convívio em conjunto, o garoto foi capaz de ditar seus próprios rumos, frente a todas as adversidades que enfrentou, até conseguir realizar boa parte de seus sonhos. Não foi a importância social ou sua classe que o criaram historicamente, mas ele mesmo. Vejam que não precisei estar me remetendo a grandes fatos heroicos que mudaram radicalmente a sociedade. Tudo que fiz foi atribuir a uma personagem real, uma história possível, próxima ao que de fato possa ter acontecido.

Por esse motivo é que me proponho a estudar história a partir de uma temática tão cultural quanto o rock 'n' roll. Tanto por me desprender de um discurso que elege as "verdadeiras" temáticas históricas, quanto por me ver possibilitado a trabalhar com uma vasta gama de assuntos ainda não explorados no campo da música popular. Como em qualquer temática que venha a ser estudada em História, nomes e datas estarão presentes nas pesquisas e nos textos escritos pelos historiadores e, infelizmente ou não, não há como fugir disto. Entretanto, o que não podemos mais conceber é que o historiador fique preso, arraigado a tais nomes de referenciada importância e esqueça as relações culturais dos indivíduos que têm sentimentos e vontades muito mais importantes para a historiografia do que muitos possam achar.

As novas abordagens da História Cultural nos possibilitam essa fuga de um modelo e nos levam ao encontro de novos caminhos históricos. Por ser tão maleável, a História Cultural, nos encanta, nos seduz e nos encaminha a possibilidades pouco imaginadas há quarenta anos atrás, por exemplo. O que não podemos deixar acontecer é a repetitiva manutenção de abordagens fechadas para a história, de modo a eliminar algumas temáticas e enaltecer outras. Apesar de estarmos sempre em busca de verdades, sejam elas parciais, provisórias, aceitas, reconhecidas, negadas... Tudo o que fazemos em história serve como exemplo para as demais ciências que deveriam evitar a procura por uma verdade absoluta, irreduzível.

Com o rock 'n' roll não é diferente. Os historiadores que se propuserem a escrever sobre esta temática não devem esquecer as relações humanas que podem ser percebidas a partir do momento em que se fala e que se pensa a palavra rock. Não que os trabalhos que privilegiem os maiores nomes e bandas não sejam úteis ou não contribuam para o enriquecimento histórico, pelo contrário, ajudam por demais na compreensão do tema. O que trouxemos como proposta e alerta é que falta e muito leituras que relacionem esta dádiva que é o rock 'n' roll a um campo da musa Clío: a História Cultural. Mas, cuidado: se você é um fã como eu que se preocupa em

contar histórias sobre o rock 'n' roll você precisa estar atento, já que, afinal, *“todo pesquisador, jovem ou experiente, é um pouco fã de seu objeto de pesquisa. Em se tratando de música [rock 'n' roll], essa relação deliciosamente perigosa se multiplica por mil”*<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op., cit., p. 10.

## 2 “A CRUZ DA MENINA”: A MORTE DE UM CORPO E O SURGIMENTO DE UM MITO

Jean François de Figueiredo Sirino

Desde criança ouvia histórias da “santa” de Patos<sup>38</sup>.

História de uma menina, seus suplícios e seus milagres.

História que conta a dor, o silêncio e o ecoar de várias vozes que, juntas, construíram a “história da cruz da Menina”. Então, em síntese, acompanhem os fatos:

Por volta de 1915 um casal de retirantes, em busca de escapar da miséria e da fome, provocada pela grande seca que assolava o nordeste, de passagem pela cidade de Campina Grande, resolve entregar sua filha mais nova e de aparência física fraca a um homem, Absalão. Este leva a criança até sua esposa, Domila. A mulher, em face da novidade apresentada pelo esposo, de trazer uma criança para morar com eles, teve uma atitude de recusa, porém, depois de algum tempo, Absalão conseguiu convencê-la de que seria muito bom ter uma menina junto a eles. Argumentando que a criança poderia realizar as tarefas de casa e ela (Domila) teria mais tempo para se dedicar a outras tarefas. Vendo por esse ângulo, Domila aceita o “presente” do marido<sup>39</sup>.

Por volta da década de 20, Absalão e sua esposa se dirigem para a cidade de Patos, junto com eles vai a menina de nome Francisca. Assim, passam a viver em Patos, onde Absalão é escolhido como responsável técnico pelo motor da luz que fornecia energia para toda a cidade. Atividade que o fez bastante conhecido na localidade<sup>40</sup>.

Absalão era visto como uma pessoa passiva e calma, amigo de todos, ao contrário de sua esposa que, segundo testemunhos

---

<sup>38</sup> Cidade localizada no alto sertão paraibano, à 240km<sup>2</sup> da capital (João Pessoa).

<sup>39</sup> LUCENA, Damião. *Revista A cruz da menina*: edição histórica, 2003.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

proferidos no processo por conhecidos e vizinhos, era uma mulher de gênio forte<sup>41</sup>.

Ainda, conforme testemunhos prestados por vizinhos do casal, Domila vivia maltratando sua afilhada, uma menina pequena e franzina. Nessa época, Absalão e Domila moravam no alto da Pedra<sup>42</sup>, bairro localizado no centro da cidade de Patos, próximo da igreja matriz e da delegacia, no coração da cidade.

O alto da pedra, hoje conhecido como rua da pedra, foi um dos primeiros bairros da cidade, com habitações de porte médio, o que simbolizava que lá habitavam pessoas que possuíam alguma condição financeira se comparadas com as que habitavam em outros bairros mais distantes e periféricos, de pouca infraestrutura.

Nessa época algumas das casas do alto da pedra tinham suas construções muito próximas umas das outras, algumas com meia-parede<sup>43</sup>, possibilitando aos vizinhos do casal ouvir os sussurros de dor de Francisca que apanhava constantemente. No entanto, como vão informar à justiça, preferiam não se meter, pois acreditavam que era apenas um castigo em uma criança levada, e não mais que isso<sup>44</sup>. Onde é possível depreender que pensar a criança e a infância nos anos 20 nos distancia para uma temporalidade em que o que prevalece é o poder de autoridade dos adultos, pais, parentes, de maneira em geral. Sendo esses, também, os responsáveis por propiciar à criança segurança, bem-estar, felicidade. Compreensão que, talvez, retire dos vizinhos a cumplicidade pela omissão.

O estudo de Ariès<sup>45</sup>, intercalado com trechos da entrevista com Zefinha<sup>46</sup>, moradora e devota de Francisca, conforme ela mes-

---

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>43</sup> Nessa época Patos era uma cidade de economia precária. Então, mesmo as casas sendo próximas uma das outras, isso não representava que a rua em questão era habitada por pessoas de baixo poder financeiro, ao contrário, para a época e localidade era um dos locais nobres para se morar.

<sup>44</sup> LUCENA, Damião. *Op.cit*.

<sup>45</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ma gosta de dizer, *nascida e vivida em Patos*, nos possibilita pensar alguns aspectos da questão com algum grau de profundidade.

De acordo com Zefinha,

Francisca era uma criança linda, teve uma vida diferente das outras crianças. Sua madrinha judiava muito com ela, todo mundo escutava seus gritos, sua madrinha batia e colocava ela pra fazer as tarefas de casa, a coitadinha não tinha tempo pra mais nada, não tinha amigos e nem podia brincar com as outras crianças da rua, ficava só espiando<sup>47</sup>.

A partir das colocações da fala de Zefinha, tem-se a construção de um lugar diferenciado para as crianças, enquadrando o ser criança como sujeito diferenciado dos adultos. Para ela, o ser criança destina-se a um momento caracterizado pela ingenuidade, possuidor do direito a felicidade, as brincadeiras e nada mais, as outras responsabilidades se destinariam aos adultos. Nessa lógica de construção de um espaço diferenciado para a criança, Ariès<sup>48</sup> nos mostra que essa compreensão da infância, defendida por Zefinha e, também, como entendemos hoje em dia, com todas as suas simbologias e características é uma construção das chamadas “sociedades modernas” ocidentais. Sendo a infância, então, entendida como um período distinto da vida adulta, passando a assumir um novo lugar na sociedade que modifica a maneira de se pensar a criança e a família. A constituição desse novo conceito de infância no Brasil está na transição dos séculos XVIII para o XIX, quando ela passa a ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade. Define-se, então, a infância como um período ingênuo e frágil, nesta ruptura em um primeiro momento se mima e paparica a criança.

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada em Patos, dia 25.06.2005.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>48</sup> ARIÈS, Philippe. *Op.cit.*

À família cabe a responsabilidade de educar e propiciar a criança uma vida de felicidade e cuidados. No caso de Francisca, sua educação cabia ao casal Absalão e Domila. Como responsável e detentora da “vida” de Francisca, Domila tratava e educava da forma que entendia, e seus vizinhos, embora não concordassem com isso, conforme descreveram nos depoimentos, resolveram nada fazer, respeitando e fazendo prevalecer o poder/dever que cabia aos responsáveis pela menina, respeitando o que seria a lógica social do momento. Da mesma forma que não gostariam de terem sua vida invadida por vizinhos no ato de educar seus filhos. Essa responsabilidade pertencia a cada um, cada adulto sabia, pelo menos é o que parecem pensar as testemunhas do fato, qual era a melhor forma de educar suas crianças.

A versão contada por Zefinha faz correspondência com informações presentes nos trechos dos autos do processo amplamente divulgados, onde consta que Domila diariamente surrava Francisca, com a conivência de Absalão, que a tudo assistia e não interferia a favor da menina, o que o tornou cúmplice de sua esposa<sup>49</sup>.

No dia 13 de outubro de 1923, o agricultor Ignácio Lazário de Costa encontra os restos do corpo de uma criança. Em depoimento ao tenente Vicente Janssem de Castro, delegado de polícia, na casa de Josias Alves da Nóbrega, localizada no sítio Trápia, aos 18 dias do mês, na presença do escrivão José Florentino Júnior e testemunhado pelos senhores: Manoel Cabral Nóbrega e Plácido Rodrigues, Ignácio, cidadão de 65 anos, contou que havia sido atraído por um bando de urubus que voavam a 400 braças de sua casa, achando que podia ser algum animal de sua pertença que estivesse ferido. Dirigiu-se ao local e, lá chegando, [in] felizmente deparou-se com um corpo em estado de putrefação, forçando um pouco mais a vista, constatou que se tratava de uma criança e, pelas vestes era do sexo feminino, os urubus já haviam começado a comer o corpo<sup>50</sup>, restando um monte de carne rasgada.

---

<sup>49</sup> LUCENA, Damião. Op.cit.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.

É identificada por algumas pessoas que a conheciam, como a afilhada de seu Absalão e dona Domila que estava desaparecida há alguns dias. Diante disso, o delegado começa a tomar as primeiras providências, mandando comunicar o caso ao casal. Seu Absalão não reconheceu os restos de Francisca, dizendo que não dava para saber se era ela mesma devido ao estado de putrefação em que se encontrava, mas, Noé Trajano da Costa, seu vizinho, reconheceu<sup>51</sup>.

Voltemos à narrativa 2 (dois) dias antes da descoberta do corpo da criança. Ao amanhecer do fatídico dia, 11 de outubro de 1923, os supostos assassinos do crime espalharam que Francisca havia fugido de casa com medo de apanhar por ter deixado a janela aberta. Absalão encenara uma procura frustrada pela menina. Porém, os vizinhos estranharam a atitude de Domila que um dia depois da fuga da afilhada, já estava vendendo as suas roupas<sup>52</sup>.

Ao serem chamados para depor, os discursos, proferidos por vizinhos e conhecidos na delegacia, são unânimes na afirmação de que Francisca era uma criança calma, uma “pobre coitada”, que mal saía de casa, não fazia astúcia como as demais crianças. Disso advêm algumas interrogações. Como eles podiam achar que as constantes surras dadas por Domila em Francisca eram normais? Como castigar uma pessoa que não teria feito nada de errado? Será, pois, que os discursos dos vizinhos do casal abrem espaços falhos?

Nesse momento, a “cidade” de Patos vive um clima tenso em busca de compreender o que havia acontecido. Pessoas falavam a todo o momento sobre Francisca, procurando resposta sobre o que ela havia feito para merecer um fim cruel como aquele. De algumas pessoas mais ligadas a Absalão e Domila (de)corriam narrativas que mostravam e/ou construíam um arquétipo negativo para o casal que, na voz do povo, passou a ser o culpado. Nesse momento de agitação, é que começam a ser construídas as narrativas populares que representavam uma imagem de “monstros” para os pa-

---

<sup>51</sup> LUCENA, Damião. Op.cit.

<sup>52</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. *Retalhos de um corpo santo*, 1997 (Monografia de graduação em História - UFPB).

drinhos da “menina”, principalmente para Domila, que passa a ser vista como uma mulher de coração duro e perverso.

Em seu romance, Flávio Sátiro Fernandes<sup>53</sup> levanta possibilidades que servem para analisarmos como são heterogêneos os discursos sobre um acontecimento como este. Dores, mulher de seu Jizé,<sup>54</sup> foi a primeira pessoa a levantar a suspeita de assassinato da criança, mesmo antes de ver o corpo e da divulgação oficial. Essa se concretizaria mais adiante, quando identificam a menina como sendo a afilhada do casal. O povo foi o primeiro a atribuir o assassinato aos padrinhos de Francisca que, a partir desses discursos sobre os acontecimentos, vão ganhando o estereótipo de criminosos insensíveis.

Fernandes<sup>55</sup> atribui milagres à menina. O primeiro seria o retorno da ovelha de seu Jizé, um milagre concedido por Francisca como agradecimento pela descoberta de seu corpo. O autor procura, assim, instituir um discurso que conceda veracidade à santa de Patos. Francisca, segundo Fernandes, mesmo enquanto ser físico, dava sinal de que não era uma criança comum. Ele cria uma ideia de que essa (in) feliz criança já tinha sua jornada de vida escrita. Após a morte de seu corpo, sua alma ganha um lugar de santidade ao lado de “Deus Pai”. Uma alma pura e milagrosa, que se tornará uma ponte de salvação e esperança para todos aqueles que nela acreditam.

Essa construção antecipada da santidade de Francisca vai estar presente no romance de Fernandes<sup>56</sup> que constrói uma situação de sermão em que, ainda viva, Francisca estaria sentada na Igreja entre seus padrinhos e o padre (personagem do romance) faz um discurso em que, a partir de arquétipos bíblicos, apresenta-se na condição de santa. Então vejamos:

---

<sup>53</sup> FERNANDES, Flávio Sátiro. *A cruz da menina*, João Pessoa, 1996.

<sup>54</sup> Dores e Jizé são nomes fictícios criados por Sátiro.

<sup>55</sup> FERNANDES, Flávio Sátiro. Op.cit.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*.

Certo domingo, durante todo o sermão, falando do episódio em que cristo disse "deixai vir a mim, as crianças, pois delas é o reino dos céus" (...). Todos que o ouviram foram unânimes em reconhecer que ele se mostrava muito inspirado, teve sua atenção despertada para a menina sentada entre seu Benedito<sup>57</sup> e dona Raimunda<sup>58</sup>.

Começando as investigações, o delegado chama algumas pessoas para serem ouvidas, iniciando, a partir daí, a construção de um mosaico de prosa, que antes não passava de conversas e cochichos nos bares, esquinas e café da cidade, que serviam de ponto de encontro entre as pessoas. Um jornal oral dos acontecimentos da cidade vai sendo gradativamente legitimado pelo poder jurídico. O delegado responsável interroga os vizinhos do casal, amigos e os envolvidos, diretamente ou indiretamente, em sua morte<sup>59</sup>. O que antes não tinha valor oficial vai passar a ter, a partir da construção de uma "verdade" das várias histórias que surgiram durante todo o processo<sup>60</sup>.

Todos os depoimentos têm algo em comum: a vida que Francisca tinha na casa de seus padrinhos era marcada por dor e sofrimento, surras e mais surras e por gritos e mais gritos. As pessoas relatavam e reinventavam o "disse e me disse" de outras pessoas. Poucos "presenciaram" os maus tratos aplicados à "menina", porém toda a cidade tomara conhecimento após a descoberta de seu corpo. Mesmo as pessoas que não chegaram a conhecê-la enquanto viva, passaram a se sentir conhecedoras de sua vida e de sua história. Sentiam-se no "direito" de contar para os outros como se tivessem participado e/ou presenciado os maus tratos aplicados à menina. Fazer parte da memória elaborada em torno desse acontecimento dava as pessoas um lugar especial e, por isso, todos que

---

<sup>57</sup> Benedito e Raimunda eram os nomes fictícios de Absalão e Domila no romance de Fernandes.

<sup>58</sup> FERNANDES, Flavio Sátiro. Op.cit., p. 130.

<sup>59</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op.cit.

<sup>60</sup> Idem, ibidem, p. 45.

riam contar que conheciam o casal ou a “menina”; todos queriam ser ouvidos por considerarem importante a participação na história do assassinato que mudou a rotina dos “pacatos” habitantes da cidade de Patos.

Em entrevista feita com Maria Aparecida das Graças, atualmente moradora da rua da pedra em Patos, ela nos diz: *“Francisca nasceu santa, por isso todos a amavam, não tiveram medo de denunciar os culpados (...) graças às pessoas o crime foi descoberto”*<sup>61</sup>.

Indiretamente, ainda existe na mente das pessoas de Patos uma forte relação com o acontecido. Passado e presente se misturam e novas formas de ver o acontecido vão sendo reinventadas. A participação da população no “desvendamento do crime” na época foi uma forma que proporcionou a criação de discursos sobre a santidade de Francisca.

Os habitantes de Patos, ainda hoje, com algumas ressalvas, continuam perpetuando a trajetória de Francisca; continuam acusando o casal de a terem assassinado, mesmo que tenha sido inocentado do crime, nos três julgamentos que aconteceram.

Os depoimentos<sup>62</sup> (que constam dos autos do processo crime) de Pacifico Francisco de Medeiros, Noé Trajano de Costa, Maria Oliveira de Medeiros, que acessamos através das cópias fornecidas por Lucena, são unânimes na descrição que fazem da noite do crime: Francisca havia aberto a janela para avistar as outras crianças que brincavam em frente a sua casa, esquecendo de fechá-la quando foi deitar. Isso teria sido mais um pretexto para que sua madrinha, segundo consta nos fragmentos acima mencionados, desse-lhe uma surra, sendo que desta vez, a surra passou dos limites humanos. Com base nas informações veiculadas por Lucena<sup>63</sup>, Seu Noé contou à polícia que escutou os gritos da menina pedindo pelo amor de Deus para que sua madrinha parasse de lhe bater.

---

<sup>61</sup> Entrevista realizada em Patos-PB, a 08/09/2006.

<sup>62</sup> Parte do processo crime de 1923, localizado no fórum da comarca de Patos, de que conseguimos apenas cópias de fragmentos.

<sup>63</sup> LUCENA, Damião. Op., cit.

Domila, entretanto, não parava, e sim, dizia que iria matar essa peste, que gritava para que os vizinhos a ouvissem, mas nada disso ia importar; de repente, após uma pancada, veio um silêncio que chegava a causar arrepios em seu Noé. Francisca não mais gritava, não mais se escutava seus sussurros de dor. Depois de um tempo, escutam-se cochichos na casa, logo depois um carro para em frente e minutos depois sai sem ligar o motor e com os faróis desligados<sup>64</sup>. Naquele momento Francisca haveria morrido e seus padrinhos, então, resolveram encobrir o acontecido e armaram uma farsa?

Talvez o medo do olhar da sociedade, o temor da reação pública pesasse para eles mais do que o pecado da prática do crime, o que, possivelmente, os levou a contratar os serviços de José Vicente Alves, conhecido como Hindu e também morador do Alto da pedra. Hindu em algumas narrativas sobre o caso é considerado como dono do carro que levou o corpo de Francisca para as proximidades do sítio Trápia, onde foi jogado em meio a uma fenda. Já em outros escritos, Hindu era apenas o motorista que dirigia o carro de seu Joaquim Batista de Sousa. Que Hindu teve seu serviço contratado por Absalão a altas horas da noite é informação patente nos depoimentos<sup>65</sup>.

Absalão e sua esposa resolvem se mudar para o hotel dos Viajantes, talvez já tomados pelo remorso, admitindo (in) diretamente sua culpa<sup>66</sup>.

O papel que os vários discursos constroem para os acontecimentos ocorridos em torno da morte da "menina" revela-nos a fragilidade das narrativas históricas. Em quem acreditar? E em que acreditar? Até que ponto os padrinhos de Francisca são culpados pelo que lhe aconteceu e até que ponto são inocentes? Para o povo, eles são os culpados do assassinato, porém, para a justiça, eles são vítimas da acusação do povo, tanto assim que foram absolvidos nos três julgamentos. Mas, quais as provas e/ou fatos que os levaram a

---

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 02.

ser tidos como inocentes? Será que elas existem ou, simplesmente, a influência de amigos fortes os absolveu?

Não há verdades absolutas para serem buscadas nas diversas etapas constitutivas, mas sim discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder. Não existe um sentido dado *a priori*, mas sentidos que são construídos nas práticas discursivas<sup>67</sup>.

Uma outra maneira de ver os acontecimentos é, segundo a óptica de Fernandes, que mostra a fuga do casal após a descoberta do corpo de Francisca; criança agora sem vida, sem corpo, se constituindo apenas de restos comidos pelos urubus. A única coisa que ficou de Francisca foi a sua lembrança no imaginário popular de uma criança que tinha uma vida marcada pela dor, efeito dos espancamentos que seu corpo carregou durante tempos. Essas lembranças foram sendo transmitidas, inicialmente, de forma oral e, depois, de forma oficial a partir do inquérito.

Segundo o novo discurso introduzido por Fernandes<sup>68</sup>, sobre a saída do casal de sua casa para o hotel sertanejo, isso se deu devido aos olhares dos curiosos que constantemente passavam pela rua do alto da pedra, esticando o pescoço na esperança de verem os “assassinos”. Com medo de sofrerem represálias, eles resolveram se mudar temporariamente para o hotel. Essa forma de ver as coisas quebra um pouco o discurso que a fuga dos dois seria um atestado de culpa, como foi colocado por muitos.

Os discursos divergem, já que são relatos orais elaborados por múltiplos personagens que alcançaram a história de formas variadas. Mesmo o discurso da justiça, não consegue descrever e apurar o acontecido na íntegra, de forma homogênea. O contato direto das pessoas que testemunharam o fato faz com que suas narrativas sejam marcadas por inúmeras subjetividades que, possi-

---

<sup>67</sup> SARGENTINI, Vanice & BARBOSA, Pedro Navarro (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Paulo: Claraluz, 2004.

<sup>68</sup> FERNANDES, Flavio Sátiro. Op.cit.

velmente, podem contribuir para que se construam distintas compreensões do acontecido.

Fernandes<sup>69</sup>, também, constrói um discurso em que ataca a justiça. Inicia seu romance fazendo uma análise das características dos personagens que considera os mais importantes da história. Personagens que mais na frente lhe darão condições para criticar o desempenho do poder judiciário como autoridade, pois o faz através da fala de uma das personagens, dona Juvência:

Ficassem certos de que tudo aquilo ia dar em nada, ninguém ia receber castigo nenhum (...) a justiça dos patos é um poço fundo. O que cai nele não sai mais nunca (...) o juiz não trabalha; o promotor muito menos; o major, que podia fazer alguma coisa, é amigo do juiz<sup>70</sup>.

Será que essa construção seria uma forma de justificar o desfecho dos julgamentos, já que os réus foram absolvidos em todos os julgamentos, deixando a população revoltada, pois para eles os padrinhos da menina já eram culpados desde o início.

Ao final do primeiro julgamento, que resultou na absolvição dos réus, muitos moradores de Patos sentiram-se ultrajados e não aceitaram o discurso oficial das autoridades. Afinal, como poderia ser que pessoas como Absalão e Domila fossem inocentados de algo que nem precisava de julgamento, pois estava na cara de todos que eles haviam realizado o crime. A pequena cidade de Patos “tornara-se” inquieta com a decisão da justiça.

Em meio a isso, começam os relatos dos vários milagres que Francisca realizara. No local onde foi encontrado seu corpo, uma cruz foi erguida como forma de sinalizar o local do acontecido<sup>71</sup>. E em 1929, o rurícola José Justino do Nascimento, como forma de agradecer um “milagre” alcançado, constrói uma pequena capela no lugar e, com isso, esse começa a ser alvo de romarias. Transfor-

---

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>70</sup> FERNANDES, Flávio Sátiro. Op., cit., p. 75.

<sup>71</sup> LUCENA, Damião. Op., cit., p. 06.

mou-se, mais tarde, no ponto de maior convergência de devotos e fiéis do estado da Paraíba.

A reabertura do caso em 1932 se torna uma nova página na história da “santa de Patos”. O encontro entre jurídico e sagrado cria um novo discurso. Essa reabertura fez com que a história fosse (re)significada<sup>72</sup>.

Passado e presente se encontram mais uma vez. Agora o júri terá que levar em conta que não se trata apenas de uma criança morta, mas, sim, da “santa de Patos”, pois, a essa altura, a crença no poder taumatúrgico de Francisca era quase unanimidade, atingindo a população de Patos e de regiões circunvizinhas. O povo cobrava que se fizesse justiça à santa deles. Os crentes da Cruz da Menina profetizavam pelas ruas seus milagres; várias eram as pessoas que diziam ter sido curadas por Francisca. Em sua pequena capela não mais cabia todos os ex-votos que seus devotos depositavam como agradecimento pelas graças alcançadas.

De Patos para o Brasil e do Brasil para o mundo, foi assim, segundo relatos de seus crentes, que a crença na “menina” ganhou novas fronteiras. A história que Antonio Américo relata em seu livro sobre o milagre que Francisca realizou em um homem americano que, convalescendo de uma doença misteriosa, numa certa noite sonhou com uma menina que falou que ele seria curado e que após sua cura deveria ir a Patos agradecer. Curado, o americano veio até Patos cumprir o “acordo”. De acordo com Nóbrega<sup>73</sup>, esse suposto milagre lança para além das fronteiras de Patos a crença em Francisca.

O caso de Francisca não se restringe mais a narrativa oral, ganhou corpo, a partir dos escritos sobre ele elaborados; escritos que difundem para todos os cantos uma história que passa a ser cantada e contada por todos. Com isso, o “caso da menina” ia sendo reinventado, ao ser reescrito pelo imaginário popular e, também, pelos meios oficiais.

---

<sup>72</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit., p. 26.

<sup>73</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit., p. 34.

Com essas várias narrativas, escritas e publicadas, os escritores passam a montar e desmontar as versões dos fatos, preenchendo a história da “santa” com novos lugares, tecendo tempos e transformando criativamente, com as novas escritas, seus sentidos. Colocavam-na, enfim, em uma moldura nova<sup>74</sup>.

O discurso escrito por meios oficiais foi muito utilizado para perpetuar o mito da “santa” de Patos. Antonio Américo<sup>75</sup>, com sua vontade de abrir o conhecimento ao povo; José Motta<sup>76</sup>, com seu discurso de promotor de acusação, elevava ao máximo a explicitação da impunidade dos órgãos oficiais; Flávio Sátiro<sup>77</sup>, com o seu sentido de redenção da maldade dos personagens; por fim, Severino Ramos<sup>78</sup>, que lança o acontecimento no *hall* dos crimes bárbaros que abalaram a Paraíba.

Mas, o que seria entender a invenção de uma “santa” como sendo também a invenção de um mito? Os mitos, psicologicamente, são instrumentos de crenças para os que os aceitam e que por eles pautam a sua vida<sup>79</sup>. Um antigo mito pode reafirmar a própria vitalidade em circunstâncias completamente novas e fundamentalmente diferentes, a exemplo das condições de vida e dos métodos tecnológicos de relacionamento com o meio<sup>80</sup>. O mito, para seus crentes, é uma verdade que deve ser seguida, um sistema “religioso” de aceitações universais, que rege a vida dos homens, das mulheres e da natureza.

Compreendemos que a população de Patos concebe Francisca dentro de uma estrutura de raciocínio mítico, pois para ela Fran-

---

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>75</sup> MEDEIROS, Antônio Américo. *História completa da cruz da Menina*, Patos PB: Graf. Sto. Antônio (Cordel).

<sup>76</sup> MOTTA, José, apud NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit.

<sup>77</sup> FERNANDES, Flávio Sátiro. Op., cit.

<sup>78</sup> RAMOS, Severino. *A cruz da menina*. In: Crimes que abalaram a Paraíba. João Pessoa: Ideia, 1995 (Vol.II).

<sup>79</sup> PATAI, Raphael. *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 35.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 125.

cisca é uma “santa”, hierofanizando tudo que remeta a sua lembrança. Por isso, há todo um sistema de condutas que seus crentes utilizam para lhe pedir e para lhe agradecer. Ela está presente na vida de todos como algo recente, embora esteja perto de completar 90 anos de sua morte. Ela passa a ser o mito identitário de (re)fundação da cidade. Antes de sua história, os sentimentos de pertença eram elaborados muito mais pela (des)identificação, haja vista, tratar-se de uma cidade inserida no universo da estiagem nordestina.

As entrevistas são marcadas pela forte presença dos ritos religiosos católicos, simbolizando-se, assim, uma transferência das práticas católico-cristãs para os ritos realizados no culto à Francisca.

Embora Francisca não tenha sido canonizada pelo Vaticano, sua importância e seu poder encontram-se, em grande parte, disseminados no coletivo religioso popular. Universo que podemos observar como sendo constituído, principalmente, por pessoas pobres.

Em observação que realizamos no santuário da Cruz da menina, aos domingos, nos foi possível depreender que cerca de 90% das pessoas que lá frequentam é oriunda das camadas populares. Devotos que lançam todas as suas esperanças num milagre. Seus crentes a adoram como o fazem em relação a um santo católico, algumas vezes até mais.

Dessa forma, a partir de algumas práticas e de alguns discursos, se construiu e se instituiu historicamente a tradição religiosa da “Cruz da menina”.

Em 1993, a cidade de Patos festejou a construção do parque “Cruz da menina”. Essa reconstrução do território do sagrado foi mais uma reinvenção da tradição do crer, agora por parte do poder público municipal. Com a construção do parque turístico, as crenças se (re)vestiram de uma nova forma de institucionalização, através do reconhecimento político do governo. O estado fabrica um parque para os crentes, seus fiéis e eleitores, e, através da institucionalização do culto, dada a partir da espetacularização promovida

pelo poder político, a crença ganha, também, legitimidade política<sup>81</sup>.

A execução da política do espetáculo vai significar um marco para a própria invenção histórica da "santa". A crença em Francisca, tramada e tecida como "tradição", lugar do passado, é, dessa forma, ritualizada sob o signo da "modernidade". O "arcaísmo" é captado para os discursos estratégicos da política: a romaria se torna uma prática de massa, a crença se transforma em espetáculo e Patos é inscrita no programa nacional de turismo<sup>82</sup>.

O que era apenas um lugar religioso, espaço de orações e de preces, passa a ser um lugar turístico, que movimenta dinheiro e integra o mercado dos bens simbólicos. Possui um anfiteatro, restaurantes e lojas de *souvenir* e, assim, as pessoas não mais vão lá apenas para rezar ou agradecer, mas também, para passear com a família e para ver pessoas, amigos e serem vistos.

A oficialidade procura disciplinar as formas de crer, instituindo símbolos que revestem a crença em algo mais "concreto", monumentalizando-a. Essa disciplinarização do crer tem um forte apelo econômico. A divulgação do santuário e dos poderes taumatúrgicos de Francisca fomentou um movimento de romaria constante, movimentando, assim, a economia local. Esse é talvez, sem sombra de dúvida, o principal objetivo dos poderes políticos.

Por outro lado, a Igreja disputa o controle da crença, disciplinando as maneiras de crer, de verbalizar os milagres, supostamente realizados por Francisca, imprimindo seu dogma mais caro: a crença monoteísta de existência de um único Deus. Os padres, constantemente, enfatizam a necessidade dos fiéis em não utilizar os procedimentos da Igreja católica no culto à "menina" Francisca. A intervenção da Igreja se faz em nível tal que, aos domingos, celebra missa dentro dos limites do santuário. Prática que acaba, também, legitimando a crença, corroborando a compreensão veiculada por Renato Ortiz, "*Gramsci vê o conflito entre a igreja e estado como*

---

<sup>81</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit., p. 80.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p. 84.

*uma luta de poderes que se passa ao nível da sociedade civil, trata-se de saber quem deverá administrar determinados setores da esfera ideológica*"<sup>83</sup>

Por mais que o estado e a igreja procurem construir estratégias de controle para os crentes e suas maneiras de culto, uma outra produção se insinua astuciosa, dispersa e silenciosa. São as marcas que, para Michel de Certeau, compõem uma "antidisciplina", que coloca em jogo apropriações e reapropriações dos lugares produzidos pelos projetos de disciplinarização da crença<sup>84</sup>.

Os devotos da "santa" insinuem táticas que não são nem determinadas, nem captadas pela lógica disciplinarizadora da Igreja e do Estado, mas construídos a partir do estabelecimento de um "contrato" com o "outro". É uma forma de entrar no jogo das estratégias e usá-las para fins outros, para desejos outros<sup>85</sup>.

Pois, os símbolos não são simplesmente herdados, mas construídos e reelaborados historicamente pela dimensão sagrada com que são vividos. Uma construção e vivência que, mesmo dialogando com referências religiosas herdadas, criam novas formas de crenças. Por isso, a "herança" cultural e religiosa não pode ser pensada pelo historiador como uma continuidade natural, uma vez que o mundo religioso não está pronto, à espera que os homens o usem para significar suas motivações. Ele é produto dessas significações<sup>86</sup>.

Além dessas disputas, ainda existe uma trama que procura transformar em "concreto algo que não o é". Os responsáveis pela administração do santuário, nos últimos anos vêm lançando para os fiéis uma imagem que seria de Francisca, um retrato falado que foi feito segundo descrições de pessoas que conheceram a "menina". Entretanto, dona Odília, antiga zeladora da capelinha, diz que

---

<sup>83</sup> ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998, p. 147.

<sup>84</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 37-53.

<sup>85</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit., p.107.

<sup>86</sup> CERTEAU, Michel. *Operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

esse retrato não faz jus à “menina” Francisca e, sim, pertencia a uma garota que foi pagar uma promessa e deixou sua foto no altar. Essa disputa em torno da imagem de Francisca desautoriza o retrato falado, que se instituiu historicamente como sendo o da “santa”, passando a se tornar um problema para os guardiões da crença<sup>87</sup>. Nesse sentido, *“coisas que nada significam podem passar a significar, por meio de um artifício: basta que sobre elas escreva-se algo”*<sup>88</sup>.

Essa disputa em torno da imagem pode ser vista como uma tentativa de consolidar ainda mais a memória da crença no imaginário coletivo da população de Patos. Assim, temos que a visualização do ícone atuaria como representação de Francisca. Eis que a instituição da imagem traria um duplo efeito: reforço da presença santa e implementação do comércio de bens simbólicos.

Hoje em dia, mesmo em meio a todos esses problemas, a “Cruz da menina” continua fazendo parte do cotidiano dos habitantes de cidade. Aos domingos, o lugar fica repleto de fiéis em busca de graças, de moradores da cidade, que vão passar o dia no santuário, não para rezar ou orar, mas para passear com a família, para fazer um lanche no restaurante ou ainda, para comprar alguma lembrança nas lojas de artesanatos. Enfim, até mesmo para fazer um programa diferente do convencional. Essa nova possibilidade, criada pelo santuário, modificou um pouco o cotidiano das pessoas de Patos que, muitas vezes, deixam de ir à Igreja, como era muito comum aos domingos, para irem ao parque turístico da “Cruz da menina”.

O parque turístico da “Cruz da menina” é, devido a sua localização, uma parada quase obrigatória dos devotos do padre Cícero, que passam em romaria para o Juazeiro. Eles param e contemplam o santuário, rezam e fazem promessas.

A história de Francisca é contada e recontada pelas pessoas, não como fazendo parte de um passado longínquo. Algumas pessoas próximas ao casal, ou que tiveram contato com alguém de sua

---

<sup>87</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op., cit., p.104

<sup>88</sup> ALVES, Rubens. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 53

família, procuraram não tocar no assunto. Constrangidas, algumas das pessoas que contatamos para obter informações sobre o assunto, que conhecem Graciele Emerenciano, filha do casal, que mora na cidade de Campina Grande, evitam falar sobre essa história, preferindo não tocar no assunto. Adaide Reinaldo colocou-nos: *“Deixe isso quieto, foi coisa que já passou (...) o povo acusou sua mãe de matar a menina (...) ela não gosta de falar sobre isso, não (...) pra que mexer com isso agora (...) eu não vou dizer nada”*<sup>89</sup>.

Fazer julgamentos de verdade e de falsidade em um tipo de estudo da natureza do que estamos desenvolvendo não é algo fácil. Não há nenhuma expressão de religiosidade que seja falsa, pois ela é uma “instituição” e nenhuma instituição pode ser edificada sobre o erro ou uma mentira. De acordo com Rubem Alves: *“Se ela não tivesse alicerçada na própria natureza das coisas, teria encontrado, nos fatos, uma resistência sobre a qual não poderia ser triunfado”*.<sup>90</sup>

A religiosidade está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religiosidade, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panoramas externos, é como um espelho em que nos vemos. Aqui, a ciência da religiosidade é, também, ciência de nós mesmos. Os objetos invisíveis adquirem uma dimensão nova e, passam a ser sinais de realidades visíveis.

Na tentativa de estabelecer uma compreensão sobre a história de Francisca, Nóbrega<sup>91</sup> argumenta que a construção da santidade da “menina” Francisca não deixa saída para que o leitor possa, por si próprio, tirar suas conclusões. Afirma que tudo está posto a mão em um conjunto de discursos que procuram construir e perpetuar a tradição da crença. Elabora um “painel” dos discursos que fizeram parte do acontecido, mas não mostra se houve reações de violência dos habitantes para com os acusados. Embora seu trabalho seja de grande valor, a autora não problematiza os testemunhos

---

<sup>89</sup> Entrevista realizada em Campina Grande-PB, a 09/09/2006.

<sup>90</sup> ALVES, Rubens. Op., cit., p. 58

<sup>91</sup> NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros. Op.cit.

das pessoas sobre o acontecimento, jogando-os em seu texto, sem levar em conta os artifícios a que uma história oral está sujeita.

Ressaltamos, por fim, que esse ensaio objetivou apresentar algumas considerações que já articulamos sobre a temática em tela, visto que a pesquisa ainda está em curso e que com seu desenvolvimento, sem dúvida, traremos contribuições mais amadurecidas sobre as representações construídas para a "Santa de Patos".

### 3 MULHERES “IMORAIS”, “DESORDEIRAS” E “DESVIANTES”: JOGOS DISCURSIVOS DA IMPRENSA

Gilmária Severiano Ramos

Regina Moreira<sup>92</sup>, a “desordeira”, Sebastiana Freire da Silva<sup>93</sup>, vulgo “maxixe arruaceiro”; deste cenário de epítetos também faziam parte as “strip-teases” Maria Bezerra<sup>94</sup> e Odete Silva<sup>95</sup>. Entre estigmas e estereótipos não podia faltar Da Luz, “muié macha” que ao ser detida “*encontrava-se praticando desordens estando em visível estado de embriagês e armada com uma tesoura e um canivete, ameaçando todos (...), dizendo aos berros que era muié macho*”<sup>96</sup>. Talvez, a primeira vista podem nos parecer nomes comuns. Todavia essas mulheres de comum não têm nada. Isto porque elas estão inscritas nas páginas de um jornal campinense em virtude de algumas intrigas e tramas em que estiveram envolvidas.

Possivelmente se trata de mulheres “ordinárias”, mulheres sem “qualidade”, “anônimas”, ou simplesmente mulheres que não operacionalizam os preceitos normativos imputados pelo discurso moralizante, que dispensam ao feminino uma atitude de discrição, “comportamentos castos, puros e maternais”<sup>97</sup>. Tais mulheres, encontradas aqui iguais às tantas Marias, parecem prescindir de um lugar comum, suas vidas, ao contrário, tiveram momentos de “verdadeiros” espetáculos.

---

<sup>92</sup> *Diário da Borborema*. Campina Grande, 12 de novembro de 1967, n° 3328, p. 5.

<sup>93</sup> *DB*, Campina Grande, 11 de maio de 1968, n° 3472, p. 5.

<sup>94</sup> *DB*, 22 de maio de 1968, n° 3481, p. 5.

<sup>95</sup> *DB*, 21 de junho de 1968, n° 3505, p. 5.

<sup>96</sup> Cf. *DB*, 1 de setembro de 1966, n° 2729, p. 5.

<sup>97</sup> Cf. CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes - Campina Grande 1930/1950*. Recife: UFPE, 2000 (dissertação de mestrado), p. 122.

Trata-se de seus encontros com o poder, primeiro com autoridades como o escrivão Matos da polícia, o cabo José Henrique, o sargento Abelardo e, finalmente, foi necessário que um feixe de luz, ao menos por um instante, as viesse iluminar. “Luz essa que lhes vem do exterior. Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devesse sempre, ter ficado, é o encontro com o poder: sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidio trajeto”<sup>98</sup>. Luz e ação! São as lentes da imprensa e do saber médico-jurídico jogando seus feixes ou fachos de “luz” sobre vidas “desregradas”.

Assim como as autoridades de poder, este trabalho busca iluminar tais vidas, fazendo releituras a partir do discurso do jornal *Diário da Borborema*; fazendo ressurgir vidas obscuras através de outras tintas impressas na escrita histórica; constituindo uma “antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desditas e aventuras sem número (...). Vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos”<sup>99</sup>. Constitui-se aqui outro espaço de poder e de saber, o qual reemprega outras maneiras de operar visibilidade e dizibilidade acerca da mulher a partir de lugares que vão sendo, a todo instante, (re)edificados através das cambalhotas inventivas de intrigas e tramas de outras narrativas.

Todavia, isto não significa resgatar<sup>100</sup>, recuperar, dar voz às mulheres<sup>101</sup>, objetivos explícitos em alguns trabalhos escritos acerca

---

<sup>98</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: O que é um autor. Lisboa: Presença, 1994, p. 97.

<sup>99</sup> FOUCAULT, Michel. Op., cit., pp. 89-90.

<sup>100</sup> A palavra resgate parece ser chave de arquivo quando algumas historiadoras buscam escrever acerca do gênero feminino. Refiro-me, especialmente, a dissertação de Keila Queiroz, em que a autora afirma pretender “resgatar a historicidade dos discursos da justiça com relação às mulheres”. Contudo, ao que se percebe, tal pretensão não tem razão de ser, uma vez que não se pode ir aos documentos e resgatá-los como se pudesse livrá-los do cativeiro, onde estes estariam presos à espera de que alguém viesse tirar-lhes as amordaças e salvá-los da situação perigosa. É preciso, sim, reconhecer a distância que o pesquisador tem do seu recorte temporal e da alteridade (o ausente ou o passado) que pretende lançar-se. É preciso, sim, reconhecer que não se trata de um resgate, mas de

do gênero feminino<sup>102</sup>. Longe de mim tais pretensões, pois partem de um universo de “veleidades literárias” em que se apregoam a negação ou esquecimento da mulher e que, a partir daí, se lançam na pretensão de fazer alçar suas vozes. Estas, ao contrário, já se ouvem inscritas no tempo da escrita (pois lá está a fonte jornalística, o *Diário da Borborema*) ou, quem sabe, nas narrativas criadoras da imaginação cartografada no inconsciente de algum contador de histórias ou de estórias. Trata-se, apenas, de deslocar sua historicidade no tempo (décadas de 1960 e 1970) e no espaço (o *locus* onde ocorrem os episódios), através das páginas empoeiradas do jornal e, assim, soprar, pintar e bordar uma arte imagética e uma poética discursiva de suas vozes vivas e fixadas no movimento.

Movimento, porque a pesquisa histórica é dinâmica, descontínua. Não existem leituras capazes de suprimir a particularidade

---

(re)apropriações do documento, atribuindo-lhe outros sentidos, outros signos e significados. Deste modo, a história poderá falar de uma sociedade e de seus indivíduos, como categoricamente assinala CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 81, a partir dos “gestos de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Cf. Keila Queiroz e Silva. *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino*. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, outubro de 1999, p. 19. Uma outra autora que utiliza o termo resgate é Martha de Abreu Esteves ao trata acerca do anonimato de milhares de mulheres pobres. A autora afirma que estas, “só conseguiram permanecer como indivíduos na medida em que eu resgatei, num instante de suas vidas, como criminosos”. Cf. Martha de Abreu Esteves. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 130.

<sup>101</sup> Assim, como Certeau, entendo a historiografia se servindo da morte para articular uma lei, a do presente. Segundo o autor, essa não descreve as práticas silenciosas que a constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já semantizadas. Trata-se, sim, da operação de uma outra ordem que a da pesquisa. Cf. CERTEAU, Michel de. *Op.*, cit., p. 108.

<sup>102</sup> Um texto que demonstra a tentativa de dar vozes às mulheres é *História das mulheres: as vozes do silêncio*. A autora afirma pretender a partir deste trabalho “dar vozes às mulheres, extraindo-as do limbo da memória, tirando-lhes o seu próprio limo”. Cf. Mary Del Priore. *História das mulheres: as vozes do silêncio*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 217-220.

dos casos analisados, de onde se fala (neste caso o jornal) e do domínio em que se realiza uma investigação<sup>103</sup>. Pretendo, sim, deslocá-las da escrita jornalística e (re)construir outras histórias de mulheres que jogam com os mecanismos da disciplina, alterando-a ou não, a partir de suas práticas em que, por alguns momentos, estas se deixam contemplar sem máscaras.

Neste sentido, que deslocamentos aí se insinuam na arte da história? Que inversões norteiam suas desviantes vidas? A partir de suas práticas busco construir uma antologia (re)edificando vários significados através de seus encontros com o poder; o da imprensa, o da justiça, bem como, a liberdade de escrita, onde perpassa os olhos do autor e também do leitor através do enigma da linguagem conforme nos (re)apropriamos dela.

Linguagem inscrita em uma página do jornal, o qual joga luz sobre uma “mundana”. É assim que este faz alusão a uma mulher. Refiro-me ao caso de Ângela Guiomar, que é atendida no Hospital do Pronto Socorro após ser agredida pelo ciúme de uma colega, Cícera Cassiano do Nascimento que, com uma gilete, a fere provocando vinte pontos na região nasal. Mas do que é que estou falando? Brigas de mulheres em plena via pública? Onde está o sargento Abelardo com sua tropa de soldados (sic) para por fim a essa “arruaça”? O comissário Abelardo é o sargento de polícia credenciado por “colocar nas grades” mulheres que provocam a tranquilidade dos moradores nas ruas por onde elas fazem caminhar as florestas de seus desejos e interesses. Ou seja, esta figura, vestido com o uniforme do poder policial/jurídico, parece representar a autoridade máxima quando se trata de “apaziguar” os espíritos mais inquietos de algumas mulheres.

Trata-se de casos rastreados no *Diário da Borborema*, produzido nas décadas de 1960 e 1970 na cidade de Campina Grande. Tal jornal chama a atenção pelo discurso empregado sobre casos de mulheres dotadas de um caráter incomum e moralmente “desvian-

---

<sup>103</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 65.

te" ou "defeituoso" se comparado aos princípios e condutas que atribuíam ou esperavam de uma mulher naquelas décadas.

Observam-se, nos relatos do *DB*, mulheres vistas como sujeitos ativos que protagonizam cenas de suas "desventuradas" vidas. É perceptível como tais definições partem de modelos femininos que se repetem na descontinuidade da narrativa histórica e que no relato jornalístico inscreve estereótipos.

Estereótipos que podem dar à luz a um conjunto de narrativas sobre imagens de mulheres que pode significar um questionamento aos valores naturalizados pelos mecanismos de coerção disciplinar. Ou seja, um modelo configurado na ideia de mulher resignada, comedida, silenciada e recatada. São essas intermitências discursivas que busco pensar no decorrer deste trabalho.

Antes, porém, quero chamar a atenção do leitor para um postulado metodológico: o objetivo deste trabalho em ressaltar casos excepcionais de mulheres (insuflados pela imprensa) que deslocam o lugar do modelo feminino (construído através do poder da linguagem e da própria produção histórico-cultural) não pretende de outra parte, naturalizar outros enunciados, isto é, o de burla, o de desviante, de transgressão, de imoralidade ou um outro qualquer.

Todavia, como toda pesquisa é parcial, esta também está sujeita a incorrer ou reforçar tais enunciados ou estereótipos sobre o gênero feminino, isto é, o da burla, o do desvio, da transgressão, pois optar por tais enunciados implica levantar subsídios que propiciem fundamentar teórico e metodologicamente o objeto. Implica se posicionar ou se apropriar de termos ou fundamentações, tendo em vista o auxílio teórico que inspire o(a) pesquisador(a) e lhe dê respaldo para sua problematização.

Ao passo em que busco mostrar como algumas mulheres aacionam outros lugares a partir de suas atuações no que se referem à atitude, comportamento, etc., acabo por convergir o olhar para dada questão. Deste modo, selecionamos, imprimimos julgamentos de valor histórico, ao passo que se focaliza o olhar para aquilo que constitui o centro de nossas atenções, o objeto de estudo. Nosso

olhar é lançado para a construção de uma teoria, perseguindo os indícios, episódios, conceitos, fontes e métodos que deem sustentação ou amparem a tese que se pretende defender.

Contudo, isto não é uma regra, pois a fonte é “essencialmente” ordinária, é parenta da tática, isto é, nos leva como o vento que não sabe para onde vai e, às vezes, nem de onde vem, o que modifica, muitas vezes, as problematizações da pesquisa histórica. Apesar disto, assumo essa postura: a de que o olhar é seletivo, parcial e, por isso, as imagens e discursos acerca da mulher que norteiam a minha investigação são lidos a partir de um interesse que corresponde ao meu lugar social, isto é, o lugar de onde falo.

Um trabalho desta natureza consiste em pensar o que está posto como modelo fixo, cristalizado para a mulher, isso porque toda desconstrução significa outra construção que pode ser, ou não, uma “nova”. Desconstruir significa desconsagrar<sup>104</sup>, tornar profano, desdizer, contradizer aquilo que já foi dito que está posto como “verdade”, como real, como “essência”; desconstruir significa desembaraçar valores para emaranhá-los em novas teias discursivas; desconstruir significa desnortear, desenredar concepções estáticas para tecer e enredar uma rede de fios discursivos que constituem outras narrativas sobre a mulher.

A narrativa da imprensa é constitutiva de várias imagens que permeiam condutas e comportamentos femininos construídos na história, imprimindo, na afirmação de Luca “*crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita*”<sup>105</sup>. Deste modo, o DB pode ser pensado enquanto veículo que visa dar legitimidade ao seu discurso a partir dos argumentos com que apresenta as notícias.

---

<sup>104</sup> Estou usando esse termo com base n`O *Novo Dicionário Aurélio* da Língua Portuguesa. 3ª edição, 1ª impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, 2004.

<sup>105</sup> Cf. LUCA, Tânia Regina de. *A história da imprensa como objeto em “fontes impressas”*. In: PINSKY, Bassanezi. Carla. (org) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

Narrar histórias de vidas desventuradas significa contar práticas pouco comuns de mulheres que rasuram e deslocam, com suas resistências sub-reptícias e, às vezes não, o modelo estereotipado de mulher honesta, virtuosa, pura e resignada. Aliás, Maria Izilda Santos de Matos, analisando os discursos e práticas médicas nos anos de 1920, afirma que *"construíram o modelo da mãe-esposa, frágil, sensível, dependente e assexuada, em confronto com o da mulher degenerada, pública, sexuada, identificada com a prostituta"*<sup>106</sup>.

Questão que se aproxima dos casos analisados aqui. Assim, é percorrendo caminhos sinuosos e, muitas vezes surpreendentes, que busco ver e dizer o conjunto de discursos acessados. Folheando o jornal *DB*, encontrei casos de mulheres que aparecem como protagonistas de algumas assustadoras histórias; casos de mulheres que rompem com o credo de uma suposta moral inquestionável.

Guacira Loro citando Bila Sorj, afirma que *"a 'sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional' e dessa moral racional estão excluídos 'o desejo, a empatia, afetividade, sentimentos"*. Tais características são entendidas como *"manifestações irracionais e, portanto inferiores e são identificadas com as mulheres"*<sup>107</sup>.

A partir dessa citação é possível pensar como os discursos do *DB* enfatizam o mau comportamento de mulheres que talvez rompam um pouco dessa moral universal construída pelos lugares de poder sobre o gênero feminino.

Refiro-me ao caso de Regina Morreira (sic) da Silva que, segundo a nota do referido jornal, aparece praticando desordens e, por isso, teria sido detida pela polícia várias vezes. Segue-se a seguinte passagem: *"Regina Morreira da Silva foi prêsna na noite de ontem (...) quando esta se encontrava fazendo desordens na rua Índios Cariris.*

---

<sup>106</sup> Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 37.

<sup>107</sup> Cf. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 148.

*Depois de prêsa Regina foi conduzida à Delegacia onde tem várias entradas*"<sup>108</sup>.

O jornal não especifica quais "delitos" Regina teria cometido. Talvez a mulher estivesse menos preocupada com a chamada ordem moralista construída como meio de disciplinar as condutas femininas - a tal ponto ser ela detida não somente uma vez, mas ter "várias entradas" na delegacia - e mais em cair no "crime" e inflamar tal ordem instituída a partir de mecanismos de controles judiciais, responsáveis por assegurar "a boa conduta" e o respeito aos princípios morais que articulam os comportamentos femininos na sociedade de que faz parte, ainda que a partir do lugar de desviante.

Fundado nos princípios moralista-religioso e jurídico, o jornal investe em outro caso com a clara intenção de chamar a atenção da população, eis o título da nota: "No bacanal das lésbicas houve faca e pornografia". Trata-se, segundo o jornal, de "*duas mulheres portadoras de anormalidades sexuais que estão colocando em polvorosa a rua Obdedon Licarião - Nova Brasília*". A repercussão do caso partiu de que "*as 'avançadas' vêz por outra promovem cenas degradantes em seus bacanais provocados por excesso de álcool e dão evasão às anormalidades*"<sup>109</sup>.

Identificar qual o lugar em que se encontram as mulheres parece ser, prioritariamente, o interesse do DB para, em seguida, (in) formar ao conjunto da população que estas "*promoveram um verdadeiro quebra-quebra, acordando com pornografias os vizinhos. Quando reclamadas saíram à rua quase completamente despidas, estando uma armada com afiada faca-peixeira*"<sup>110</sup>.

O discurso do jornal referencia o episódio protagonizado pelas duas mulheres com a explícita intenção de contribuir na estereotipia da opção sexual. Pensemos a repercussão de tal relato (ou, talvez não) em mãos e na boca das chamadas moças ou senhorinhas de família da década de 1970. Reflitamos sobre como algumas

---

<sup>108</sup> DB, Campina Grande, 12 de novembro de 1967, n° 3328, p. 5.

<sup>109</sup> Cf. DB, 4 de agosto de 1971, n°4419, p. 5.

<sup>110</sup> Idem, ibidem.

leitoras do *DB* consumiam os produtos culturais imputados pelos meios de comunicação (no caso aqui o jornal).

É perceptível como o *DB* fixa ou reforça lugares para ambas ao passo que faz um jogo de palavras com a seguinte expressão: “*No bacanal das lésbicas houve faca e pornografia*”. O termo “bacanal” é denotativo de farra e orgia e, comumente, tal expressão está associada à desordem; talvez por isso, logo em seguida, o termo “faca”, artefato doméstico, também utilizado como arma onde há brigas ou confusão. Contudo, os termos que chamam mais atenção são “lésbicas” e “pornografia”. Veja como o sentido do último termo visa a carregar de significado o primeiro. Assim, temos que o leitor pode tirar um termo pelo outro, resultando daí uma compreensão de que o relacionamento entre indivíduos do mesmo sexo vem a ser sinônimo de pornografia.

Tal assertiva insinua ainda que essas mulheres fossem, possivelmente, dotadas de sentimentos e atitudes que corrompem a imagem da mulher honesta e fidedigna, no momento em que “desonram” seus corpos entre si ao se entregarem aos desejos e às paixões “infames”. Insinua pensar em mulheres que modificam o “uso natural” das coisas, se inflamando em sua sensualidade e, como punição, suas condutas são prescritas ou marcadas no relato da imprensa como “portadoras de anormalidades sexuais”.

Tal questão vem a se contrapor ao discurso médico, centrado na normatização das famílias no início da primeira metade do século XIX no Brasil. Refiro-me ao trabalho *Ordem médica e Norma familiar* de Jurandir Freire Costa citado por Martha de Abreu. A autora afirma que ao realizar uma arqueologia da família brasileira, Costa analisa o processo de submissão das famílias da elite à tutela médica, através da política higiênica. O conceito de higiene, neste sentido, é ampliado, significando não somente higienizar os corpos, mas toda uma política voltada para as características psíquicas e sexuais do indivíduo.

Consiste, assim, em “regenerar” a mente, “purificando-a a partir dos preceitos da “repressão” ou contenção dos desejos sexuais, tornando-a pura e docilizada frente aos “novos” preceitos de

organização familiar fomentada pelo chamado “progresso”<sup>111</sup>. Assim, tal política demonstrou ser peça-chave na constituição do papel da mulher enquanto mãe na construção da civilização brasileira.

Em se tratando de homossexualidade feminina, Magali Engel afirma que estudos referentes a tal questão, nas sociedades contemporâneas, têm tido significados bastante distintos das relações homossexuais, “*variáveis não apenas no tempo, no espaço e no universo das hierarquias sociais, mas também entre os sexos*”. A autora assinala que a homossexualidade tende, cada vez mais, a se confirmar “*como um ‘terceiro sexo’ com o mesmo estatuto dos outros dois - ou seja, como uma opção legítima na busca do prazer sexual*”<sup>112</sup>.

Um outro caso semelhante ao de Regina Morreira é o de uma mulher apelidada de “Maxixe”. Tal episódio chama a atenção pelo fato do discurso da imprensa enfatizar que esta teria sido detida várias vezes, o que nos parece ser lugar-comum em se tratando de mulheres que “transgrediam” certas práticas ou a lei em Campina Grande nesse momento. Vejamos como o caso aparece no *DB*.

#### MAXIXE ARRUACEIRO

Na tarde de ontem a Policia colocou mais uma vez nas grades a *desordeira* Sebastiana Freire da Silva, pernambucana de Recife (...) onde é mais conhecida por “maxixe”. Essa pernambucana é o *terror* da Pedreira, no Prado, sendo que vez por outra costuma armar-se com uma faca peixeira, para ajudá-la na suas *arruaças* diárias. “Maxixe”, que já foi prêsa inúmeras vezes, na tarde de ontem foi novamente detida pelo sargento Abelardo, quando se encontrava armada com uma “peixeira”, provocando os moradores das proximidades da Pedreira<sup>113</sup> (grifos meus).

---

<sup>111</sup> Cf. ESTEVES, Martha de Abreu. *Op.*, cit., pp. 28-29.

<sup>112</sup> Cf. ENGEL, Magali *História e sexualidade*. In: CARDOSO; VAINFAS, Ronaldo. *Op.*, cit., p. 300.

<sup>113</sup> *DB*, Campina Grande, 11 de maio de 1968, n° 3472, p.5.

Depreende-se, através de alguns fragmentos dessa reportagem, como o *DB* se utiliza de uma linguagem irônica para narrar o caso de Sebastiana Freire da Silva. Isso porque o sujeito que produz a narrativa, possivelmente, estava inspirado pelos enunciados moralistas que dão a sua fala um lugar de autoridade e verdade.

Os termos utilizados pelo *DB* para fazer referência a Sebastiana Freire da Silva, como “maxixe arruaceiro”, “desordeira”, o “terror” parecem fazer parte de um jogo estratégico com vista a reforçar a imagem de má conduta construída em torno da mulher. Basta observar como o jornal enfatiza o fato desta já ter sido presa por inúmeras vezes pelo delegado Abelardo.

O poder do discurso desse jornal “*pode se atribuir, e efetivamente se atribuiu, a possibilidade de transmitir seus efeitos, e muito mais que isso, de encontrar a origem dos seus efeitos num canto que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo*”<sup>114</sup>. Isto pode ser verificado na passagem onde o discurso do *DB* afirma ser a mulher “o terror da Pedreira”.

Apropriando-me das palavras de Foucault, são “*presunções que lhes são inerentes, em função dos que as enunciam*”. “*São enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária*”<sup>115</sup>.

Enunciados que joga luz para pensar como era lugar comum às mulheres retornarem a prisão por razões múltiplas. Deste modo, pode-se perceber a presença do delegado Abelardo atento a “*desordem moral*” que pudesse colocar em cheque a tranquilidade dos moradores da cidade.

O sargento Abelardo, comissário do Prado apresenta presa na seção de Costumes, a mulher Maria Bezerra, de 54 anos de idade (...) por se encontrar fazendo “*s-trip-tease*” em plena luz do dia (...). A mulher que é uma pedinte velha costuma embriagar-se e iniciar verdadeiros “*shows*” na via pública, com exibições de ce-

---

<sup>114</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins fontes, p.15.

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, p.14.

nas de nudismo. Para tal Maria Bezerra inicia rasgando a roupa, mas sempre seus “strep-teases” são interrompidos pela policia, sendo esta a sexta vez que é presa pelo mesmo motivo.<sup>116</sup>

Neste sentido, parece ser algo comum o fato de Maria Bezerra praticar várias vezes *strip-tease* e, por isto, ser presa. A partir disso pode-se pensar que motivos e/ou razões levariam uma mulher de cinquenta e quatro anos de idade (também poderia ser uma jovem) a rasgar suas roupas e ficar despida em plena via pública? Talvez tais oportunidades fossem razões para ela se libertar de sua repressão sexual, a qual teria frustrado seus desejos. Ou talvez fosse a vontade de exteriorizar seus sentimentos e desejos após anos de recato, silenciamento e abstenção de prazeres inconfessáveis, recônditos.

Um trecho que chama atenção é a maneira pejorativa como o *DB* relata o episódio colocando-a num lugar de “uma pedinte velha [que] costuma embriagar-se...”. Percebe-se que Maria Bezerra trapaceava as normas que geralmente restringem uma mulher “de idade” fadada a ficar no âmbito de casa, cuidando dos filhos e dos netos. Maria Bezerra escapa às regras de boa conduta; em vez de se esconder atrás do discurso de “velha pedinte”, “coitadinha”, foge aos padrões de decência e de recato, pregados pela boa moral e pelas normas jurídicas.

A construção de discursos sobre condutas e comportamentos femininos tem enfatizado, através das relações de poder e saber, uma sondagem minuciosa concernente às práticas femininas. Práticas sorrateiras disseminadas no cotidiano, no dia a dia de mulheres, emergem como fontes riquíssimas para o pesquisador que produz narrativas sobre o gênero feminino e, do mesmo modo, esse trabalho não deixa de ser também mais uma maneira de construir outro discurso sobre a mulher.

Tal questão estabelece formas estratégicas e táticas em que o saber/poder se exerce, transversalmente, a partir da linguagem,

---

<sup>116</sup> *DB*, 22 de maio de 1968, n° 3481, p.5.

dos símbolos, signos ou de quaisquer outras formas de imagens. Contudo, tenho percebido que esse poder/saber nem sempre consegue abranger todas e quaisquer formas de conduta e comportamento, supervisionando e sondando.

Outra forma de poder é o que Foucault aborda na obra *Vigiar e Punir*, ao dar ênfase às maquinarias óticas da disciplina e do controle social. Este discute os lugares de poder e de saber e como estes estão disseminados por toda a sociedade. Nessa engenharia dos corpos, “manipulados pela autoridade”<sup>117</sup>, segundo ele, não existe o poder, mas relações de poder, feixes de poder. O poder não é algo que hierarquiza, mas que se articula nos espaços.

Todavia, embora não negue que haja as estratégias de um poder institucional que busca disciplinar e controlar as ações femininas, também não se pode negar ou deixar de considerar que algumas das condutas e atitudes analisadas no *DB* se configuram naquilo que Certeau chama de *antidisciplina*<sup>118</sup> a partir das artes inventivas no espaço cotidiano, ou seja, consiste na ideia da burla do sistema disciplinar, isto é, a partir de condutas e comportamentos “desviantes” essas mulheres modificam o sistema panóptico, alterando-o, haja vista não poder dele sair.

Apesar disso, nem toda conduta ou comportamento dessas mulheres pode ser visto a partir dos conceitos de táticas e estratégias de Certeau. Isso seria tentar reduzir os atos dessas mulheres a sistemas conceituais estritamente fechados e deixar de perceber as particularidades, diferenças e, por que não, o exótico contido nas suas artimanhas. É preciso pensar até que ponto essas mulheres

---

117 Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad.: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 132.

118 Certeau trabalha com esse conceito tendo em vista como os usuários se apropriam e reapropriam do espaço organizado pelas técnicas institucionais. A ideia de se pensar a antidisciplina consiste em como os indivíduos praticam as diversas maneiras de fazer no seio das estruturas microbianas de poder e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de práticas inventivas, uma poética de bricolagens, de criatividade articulada sobre os detalhes do dia a dia. Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 41.

desviam o lugar ou buscam desviar-se dele como modo de se contrapor às maquinarias de poder. São indagações que merecem muito cuidado ao serem analisadas ou colonizadas pela escrita de saber.

De outra parte não se pode deixar de conjecturar que as mulheres nem sempre se mantêm passivas aos produtos culturais disciplinarizantes que lhe são, sorratamente ou não, impostos; mas na contingência de suas infames vidas apresentam outros espetáculos de mulheres desordeiras, imorais, desviantes, insubmissas as premissas de um universo normativo, constituído por várias formas de doutrinas que “representam” o “ser justiça”, o correto, o ordeiro, a moral, etc.

Regina, Sebastiana e Maria Bezerra inventam outros espaços dentro do próprio sistema normalizante. Elas constroem feições através de suas próprias atitudes, sem estarem preocupadas com máscaras, desarticulam os enunciados fixos, a partir de suas tramas históricas. Deslocam-se do anonimato, do lugar de marginalizadas e, através dos feixes de luz da justiça ou da imprensa, metaforizam o lugar de mulher a partir de outras condutas, provocando um sentimento de estranhamento aos olhos de quem as vislumbram.

É a partir dessas resistências sub-reptícias ou não que o sistema panóptico se corrói pouco a pouco. Assim, cabe aqui a indagação: onde está a tua vitória, oh disciplina? Esta ‘vigilância generalizada’ vai sendo a todo instante constituída e construída por outras práticas atípicas de mulheres, práticas incomuns, que vão se fazendo sob as diversas maneiras de consumir os ‘dispositivos’ que vampirizam’ as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder<sup>119</sup>.

Tais meios coercitivos seja os da imprensa ou os da justiça, ou da própria inscrição em seus corpos e condutas são, possivelmente, utilizados para assegurar as mil práticas de juízos valorativos, costumes e tradições que são perpetrados pelas maquinarias de controle religioso, visto ser “transfigurado” no discurso jurídico e por que não, no da imprensa.

---

<sup>119</sup> CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 41.

Maquinarias que são sucateadas a partir dos tipos de comportamentos femininos, dos múltiplos perfis de mulheres “desviantes”, das *posologias de condutas* que vão sendo iluminadas e atravessadas em virtude de seu choque com o poder.

Mulheres “desviantes” que deslegitimam o estatuto de dominadas, recalçadas, ou o de passividade, ou de docilidade. Com suas *caças não autorizadas* fazem *bricolagens* nas teias de saber e poder no cotidiano. É nessa “*produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular*”, que nada mais é que as migalhas de poder que lhes foram “sobejadas”; ou, é a partir destas que constroem “*outra produção, qualificada de ‘consumo’*”<sup>120</sup>. Astúcias ou não, tais mulheres se dispersam em suas engenharias, mas ao mesmo tempo se insinuam perigosas, *sexys* ou simplesmente Marias como tantas outras. Silenciosas, às vezes! Se não fosse à luz do poder. Quase invisíveis, se não fosse o choque com o saber, mas o choque por elas provocado.

---

<sup>120</sup> Cf. Idem, *ibidem*, pp. 38-39.

## 4 LUGAR APENADO: ESPACIALIDADE, RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADES PRISIONAIS <sup>121</sup>

Helmano de Andrade Ramos

A visita se estabelece. É o dia da semana mais esperado pelos apenados. É o dia de Gloria. É o dia em que podem usufruir a visita íntima, em que entra comida diferente, entra dinheiro. Em que o preso vai sanar suas dívidas, fica sabendo como estão alguns parentes e pessoas com as quais ele ainda possui algum vínculo; pode ver os filhos, fazer refeições e brincar com estes, enfim, assumir, em parte, outra identidade, ainda que provisoriamente. É, também, o dia de lidar com ilícitos e, assim, fazer o abastecimento de produtos que estiverem faltando na Penitenciária. Para isso as articulações com os agentes de transportes (normalmente ex-detentos) e com os próprios oficiais têm que funcionar, justamente para auxiliar a entrada de produtos para alguns e a interdição para outros. Os domingos e, principalmente, as quartas-feiras são dias a que os apenados destinam atenção especial e em que cuidam de respeitar e fazer serem respeitadas as regras estabelecidas, propriamente, para o "dia de visitas". Nosso olhar estar atento, buscamos entender o trançado simbólico fabricado pelos artífices do/no cotidiano carcerário<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> O ensaio foi elaborado com base nas anotações realizadas a partir das observações que fizemos nas visitas periódicas ao *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, iniciadas em junho de 2005 e encerradas em maio de 2008. Neste período, além de dialogarmos com os apenados de maneira geral, dialogamos com os detentos das celas do "isolado" e da "favela"; nas entrevistas realizadas com Severino dos Ramos Lima, "Raminho" - em agosto de 2007 -, Aldo Riccelli - em agosto de 2007 -, O diretor do presídio - em agosto de 2007; nas fotografias cedidas pela direção do Presídio e feitas na Penitenciária; e no registro cartorial da edificação do Presídio. Sendo essas nossas fontes atuais.

<sup>122</sup> A primeira visita que fiz ao *Presídio Regional Agrícola do Serrotão* [localizado em Campina Grande-PB], nosso *locus* de análise, em dia de visita, foi em 07 de agosto de 2005. Estávamos sob forte emoção, embora já tivéssemos começado a pesquisa de campo poucos meses atrás no Presídio provisório do Monte Santo, na mesma cidade. Inicialização em

O período da visita (a que os apenados se referem como o “dia de visitas”), que dura das 12 às 14h, em dois dias da semana - quartas-feiras, reservadas para as visitas íntimas e domingos, em que a visitação é aberta a todos - merece atenção pelo fato de criar uma situação distinta na rotina carcerária, ainda que nela esteja inserida, colocando os apenados em contato com o mundo externo. Esse articula todo um conjunto de relações no interior da Instituição, que é estrategicamente “planejado”, posto que visa a garantia de modelos comportamentais prepostos, teatralizando atitudes, gestos, palavras. Situação balizada por um cem números de olhares, vigilantes, tensos, ansiosos, temerosos, decepcionados. Há expectativas várias, inclusive a principal: confirmação de visita.

É, ao que pudemos observar, um momento rico de análise. Um xadrez interativo em que as jogadas são estrategicamente articuladas. Hiato de tempo em que um conjunto de relações entra em jogo para intermediar os movimentos de apenados, visitantes, direção. Circunstância em que são postas em prática identidades e saberes próprios<sup>123</sup>.

Adentrar no complexo Penitenciário do Serrotão nos remete a um segundo nível de espacialidade, aquele que diz respeito à arquitetura física e simbólica que estabelecem sentidos para os detentos que o integram. Assim, a descrição da espacialidade da Penitenciária do Serrotão, que realizamos a seguir, objetiva permitir ao lei-

---

que já havíamos estabelecido diálogos informais com os apenados sobre nosso interesse investigativo. Certo é que fomos instigados ao estudo a partir de um interesse pontual: as simbologias presentes nas tatuagens feitas no interior dos presídios. De nossos contatos iniciais e frequentes fomos estimulados à ampliar a problemática, estabelecendo como pontos centrais as relações de poder no interior prisional e suas implicações na formação das identidades apenadas, considerando-se as associações construídas entre detentos e ocupação espacial. Donde resulta que a espacialidade aqui destacada foi sendo percebida como eixo fundante para a construção do sentimento de pertença e identificação do apenado em meio a comunidade de que se constitui a Instituição Penitenciária (apenados, dirigentes e agentes).

<sup>123</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa, Petrópolis: Vozes, 2001.

tor, tanto àquele que já tenha visitado uma prisão, quanto aos que nunca tiveram a oportunidade de fazê-lo, adentrar, ainda que a partir de nosso “olho”, na intricada articulação que se estabelece entre a espacialidade física e simbólica que estruturam as relações no interior do cárcere.

A *Penitenciária Regional do Serrotão* é composta por uma entrada, com acesso exclusivo pelo portão principal, que tem em seu lado esquerdo, no sentido da entrada, o corpo da Guarda dos Agentes que faz a “revista” dos visitantes em dias de visita e, nos demais dias, controla a entrada e saída de detentos, familiares e público em geral. À direita localiza-se o Corpo da Guarda da Polícia Militar, que funciona em sistema de plantão para agir em qualquer eventual situação. Em sentido frontal tem-se o portão que dá acesso ao sistema seguro, uma grande área arborizada onde os detentos recebem visitas, trabalham e tomam banho de sol. Em sentido da extrema esquerda para a extrema direita encontram-se as estruturas funcionais que são o Pavilhão individual 1, perto do muro que divide o *Presídio Regional Agrícola do Serrotão da Penitenciária Máxima*, onde existe uma passagem para agentes e, mesmo, para transferência de detentos. A primeira estrutura é a cela da caixa d’água, controlada por um detento, e um pequeno espaço vazio que serve como campo de futebol. Atrás deste ficam as celas do seguro e do isolado, contendo duas celas cada um com funcionamento em um mesmo bloco.

À frente do pavilhão 1 está localizada a enfermaria que contém seis celas (mas geralmente os detentos ficam soltos, podendo circular no seguro), um espaço para depósito de alimentos e medicamentos e uma sala de atendimento médico e distribuição de medicamentos e receitas. De frente a enfermaria e ao lado do pavilhão 1 encontra-se o pavilhão dos albergados, em uma estrutura de galpão sem grades, contendo um compartimento onde funciona um pequeno comércio em dias de visitas e que serve para guardar os colchões dos detentos. Neste espaço, no período da manhã, funcionava a mini mercenaria, a tarde funciona a escola e a noite serve para receber os detentos do sistema semiaberto durante a semana,

com entrada sempre às 18:30 e saída iniciada às 6:30, ficando aberto nos finais de semana. À frente, ainda mais ligadas estruturalmente, funcionam celas individuais, basicamente três que servem para alojar detentos que por questões de segurança não podem estar em convívio com os demais. No lado esquerdo destas localiza-se uma Igreja evangélica, sempre aberta, exceto à noite. Nesta ocorrem reuniões às quartas-feiras e aos domingos, contando com a presença dos familiares dos apenados convertidos. Ao lado (esquerdo) desta encontram-se, em proporções maiores, as celas funcionais para detentos que trabalham a serviço da direção. Aí se encontra a cela destinada para a criação de galinhas. À frente desta existe um bloco de três celas com detentos da oficina de panificação e o barbeiro. Ao lado, uma outra cela ocupada pelo chefe da musculação. Em outro bloco semelhante encontram-se celas ocupadas pelo detento responsável pela iluminação, através da casa de força, e por detentos do setor administrativo. O que leva a pensar/perceber que todas as atividades da Penitenciária são efetuadas por detentos. Essas celas antes eram habitadas por policiais de plantão, mas, por questões que dizem respeito à própria manutenção interna se fez necessário a colocação de detentos nesses compartimentos, permitindo tanto sua proximidade com o trabalho, como o distanciamento da massa apenada.

No seguro, ainda se tem a chácara da penitenciária, sob chefia de um detento que realiza o trabalho com a ajuda de mais dois detentos. Aí são cultivadas verduras, batatas-doces, macaxeira, etc.; se criam galinhas e patos, tudo em baixo nível de produção. Em se tratando de uma penitenciária agrícola, cuja função é (re)socializar pelo trabalho na terra, observa-se que esse tipo de atividade é inexpressivo. Ao lado direito desta há uma quadra de futebol, apenas para os detentos do seguro, já próximo ao portão que divide esse espaço da favela. A quadra é pouco utilizada em virtude de que a maior parte trabalha e das trocas de ameaças e xingamento entre as partes, mesmo tendo a direção à frente da quadra, o que não intimida certos detentos.

A parte administrativa, sob funcionalidade apenada, de agentes e pessoas contratadas se faz composta pelo setor pessoal, onde o detento vai ser fotografado na sua entrada e em que são coletados os seus dados para averiguação, tanto de seu crime e periculosidade, como sobre sua reação diante dos demais detentos e daqueles para com este. Daí a necessidade do isolamento, existindo ao lado uma sala que é a do setor jurídico onde ocorrem contatos com advogados e transferência de processos destes para os detentos, bem como, se dá a regulamentação de visitas destes. À frente tem outra sala que funciona como espaço onde se organiza a recepção das visitas e de onde se transmite chamados de detentos à direção da Penitenciária. Por último, uma sala mais ao fundo que funciona como recepção de pessoas, em geral de detentos a falarem com os diretores, a sala ao lado das secretarias dos diretores. Em seguida fica outra sala, uma das mais importantes, em se tratando de espaço oficial, sob comando dos tenentes Guilherme e Sebastião, sendo aí por onde passam todas as decisões relacionadas, tanto da penitenciária agrícola, como da máxima, trata-se do setor de sonoro. É daí que são convocados os apenados até a direção e de onde se transmite informação para organizar a recepção das visitas, estando nas proximidades da cozinha de funcionamento exclusivo para diretores e funcionários, servindo, além das três refeições, café e chá aos funcionários e visitas (exceto às quartas-feiras e aos domingos).

À frente da direção funciona a cozinha dos apenados, tanto da favela, como de alguns do seguro e albergados (opcional apenas o café da manhã, já que o jantar é servido antes do retorno destes), então às 6:30 é servido pão, produzido na oficina de panificação, com manteiga e café. Após o que os detentos ficam soltos ou têm trabalho específico no seguro. Às 11:30 é servido o almoço com feijão, arroz, por vezes macarrão e verduras, caso se tenha na chácara, e carnes, vindas da COZIPE (cozinha penitenciária). Por volta das 15:30 é servido o jantar para posterior recolhimento aos pavilhões, daí a necessidade dos apenados em buscarem outras maneiras de se alimentarem até a hora da outra refeição. Questão que, no geral,

é resolvida a partir do recurso aos parentes ou através das compras internas que custam muito caro.

A “comida do governo” é servida através de uma grade que separa a cozinha da favela, havendo em sua extensão uma outra grade, em tamanho maior, por onde passam as visitas do seguro para a favela, esta é composta por mais sete pavilhões todos divididos em dois blocos A e B. Alguns são organizados por dois detentos, um de cada lado, outros por apenas um. O primeiro pavilhão, ainda próximo ao portão de segurança, é o pavilhão coletivo 1 (ou pavilhão 3 se iniciarmos a contagem considerando os pavilhões do seguro e da favela), é o chamado pavilhão especial (referência mais comum). Este se destina, em sua grande maioria, aos detentos mal vistos, aqueles que tendem mais a subir, no sentido da direção, que descer, no sentido dos apenados, tanto a partir de uma percepção arquitetônica como cultural, embora haja suas exceções. Mas, prioritariamente, é onde ocorre a execução de estupradores, em suas esquinas e mini ruas - referência aos espaços que dividem os pavilhões, já que no imaginário apenado o prédio se faz cidade, as celas casas, o pátio ruas com suas esquinas. Os pavilhões 2 e 3 são coletivos, ou seja, possuem vários detentos em uma mesma cela, geralmente pessoas conhecidas ou parentes em número variado, dividindo o mesmo espaço, por vezes pertences e até alimentação. O pavilhão 4 se constitui na “Mística dos assaltantes”.

Há um tipo de hierarquização entre os detentos que se orienta pela localização destes nos espaços da Penitenciária. Onde se aplica a lógica que vai dos pavilhões individuais até chegar ao último pavilhão, o de número 7.

A cela de cada detento, também, passa por esse tipo de hierarquização, já que, principalmente no caso das individuais, elas têm um custo financeiro para o detento que a ocupou a partir da compra ou aluguel, especulado por um detento mais antigo, constituiu-se na principal posse do detento. Assim a cela 10, assume grande importância, tanto em sentido arquitetônico como cultural, localiza-se junto ao campo de futebol, no interior do pavilhão 7, onde, principalmente pelas manhãs, tem bate-bola e são discutidos os

principais assuntos referentes aos detentos, de forma mais geral. Resta ainda destacar os muros, que na parte superior ao campo são dois, e que entre esses se realiza criação de ovelhas e cultivo de pasto para alimentação destas, atividade desenvolvida por detentos em benefício da direção. Acima desses muros localizam-se guaritas que contém, ou não, agentes de vigilância e arames farpados, além de fios de alta tensão que objetivam evitar fugas por cima destes.

Sob função tripla: produtiva, simbólica e de adestramento é que as instituições carcerárias, na modernidade, vão ser balizadas idealmente, entretanto, vai se observar que, na prática, a função produtiva não atinge a expressividade das outras duas, que articuladas possibilitam o “funcionamento” do sistema<sup>124</sup>. A isso, atente-se para o fato de que esse “pseudofuncionamento” se efetiva a partir de articulações outras, mais importantes que o saber/poder disciplinador e normativo, que são estabelecidas com base em condições externas as estratégias institucionais, por meio de dispositivos táticos que transformam as relações de poder em uma complexa rede movida por interesses que fogem ao controle do sistema normativo oficial<sup>125</sup>.

Em 1810 é instituído o código penal, em 1838 são reformados os sistemas prisionais sob uma organização que pretende funcionar adestrando e controlando pela sujeição do corpo e da mente. A técnica penitenciária (de funções cumulativas) se aprende, se transmite e se prolifera. Parafraseando Foucault o séc. XIX torna legítimo o poder das instituições em punir e disciplinar através de um método “racional” e homogeneizador, aplica-se a “Arte de Punir”<sup>126</sup>.

Assim, a história do procedimento penal tem como aspecto demarcador a gênese de um saber sobre a anomalia, a insurreição dos saberes “dominados”, bem como, a crítica efetiva ao manicô-

---

<sup>124</sup> Cf. GOOFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo: Perspectiva, 1996.

<sup>125</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*, 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000 (vol.1).

<sup>126</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, 1ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1979, p.261.

mio e a prisão que as organizações funcionais tentam mascarar. O processo de luta e utilização do saber nas táticas "anti-ciência"<sup>127</sup> insurgem, não tanto contra os conteúdos, métodos e conceitos, mas contra tudo que obscurece os efeitos do poder através de um discurso "científico organizado". A genealogia liberta da sujeição os saberes históricos, tornando-os instrumentos contra as coerções de um discurso científico e suas hierarquizações, que faz emergir seus efeitos de poder, a genealogia é tática a partir da discursividade local que ativa os saberes que são exercidos em sua forma prática, burlando a forma estratégica diária e, por entre essas, produzindo formas que viabilizem tanto a sobrevivência, como as articulações para a obtenção de melhores condições de estadia e mantimento.

O discurso oficial, respaldado na cientificidade moderna, pretende se instituir neutralizando a oposição do dominado, se utilizando de técnicas próprias ao interior institucional, através de uma "mecânica capilar do poder", que controla corpos, gestos, atitudes, vozes, em um regime "sinóptico de poder"<sup>128</sup>; de exercícios plurais e microscópicos, garantindo a manutenção e reprodução da relação de força, essencialmente repressiva. Portanto, se torna mais viável pensar a Instituição Penitenciária evitando os romantismos das concessões e evidenciando os combates efetuados em seu interior, já que "poder é guerra"<sup>129</sup>.

A pesquisa que estamos desenvolvendo segue, portanto, um movimento narrativo determinado, visa a reinscrever esta relação de forças nas Instituições Penitenciárias e a política de "sansão-punição", produzida no interior das relações entre apenados, que atua como prática reprodutora do desequilíbrio em nível interno. Assim, ousamos nos colocar como o "olho" e o "ouvido" dos combates cotidianos que se dão no interior do sistema carcerário do *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, cômicos de que "sempre se escreve a história da guerra mesmo quando se escreve a história da paz e das

---

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. op.cit.1979, p.171.

<sup>128</sup>Idem, ibidem, p.131.

<sup>129</sup>Idem, ibidem, p.176.

*instituições*"<sup>130</sup>, focalizando a inevitável reivindicação do corpo social (os apenados) contra o poder institucional e os modernos métodos (assepsia) de controle, disciplina e homogeneização comportamental<sup>131</sup>.

A Instituição Penitenciária é por nós pensada como espacialidade que se move pelos combates que se dão através dos confrontos e tensões, ocultados por um discurso estrategicamente eficaz e com efeito político, necessário a sua manutenção, buscando-se, assim, decifrar metáforas e estratégias, saber os pontos em que os discursos se transformam em relações de dominação.

Portanto, nossa intenção é fazer uma história dos espaços, que seria, ao mesmo tempo, dos poderes sobre estes, estudando desde as estratégias geopolíticas até as táticas do habitar na arquitetura institucional, passando pela implementação econômico-político, fazendo emergir as várias identidades não contempladas.

Mais do que em instância prática a arquitetura institucional se configura numa maquinaria que impede a identificação do titular do poder, sujeitos e lugares estão em constante mudança. Então, a questão do poder não pode ser colocada exclusivamente em termos institucionais.

Aprioristicamente, podemos dizer que o poder<sup>132</sup> é mais complicado, denso e difuso, permite hierarquias, enquadramentos, inspeções, condicionamentos e adestramentos, em uma rede piramidal, onde o ápice não exerce exclusivamente o poder, que está distribuído por toda a pirâmide, inclusive em sua camada inferior, que se faz "produzida" no interior dos compartimentos analisados, no caso específico em análise: a espacialidade física e simbólica que dão contorno ao cotidiano apenado no interior do *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*. Então, vejamos o que nos diz Severino dos Ramos de Lima, conhecido por "Raminho":

---

<sup>130</sup> Idem, *ibidem*, p.176.

<sup>131</sup> Idem, *ibidem*, p.145.

<sup>132</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 23ª ed., Rio de Janeiro: Graal editora, 2007.

O que o preso deve pôr na cabeça dele é que certas coisas que eram válidas pra ele aqui fora, lá dentro já não vale nada, tem que aprender a viver sem certas coisas, ele tem que aprender a viver sem uma comida bacana; ele tem que aprender a viver sem uma palavra de amor, de carinho, todos os dias no pé do ouvido; ele tem que aprender a viver sem filhos, sem mulher; ele tem que ter consciência cara de que ele é um preso, de que ele é um preso... e com o passar dos anos o cara vai perdendo o vínculo com a família e com os amigos e ele acaba adquirindo uma personalidade que ele nunca sonhou ter, ele nunca sonhou ser aquilo, o cara pode até desenvolver os instintos mais baixos que um ser humano pode ter, sabe cara, pode até acontecer isso<sup>133</sup>.

Portanto, interessa-nos perceber que no interior do cárcere a vida de cada detento depende, principalmente, dos “olhares” que sobre ele são lançados ou, mais propriamente, de como este constrói sua “identidade apenada” que vai servir-lhe para distribuir-se, classificatoriamente, entre detentos bem vistos e mal vistos, organizando o sistema espacial e simbólico. Ele precisa tomar consciência de sua condição de “preso”, afastando-se de exigências e ligações afetivas que tinha na sua antiga vida (fora do sistema carcerário), conforme destacou anteriormente “Raminho”.

---

<sup>133</sup> Trecho de entrevista com Severino dos Ramos de Lima, “Raminho”, Campina Grande-PB, 2007.

## 5 O ROMANCE DE CÂMARA CASCUDO: UMA LEITURA DE “CANTO DE MURO”

Ivone Agra Brandão

Num micro espaço sobrevive um mundo de sociabilidades. A reunião de aspectos contemplativos da vida e a visualização de elementos que se confundem com a esteira humana. *Canto de Muro* expressa a ação dos homens em relação aos animais, sugerindo-os como protagonistas de sua história; “indivíduos” comuns são antropomorfizados nas figuras de bichos, que se debruçam num típico cenário nordestino, nos permitindo estudar as suas práticas de sociabilidade e a construção dos seus espaços. *Canto de Muro* revela as marcas pejorativas atribuídas aos animais pela sociedade dos homens.

Câmara Cascudo articula num dado espaço (obra *Canto de Muro*), a vivência, a filosofia e a visão poética, que na realidade acabam por exprimir o “abuso” de poder do homem em suas “operações” no cotidiano.

Pretendemos analisar o romance de Câmara Cascudo, aqui focalizado, a partir de uma problematização que visa a perceber a permeabilidade, os espaços de sociabilidades e as estratégias utilizadas pelos personagens como formas de reconhecimento do gênero (romance) e da busca do racionalismo humano que parece estabelecer sentidos para a escrita cascudiana na obra.

*Canto de Muro* é uma das produções exclusivas de Luis da Câmara Cascudo; seu olhar voltado para a cultura popular e o desejo de não deixar morrer as tradições, o faz se pensar como um indivíduo que, ao observar as experiências de vida experimentadas pelo povo, sente o desejo de não deixar que o que fora construído caia no esquecimento. Apesar de tantas obras escritas em que referencia a vivência do povo, não somente o “nordestino”, mas essencialmente brasileiro, optou, neste momento, por escrever capítulos

de uma história menos pretensiosa, ou como o próprio Sidney Chalhoub intitula, por “cousas miúdas”<sup>1</sup>. Preocupou-se em descrever os pequenos acontecimentos sobre o que nenhum outro historiador, etnólogo ou antropólogo importou-se em escrever. Fez de pequenas narrativas da história de simples insetos sua matéria-prima, mérito de uma aventura etnográfica, e acabou reportando, cada um em sua plenitude, exemplos concretos de uma História Natural. Já deixa clara sua compreensão do exercício em que se ocupa no seu depoimento quanto às pretensões de um *professor provinciano, convertido à sedução* de escrever sobre as curiosidades quase microscópicas na saudosa Vila Cascudo<sup>2</sup>. Para isso, Cascudo prestou-se ao ofício de romancista e, embora afirme ser a provisão de um acaso que durou poucos meses de construção, foram resultados de quarenta anos de vivência e análise do mundo presente.

Observamos que o universo dos insetos é contemplado, não deixando passar as batalhas dos pequenos pela sobrevivência, o duelo de cantos entre titius, as brigas das caranguejeiras, o namoro dos pombos, a vida funesta dos urubus e a “feiura” das corujinhas ao nascerem. São percepções de um observador que não deixa passar os detalhes mais naturais e curiosos da vida destes pequenos habitantes de um “canto de muro”. Mesmo advertindo ser uma obra descompromissada, Cascudo não se esquiva em mostrar a experiência de quarenta anos cujo foco de análise foi a cultura produzida pelo povo.

Suas contribuições são referenciais para o estudo da cultura popular e das tradições do Nordeste. Conhecedor do folclore brasileiro, Cascudo é, também, considerado etnólogo, folclorista ou, ainda, meramente limitado, por muitas análises, à figura de um memorialista ou historiador. Na verdade, muitos tendem a colocar

---

<sup>1</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos da história do Brasil social da crônica no Brasil. São Paulo: UNICAMP, 2005.

<sup>2</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *Canto de Muro*: romance de costumes. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977, p. 217.

Cascudo num lugar comum, lhe atribuindo tantos significados que o tratam de forma superficial, ao invés de pensá-lo como ele realmente gostaria. Cascudo não tinha preocupação em escrever para uma categoria específica de leitores, pois se presta apenas como um escritor, sem pretensões em enveredar por uma análise completa e profunda sobre o tema que aborda, como no caso em tela.

É comum os excessos que se cometem em relação à obra de Câmara Cascudo, como adverte Marcos Silva, ao afirmar que atualmente presencia-se uma idolatria muito grande deste autor, acarretando uma “carga explosiva” que reflete numa “cascudologia”. Essas leituras, aliadas à figuras demolidoras e a “objetos de desmonte” acabam por reduzir o Cascudo criador de temas e destacadador de potencialidades, além de obscurecer sua importância enquanto compilador das tradições e continuidades das experiências do povo<sup>134</sup>.

#### CASCUDO, VIVIDO E PENSADO ENQUANTO ROMANCISTA

Câmara Cascudo não obteve nenhuma especialização, mas comportou-se como um indivíduo de múltiplos conhecimentos que detinha erudição e aprofundamento sobre qualquer conteúdo que desejasse. Dessa forma, paramos para pensar o quanto, cada vez mais, nos limitamos a uma área de conhecimento e nos tornamos profissionais minimalistas, muitas vezes, desprezando outras áreas do conhecimento, por prescrevermos que não possuirão utilidade posterior em nossas vidas.

O vasto legado deixado de presente para as gerações futuras é fruto do prazer que Cascudo tinha em viver momentos, da sua convivência com pessoas de diferentes experiências; do contato com diversas tradições; da lembrança das memórias passadas, o “boca a boca”, o medo, as superstições. Todavia, pensar Câmara Cascudo é pensar sobre um homem de múltiplas experiências que

---

<sup>134</sup> Cf.: SILVA, Marcos. (org.). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FCH/SP, Fapesp; Natal: EDUFRRN, Fundação José Augusto, 2003.

sentia admiração pela terra a que pertencia, fazendo questão de buscar nas coisas simples as complexidades de um mundo vivido como referência para a sua escrita.

As interpretações feitas da obra de Câmara Cascuda nos remetem a enquadramentos que o apresentam como um escritor preocupado em descrever tipos comuns nordestinos, como o sertanejo, seus usos e gestos, suas comidas, sua tradição conservadora, etc. Quando se fala em folclore nordestino, toma-se esse autor como um dos grandes referenciais de estudo. Infinitas são suas produções, um rico e diversificado caminho sobre a cultura do povo, que se tornou o principal reflexo de suas construções.

Enfim, seria necessário outras páginas para referendar as inúmeras obras deste autor, que escreveu sobre várias temáticas, propondo uma trajetória particular do estudo da cultura popular. Viveu e escreveu pensando nas sensibilidades de sua época. Um erudito que enfocou o popular, mas que não negou sua origem e não se esquivou em manter suas opiniões sobre o que pensava e idealizava sobre cultura<sup>135</sup>. Suas opções e seus gostos estavam marcados explicitamente em seus textos, em que afirma não se preocupar com críticas, como as que o nomearam de conservador, patriarcalista, monarquista ou provinciano. Apesar de ser um erudito que fala do popular, ele adentra no universo do modernismo e do regionalismo buscando figurar seus arquétipos de acordo com o que ele pensa.

#### UM ROMANCE DE COSTUMES DE ANIMAIS

Produto de uma atividade inesperada, *Canto de Muro*, simples título dado pelo autor, é um romance resultante da experiência de quarenta anos por ele vividos. Enquanto sua mulher estava acompanhando seu filho gravemente adoecido no leito do hospital, Cascudo sozinho e ao mesmo tempo angustiado, fazia inúmeras anotações. Inexplicavelmente, ele disse: *pensei nos meus bichos de*

---

<sup>135</sup> SILVA, Marcos. (org.). Op., cit., p. 8

*outrora e no convívio inesquecido da longínqua chácara do Tirol.*<sup>136</sup> A vivência da infância, a sedução pela História Natural, a vontade de colecionar insetos, que melhor conheceu durante o curso de Medicina no Rio de Janeiro, foram experiências que ajudaram Câmara Cascudo a compor os capítulos de seu romance, que quase não chega a ser editado, por preferência do próprio autor. O livro nasceu com “violência” e, por isso, para Cascudo, cada uma de suas páginas possuía um caráter emocional.

Em *Canto de Muro* presenciamos uma forma particular de produzir estórias com a modificação de sua escrita a partir de uma intencionalidade que a ela é dada. Câmara Cascudo, mesmo trabalhando com a ideia de que as tradições são imutáveis, alerta para a perda dessa vivência simples e natural de perceber o mundo. Ele conserva uma preocupação sagaz com as experiências “nordestinas”, transcrevendo em sua obra o vivido, o observado e o imaginado sobre o que ele próprio sentia da cultura popular. Escrever um romance tornou-se um laboratório para Câmara Cascudo que, mesmo a considerando uma atividade estranha e inesperada, pede licença, e acaba levantando todo o material possível que o leva a produzir uma obra desse gênero.

*Canto de Muro* nasceu das múltiplas observações de Cascudo do cotidiano, tão somente do acaso, fugindo das regras da escrita, na tentativa de diferenciar-se dos demais autores. Ele não se esquivou em distanciar-se dos modelos de textos elaborados a partir da escrita modernista, que estava no auge na época e era o referencial para a quebra e para os desvios dos moldes anteriores.

Com a História Natural, Cascudo aborda a natureza do próprio espaço que é apresentada como objeto de “exploração letrada”, mas, que não deixa de ser o objeto de uma sabedoria popular. Seu olhar de diferença estava voltado para os animais (insetos, aves e pequenos mamíferos) que eram vistos como providos de uma essência e às vezes comparados instintivamente ao ser humano. *De todas as espécies é a única que não goza das licenças legais e férias remu-*

---

<sup>136</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 217.

neradas. Não há leis regulando o esforço perpétuo das saúvas, vassalas de Ata.<sup>137</sup>

Observando porque eles estão naquele espaço e como sobrevivem, grande parte das histórias em que os animais estão inseridos, retrata sua conduta como seres antropomorfizados, pois em alguns momentos os animais recebem uma carga natural das sensibilidades humanas. As semelhanças vão sendo apresentadas espontaneamente, de acordo com a observação do caráter denunciador do autor com relação aos homens. Cascudo lança, neste romance de costumes de animais, uma crítica a ação de arrogância dos seres humanos no seu tratamento com os mesmos, invertendo os papéis.

O homem está em segundo plano, aparece como um simples figurante e não destaca o seu conhecimento adquirido ao longo do tempo, mas por um momento, secundariza-o, esquecendo que pôs em si o sentimento de centralidade de que apenas ele é o “ponto inicial” do mundo e de que tudo e todos estão a ele subjugados. O homem leva realmente a sério o preceito de Deus quando disse que esta criatura teria a responsabilidade de cuidar da natureza e dela tiraria o seu sustento. Cascudo, reflete este drama de maneira menos explícita, mas deixa esclarecido quando movimenta suas ideias e ideais.

Não existe personagem central em o *Canto de Muro* ou protagonistas da história, porém, existe uma participação inclusiva do narrador, que participa ativamente da história e expõe sinteticamente suas críticas quando necessário. Todos os bichos são os produtores, diretores e atores de seu próprio episódio, cada qual (sobre)vive a sua aventura. Nada de diálogos, encenações e intenções ocultas, basta ser o que é, pois não há motivos para viver “mascarado”. Quando abrem-se as cortinas o que está presente é a vida, o que será exibido em todo o momento é a experiência, a luta pela sobrevivência, as intimidades, os massacres, a falsidade do “outro”, o amor descarado e a busca pela afetividade; logo, a história da vida privada e também externa dos animais.

---

<sup>137</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 7.

A ausência de uma trama conserva e dá autonomia aos animais, individualizando-os não como pessoas, mas como seres dependentes de sua realidade e ligados aos seus traços comuns. Está presente no texto de Cascudo a fuga da ideia de histórias dialogadas e de enredos que perpassam um sentido moral como o apresentado em La Fontaine.

O ambiente em que se passam os vários momentos é um pequeno lugar dificilmente pensado como um espaço de sociabilidade; um canto de muro de um quintal abandonado, que aos poucos é moldado por Cascudo, mas seu estágio de contemplação é o Nordeste, a partir do momento que delibera suas práticas e sua sabedoria.

Não há como fugir do local da fauna e da flora nordestina, pois seus habitantes, mesmo estando presente em outro país ou ambiente, seriam por essência eles mesmos, estando ali por um sentimento de pertença, que os une não por um conceito de coletividade, mas por necessidade; cada um necessitando do outro para sobreviver. Nesta perspectiva, o autor lança a ideia de uma inter-relação entre os animais; uma descrição da seleção natural, levando a sério o ciclo de vida de cada um, num verdadeiro ecossistema, porque não dizer: "salve-se quem puder". Todo o ciclo da vida pode ser experimentado num pequeno espaço, não há como fugir do nascimento e das dificuldades que se tem para viver, como também a própria vivência, por si só, torna-se um desafio. Noções de vizinhança, coletividade e parceria se tornam ações desenvolvidas pelos homens, pois, para Cascudo, os bichos, sem querer, desenvolvem, por pura naturalidade, algumas dessas peripécias.

O autor desenvolve esse aspecto muito bem, contudo ele não se contenta apenas em contar a história. Câmara Cascudo não somente é o narrador dos episódios, mas, quando se faz necessário, afirma participar dos acontecimentos como prova de que a ocorrência destes realmente procedem: "*Por mim foram vistos sem que soubessem que estavam sendo objeto de futura exploração letrada*"<sup>138</sup>. Essa observação e, ao mesmo tempo presença, traduz os múltiplos sen-

---

<sup>138</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 2.

tidos construídos pelo autor quando escreve sua obra, não se limitando aos caracteres de narrador-personagem. Insere-se como crítico e comentarista de sua própria produção, contemplando seus personagens com muita prospecção e se mostrando um excelente observador e pesquisador da vida dos animais. Admira-os com intimidade, prostrando-se como vigia sinestésico de cores, cheiros e gestos, como afirma Telê Ancona:

Predomina, no narrador personagem, o lirismo do olhar que transfigura, através de imagens, comparações, sinestésicas, adjetivos precisos, um local desprezado e corroído, ao capitar nele a pulsação da vida, a dimensão plástica nas cores da vegetação e dos seres, nas luzes e sombras, nas diversas danças de amor e de morte; a dimensão dos sons da terra, dos chilreios; cantos e guinchos ou dos silêncios luminosos; o alcance dos perfumes e cheiros<sup>139</sup>.

Os animais são vistos em sua plenitude, a liberdade de atuar mostra um caráter diferenciado na experimentação de Cascudo, por isto não havia tempo para uma encenação de seus hábitos. À semelhança com o que nós vemos, afirma o autor, “não é mera coincidência”, pois qualquer fato aqui constatado também pode ser motivo de dedução pelo caro senhor leitor<sup>140</sup>. Por isto, Cascudo critica com veemência os letrados e/ou cientistas que inventam e reinventam conceitos sobre as atuações e ações dos animais. Considere que estes, nas horas de experimentação, não teriam qualquer tipo de inibição em “sonegar” a verdade sobre os animais. Achar saber, para Cascudo, não é sinônimo de saber.

Ficção mistura-se com dados científicos; mitologia, geografia e folclore se cruzam. É uma combinação de seu conhecimento sobre os animais, para que a leitura se torne amena, como também interativa, informativa e formativa.

Não há como escapar aos enlaces curiosos e reflexivos de cada episódio. Muitas vezes, o cotidiano dos animais é exposto por

---

<sup>139</sup> LOPES, Telê Ancona Porto. “Canto de Muro”. In: SILVA, Marcos. Op., cit., p. 203.

<sup>140</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 2.

Câmara Cascudo de maneira que faz lembrar a vida do homem nos seus atos de indecisão e as características de sua personalidade. De fato, foi observando os bichos que Cascudo acabou analisando os seres humanos e, à mercê desta inquietude vão surgindo dúvidas e incertezas que refletem sobre o caminho que os seres humanos andaram até chegar aos tempos de hoje. Em *Canto de Muro* existe uma valorização da vida e não o seu pessimismo.

Em *Canto de Muro*, pode-se perceber que as ações narradas vão transmitindo lições, não do ponto de vista moral, como defendia La Fontaine, mas no que toca à reflexão e ao questionamento como seres humanos. Cascudo justifica que todas as ações realizadas por estes animais são fatos concretos, impelidos por instintos naturais que engendram uma causa e um efeito positivo, fazendo-se seguir o ciclo da vida e o equilíbrio da natureza.

No primeiro capítulo, os moradores do canto de muro começam a aparecer, juntamente com o cenário sinestésico e cheio de cores e alegria. Não há como escapar à vastidão descritiva de Cascudo ao desvendar minimamente todo o espaço de convivência social de uma pequena esfera de animais, Titius, Licosa, Fú, Sófia, Musi, Lacrau entre outros. São "indivíduos" comuns que podem estar presentes até mesmo no quintal de sua casa.

Num lugar um tanto quanto despercebido das atenções do homem, vive e sobrevive uma multidão silenciosa, justo porque, poucos pensariam que ali existiria vida em abundância; lugar comum onde cada um possui seu canto despercebido. "*Esta é a multidão regular e permanente de terra silenciosa que o canto de muro denomina*"<sup>141</sup>.

Possivelmente, quando Cascudo pensa essa esfera silenciosa e inimaginável de uma multidão, estaria também refletindo sobre o rigor humano, com seus locais inadequados de sobrevivência; uma grande multidão de pessoas, que silenciam diante das condições naturais de vida, que por sua vez são emudecedoras diante de suas constatações.

---

<sup>141</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 4.

Mas, no canto de muro, também há espaço para os visitantes, turistas memoráveis, que não pertencem ao ambiente. Na realidade, para o autor, os visitantes do canto de muro são intrusos que momentaneamente se fazem presentes para tirar proveito de situações que lhe interessam. Uns se agradam da estadia por ser uma ambiente favorável, tanto de petisco quanto de esconderijo, como é o caso de Raça, a jararaca que se tornou visitante nata pelo fato do canto de muro ser um local ideal de alimentação; agiu bem diferente de sua parenta, a Cobrinha coral, que ganha a confiança e admiração de todos por não alimentar-se dos próprios moradores.

Vale a pena observar as características e qualidades lançadas aos animais; Cascudo personaliza Sofia como uma coruja velha e cansada, ave noturna, mas ao mesmo tempo misteriosa e venerada. A ela é dirigida a sabedoria e a tradição, sendo tomada como figura simbólica e enigmática. Todavia, como os seres humanos vivem num mundo de contradições, a coruja também é apresentada com esta característica. Ela é considerada uma ave que simboliza a sapiência, porém, por ser noturna é vista como agoureira e, muitas pessoas se apavoram com o seu canto, por deduzirem ser ela a mensageira da morte. Apostando na criatura, inocente da culpa original, desavisada de seus atos ela continua seu prelúdio. No episódio *Romance da Coruja*, Cascudo escreve: *“Em qualquer país do mundo e tempo da História a coruja é mensageira da morte infalível. Por sua culpa é que a fama se espalhou, (...) de anunciadora da morte, arauto dos cemitérios e núncio fatal quando resmungando por perto da câmara agonizante”*.<sup>142</sup>

Cascudo afirma que virou uma tradição ou mito que o chilrear da coruja é um anúncio da morte. O homem imagina e chega a inventar superstições, apontando também que ela pode até “ser a responsável pela orientação política dos Estados Unidos e da União Soviética”. Sofia “rasga-mortalha”, não para o anúncio da morte, mas o cio é resultado de um voo bem mais alto que o permitido. Sua aparência dá medo, porque esteticamente se impôs que a coru-

---

<sup>142</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 87.

ja não segue os padrões de beleza dos outros animais. A reflexão apontada por Câmara Cascudo é de que os animais não estão interessados em medir padrões de beleza, como também, não incentivam a isso. Tais elementos constitutivos e qualitativos estão ali como meio de proteção e sobrevivência, naturalmente produzidos e não socialmente construídos.

Tanto Sofia quanto Quiró, o morcego ou, cientificamente falando, o *Microcheiropteros* [como faz o autor], possuem hábitos noturnos; são os amantes e boêmios da noite, como também a causa da repulsa e medo dos homens. Cascudo diz que “a coruja evoluiu psicologicamente para o plano do egoísmo”.<sup>143</sup> Uma advertência talvez à mudança de hábitos, a coruja brasileira mora no “oco do toco”, é forte, mas não tem amor pelos seus filhotes. Câmara Cascudo alerta que quanto maior a ave, menor o grau de sensibilidade por seus filhotes, ao contrário das mais fracas, que possuem um maior zelo e são as melhores protetoras.

Na Europa é popular uma história de que “a raposa quando ia iniciar o seu almoço consultava a coruja sobre os tabus alimentares”<sup>144</sup>, sobre o que a coruja teria afirmado que, dentre as aves em idade precoce, a coruja era a mais sedutora, motivo que fazia com que as raposas as comessem com nojo. A coruja mãe, até hoje guarda rancor à falta de injustiça estética. Um alerta, talvez, que o próprio Cascudo resgata para pôr em cheque novamente o mundo do homem e a vida de aparência, em que o ser humano deve seguir um padrão recomendado pela sociedade; aquele que foge à regra indubitavelmente é antiestético.

Em *O mundo de Quiró*, um dos donos da noite, existe a diferenciação em ser morcego e vivê-lo. Quiró é visto como um personagem assombroso de figura meticulosa e espantosa, porém, Cascudo interpõe seu lado cômico, amenizando sua figura como carnavalesca.

---

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, p. 91.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*, p. 91.

É neste capítulo em que ocorre uma observação sinuosa das características dos morcegos, sendo aí onde Cascudo recupera uma tradição que aponta que os morcegos vieram dos ratos ou, senão, sofreram uma espécie de mutação. Quiró é visto por Cascudo como um animal desconfiado e que não respeita a propriedade privada de outro morcego. Ambos perseguem-se. E ainda conclui que os morcegos parecem ser estrangeiros em sua terra, não são hospitaleiros, nem amigos de nenhum outro morcego, pois têm sempre um inimigo em vista. Será que Cascudo não estaria fazendo uma denúncia da realidade, aproximando a maioria dos relacionamentos humanos que visam exclusivamente ao interesse?

Quiró é comparado aos romanos do período republicano, na perspectiva de que, para esses, todos os estrangeiros eram invasores e inimigos e os habitantes eram prenúncios de conspiração e, por isso, todos eram considerados suspeitos.

Cada animal, de que trata Cascudo, é apresentado como tendo sua utilidade, mesmo que na natureza ele seja indispensável apenas a si próprio. Já o homem, no cume de seu egoísmo, não pensa assim, pois tende a auto confirmar a funcionalidade dos animais ao seu prazer. Assim, os animais recebem dele um patamar de superioridade desde que lhe sirvam por completo ou parcialmente.

A missão de Quiró seria de devorar insetos, mas acaba utilizando outras técnicas para sobreviver; trata-se de uma maneira também de pensar o ser como escravo do meio. O morcego "*nunca foi intimado desta sentença que transformara-o como um servo da gleba*".<sup>145</sup> Referindo-se a uma concepção libertária, os quirópteros defendem que eles não dependem de ninguém e de nenhuma providência divina para sua existência. O morcego postula a sua zona específica de sobrevivência achando que ele é necessário à natureza porque já possui um papel definido, como uma troca simbólica e utilitária; caráter arrogante percebido em alguns seres humanos.

Para Cascudo, todas as coisas somente são compreendidas quando a dominamos, a assimilamos e a cativamos a nosso favor.

---

<sup>145</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 24.

Um entendimento na lógica antropológica, mas que realmente é a forma que o homem se apropria dos elementos da natureza, não apenas para prover suas necessidades, mas transcendendo tais objetivos.

Para Cascudo, o homem pensa ser o centro das ideias e do mundo racional, ousando medir a inteligência dos animais a partir da sua e nunca chega a valorizá-los pelo que eles podem fazer. Existe hoje uma eterna busca pelo conhecimento, mas será que realmente o que sabemos remete-se ao que é? O morcego é transmissor de doenças e o homem também não o é? Aonde ele chegará com suas proezas? É sobre isso que Cascudo reflete expondo sua concepção acerca desta situação:

O HOMO SAPIENS que já desintegrou o átomo, aplicado para finalidades filantrópicas em Nagasaki e Hiroshima, 1945 depois do nascimento de Jesus Cristo, não conseguiu ponderar-se de certos segredos funcionais de Quiró e daí submetê-lo aos suplícios da pesquisa laboratorial<sup>146</sup>.

Não necessariamente seria um duelo entre o homem e o morcego, porém Cascudo quis problematizar o homem enquanto detentor de saberes que o indicam ser superior aos outros seres e que, no entanto, o levam a cometer atrocidades e desserviços ao próprio homem. Situação que procura demonstrar na ironia com que trata o detonar da bomba em Hiroshima e Nagasaki: "*finalidades filantrópicas*".

*Canto de Muro* está repleto destas observações e do olhar revanchista de Cascudo que entende, porém, os animais dentro dos seus limites na natureza. No episódio *Caçada Noturna*, há uma eterna luta pela sobrevivência, pois, de forma natural, cada animal do cenário introduz sua técnica escapatória; outros são eternos intrigados, como o gato Brinco e o rato Musi, representados pelo autor como seres completamente inteligentes que (re)inventam estratégias para poder sobreviver. Situação que assemelha, também, com a luta humana pela sobrevivência, modificando seu espaço, domi-

---

<sup>146</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 26.

nando e subjugando a sua mercê o que ele precisa para continuar sua vida na terra.

Existem, também, aqueles animais que, comparados aos homens são “desmantelados”, malandros da vida e desinteressados em arcar com as responsabilidades paternas e, mesmo, não assumem minimamente os encargos em relação à companheira. Para nós, são “homens ordinários”<sup>147</sup>, mas, para Cascudo, são naturalmente definidos como normais em sua espécie. Gô, um pequeno guabiru mantém estas características, não que seja uma verossimilhança humana, mas sem querer, ele denota características bisonhas do homem. “E do seu índice de civilização basta lembrar que veio da Pérsia e jamais abandonou a companhia humana, proclamando a indispensabilidade do HOMO SAPIENS para manutenção e conforto familiar”.<sup>148</sup>

Um bom oportunista, em outras palavras, quando a fêmea recebe seus ratinhos, Gô nem mais aparece, a missão dele já está cumprida, ele não é um bom chefe de família, mas a senhora Gô se mantém firme e dispensa sua companhia. Filhos sim, marido não, diz Cascudo.

É fantástica a maneira como Cascudo insere os animais no seu romance; Eles são definidos em sua fisiologia, mas, também, com caracteres que os personaliza. Movimento que leva o autor a fazer um jogo constante entre mundo animal e mundo humano. Há, também, neles os paradoxos e sensibilidades próprias do HOMO SAPIENS. Como pensar que um bicho pode ser mexeriqueiro? Câmara Cascudo é arrebatador quando levanta estas questões, provavelmente, para que nós, “cabeças pensantes” da terra, possamos buscar nas artimanhas da natureza exemplos concretos para pensar a nossa vida e também nossas ações. O “Bacurau-medede - légua” é naturalizado assim: segundo Cascudo, talvez ele seja originário de *Mbaê*= coisa bicho e curau, que solta a língua. É uma habilidade “humaníssima”, uma maneira bem simples de Cascudo

---

<sup>147</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 57.

<sup>148</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op., cit., p. 37.

procurar dados científicos para defini-lo por sua essência, mesmo que sejam características negativas, vistas em traços humanos. Falar do próximo é uma característica contraproducente na tradição cristã, envolta pela mística do pecado em que não se deve “levantar falso testemunho”.

*Canto de Muro* remete a uma multiplicidade de experiências e fazeres de bichos, pensados a partir dos objetos humanos. Contudo, de forma simples, mas reflexiva, Câmara Cascudo preenche sua obra de curiosidades. E no seu entusiasmo de se colocar no lugar de um romancista, ele acaba por alertar algumas razões definidas pela ordem natural de vivência dos animais. Coloca não suas subjetividades, mas como um memorialista, transpassa um mundo que ele conhece; aliás, Cascudo é um grande entendedor do folclore de todos os países, mas não se limita a pensar apenas esse ramo da cultura popular. Somente em *Canto de Muro*, entrelaça ação, vivência, objetividades, filosofia; tudo isto, como afirma Telê Ancona<sup>149</sup>, a partir de uma visão poética.

Daí, Cascudo interpor suas observações sobre como os homens pensam os animais, e como eles estão utilizando os bichos a partir de sua maneira de conceber o mundo. Cascudo parte de uma concepção diferente, ao ver os animais como indivíduos e, por isto, reflete uma aproximação de intimidade, falando deles como se tivessem muito tempo de convivência. Por causa disso, ele batiza cada animal, assim como o homem, a eles atribuindo uma identidade própria, de modo a sociabilizá-los; coloca-os dentro de um sistema, revelando um sentimento de familiaridade e cordialidade.

---

<sup>149</sup> ANCONA, Telê. Op.cit.

## 6 IDENTIDADE E ALTERIDADE NAS NARRATIVAS DE VIAGENS DE AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE'

Marinalva Vilar de Lima

Lançando os olhos sobre o Jequitinhonha, os sonhos que acalentara na primeira juventude após a leitura de S. John de Crèvecoeur, voltaram a se me apresentar perante a imaginação. Via-me possuidor de algumas léguas de terra às margens do Jequitinhonha. Chego com um criado fiel e alguns escravos. Levanta-se, às pressas, um abrigo semelhante ao dos Botocudos, para passar a primeira noite. A princípio passo a existência privado de todas as comodidades da vida; o desejo, porém, de delas gozar, em breve me anima ao trabalho. Parte dos escravos é empregada em cortar árvores nos lugares em que se deverá plantar milho e algodão para o ano seguinte; outros em construir uma cabana. A pouco e pouco o mato desaparece ao redor de minha morada, e o sol aquece com seus raios uma terra sobre a qual não brilhava há séculos. Mando vir cabeças de gado; introduzo um sistema racional de agricultura; construo um engenho de açúcar, outro de serra, e eis-me proprietário de canoas que me vão levar as colheitas a Belmonte. Dentro de pouco tempo minha cabana transforma-se em uma agradável residência; acrescento-lhe um pomar, e mando fazer para mim um jardim inglês abrindo picadas pela mata. Um trecho de matas várias vezes queimado fornece-me gordas pastagens; meu gado, bem tratado, fornece-me queijos e manteiga; numerosos galináceos e todas as espécies de animais domésticos me animam os arredores da habitação. Introduzo leis em minha pequena república; meus negros são bem alimentados, bem vestidos; pequenas recompensas estimulam-nos ao trabalho; bons tratos, provas de interesse tornam-lhes a existência mais suportável, e fazem-nos amar o seu amo. Todos são casados, e acabam por considerar como sua pátria a dos filhos, e a casa do senhor como a própria. Não me esqueço também dos índios. Começo por atraí-los aos arredores de minha habitação por pequenos presentes. Ficarão certos de receber víveres todas as vezes que prestarem o menor serviço. Habituo-os pouco a pouco ao trabalho;

compreendem, em breve, a vantagem de cultivar a terra; fixam-se perto de minha habitação, tornam-se vizinhos prestimosos, e, completo-lhes a civilização tornando-os cristãos. Esses Botocudos, não há muito antropófagos, vem à minha capela orar por seus inimigos, e sua filha conhece, enfim, o pudor<sup>150</sup>.

A apresentação desta longa citação da obra de Saint-Hilaire tem a intenção de recuperar muitos dos elementos da leitura de Brasil presentes nas impressões deste viajante. “Peregrinação” e consequente registro que foram possibilitados a partir da ampliação da permissão para europeus de outras nacionalidades visitarem e desenvolverem estudos sobre o Brasil. Atividade que teve como resultado um *corpus* de memórias sobre o Brasil, classificado como literatura de viajantes. Material que teve forte repercussão no cenário europeu, instituindo maneiras de “olhar” as vivências aqui experienciadas. Neste sentido, nos coloca Duarte:

Os relatos de inúmeras expedições, a maioria de caráter científico, foram publicados na Europa, para leitores ávidos de notícias sobre um Brasil até então desconhecido, terra cujos segredos haviam sido revelados por uma Coroa portuguesa ciumenta e possessiva. Os relatos de viagem produziam representações sociogeográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser ‘o resto do mundo’. Num movimento de mão dupla de transculturação, a auto representação europeia criou-se nesse confronto com a imagem do outro<sup>151</sup>.

Percepção que dialoga diretamente com a maneira estabelecida por Hartog<sup>152</sup> para compreender a atitude do indivíduo que assume o lugar de viajante, de estrangeiro, conforme explicita: “(...) como uma narrativa que tem a preocupação de traduzir o outro em termos

---

<sup>150</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte-MG: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 262.

<sup>151</sup> DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros. viajantes no vale do rio Mucuri*. In: *Revisita brasileira de História*, São Paulo, v.22, No. 44, 2002, p. 267-288.

<sup>152</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 1999.

de um saber compartilhado (...), para fazer crer no outro que constrói, elabora toda uma retórica da alteridade<sup>153</sup>". É a partir desta chave explicativa que Hartog vai instituir sua explicação sobre a forma como Heródoto e, mesmo, os demais viajantes vão agir em face do desconhecido, do "outro", demarcando seu "lugar" de observador na interlocução com seus leitores – para quem a narrativa é endereçada. Assim, apresenta uma compreensão em que o observador/narrador assume a posição daquele que localiza o "outro" a partir de uma estratégia de inversão de valores, instituindo um jogo em que, em todo o tempo, seu "olhar" está voltado para si próprio. Dessa forma, a narrativa ganha corpo a partir do lugar de fala daquele que observa o outro. A diferença é apresentada, se aplicarmos esta compreensão de Hartog a Saint-Hilaire, a partir da localização de níveis evolutivos em que se encontram as sociedades.

Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio. Entende-se que as narrativas de viagem e as utopias recorram abundantemente a isso, já que essa figura constrói uma alteridade 'transparente' para o ouvinte ou leitor. Não há mais *a* e *b*, mas simplesmente *a* e o inverso de *a*. Entende-se mesmo que essa seja a figura privilegiada do discurso utópico, cujo projeto não é mais que falar do próprio<sup>154</sup>.

Portanto, ainda estabelecendo uma interlocução entre os textos de Hartog e Saint-Hilaire, é possível perceber uma França, Alemanha e Inglaterra como estando em um nível superior de civilização, mesmo em relação à Portugal. A despeito disso, ao comentar questões de ordem da disciplina religiosa em Portugal, coloca:

Sabe-se que Portugal é um dos países da Europa em que a ignorância e a superstição mais alteraram a pureza do cristianismo. Os homens que povoaram o Brasil não traziam, pois, de sua pátria, senão uma ideia obscura e incompleta da religião cristã; e, quando chega-

---

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, p. 38-39.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 229-230.

ram à América, os desregramentos da maioria deles já lhes deveriam ter varrido do coração os fracos princípios de moral recebidos durante a primeira juventude<sup>155</sup>.

Por outro lado, quando apresenta saídas para a situação de infantilidade em que se encontram as populações indígenas do Brasil concede aos negros um lugar distinto deste que estabelece para os índios<sup>156</sup>, considerando:

Que pelo ao menos se encorajem as uniões legítimas das índias com os homens de cor; obter-se-à por este meio uma raça mista, menos defeituosa que a americana pura, e o que resta dos índios não ficará completamente perdido para a população de um país que há tão grande falta de homens<sup>157</sup>.

Nesse sentido, localizamos, dentro das classificações que Saint-Hilaire apresenta para as sociedades e populações tratadas, os índios em um nível de total apatia “em que os mergulhou a longa opressão do sistema colonial<sup>158</sup>”.

Continuando nossa análise da citação inicial é possível perceber que, após descrever as muitas andanças; os tipos de plantas; o clima; o relevo; a forma de apresentação da vegetação e da natureza de maneira geral; as características dos animais classificados; os hábitos e costumes dos homens, suas vivências, crenças e distintas etnias; Saint-Hilaire aprecia uma espécie de “redenção da alma” idealizando uma vida para si que, em muito, romperia com o que apresenta como perfil da sociedade brasileira à época de suas viagens (início do século XIX). Disto resultando o estabelecimento de um juízo de valor em relação aos colonizadores portugueses.

Saint-Hilaire coloca-se enquanto realizador de um projeto que idealiza a partir das situações que seu “olhar” visualiza e de sua auto percepção da condição de francês. Sentimento que se arti-

---

<sup>155</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 85.

<sup>156</sup> Retornaremos a esta ideia com maior vagar mais adiante.

<sup>157</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 216.

<sup>158</sup> Idem, ibidem, p. 216.

cula a visão que tem das nações europeias, a partir de que a França estaria em nível de civilização em uma escala muito superior a de Portugal.

Nosso observador/narrador apresenta atitudes e práticas que, em sua perspectiva, deveriam ter sido adotadas pelos colonizadores portugueses, a quem, todo o tempo, acusa de não ter tido a capacidade de bem “civilizar” este mundo conservado em plena naturalidade. Observação que vem articulada com mais duas:

1. A percepção de que os portugueses, quando de sua dominação sobre as populações ameríndias do Brasil, tinham, eles mesmos, em sua “bagagem” uma série de vícios advindos da experiência histórica vivenciada em Portugal. Neste sentido, ao perceber a forma como as populações indígenas lidavam com questões elementares, tais como, aquelas de ordens religiosas, sexuais, sociais, etc, demonstram, na percepção deste viajante, o tipo de ensinamento/espelho dado a conhecer pelos colonos;
2. A não culpabilização das populações brasileiras que concebe em um nível de ingenuidade tão profunda que os compara com as crianças e, mesmo, com os “cretinos da Suíça e da Savóia”<sup>159</sup>. Portanto, não podem ser vistos como responsáveis pelo estado natural em que permaneciam.

Veja-se, a exemplo disto, como Saint-Hilaire descreve os índios Macunis e constrói uma espécie de sistema para a compreensão das condições das populações indígenas brasileiras:

Viu-se que os Macunis tinham habilidades e que podiam aprender a ler, escrever, contar, servir como soldados, lavrar a terra; viu-se, porém, que eles eram despreocupados, inconstantes, preguiçosos, e dissipavam impiedosamente seus fracos recursos. Talvez se creia que tais defeitos não sejam mais que o resultado passageiro de antigos hábitos, e que desaparecerão com o tempo e uma civilização mais adiantada; o exemplo, porém, das outras nações indígenas não permite, infe-

---

<sup>159</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 215.

lizmente, que se conceba essa esperança. Os índios, homens como nós, tendo conosco origem comum, são também animados pelo sopro divino; parece-nos, porém, incontestável, que a imprevidência é inerente às diferenças de forma que apresenta sua raça, como o mesmo defeito foi atribuído à organização ainda imperfeita da infância, ou o idiotismo às deformidades dos cretinos da Suíça e da Savoia. Nossas crianças demonstram frequentemente vivacidade e inteligência; não podem, porém, governar-se por si, porque lhes falta a previdência; e o órfão ficaria em pouco tempo reduzido à miséria se o legislador não tivesse tomado as mais engenhosas precauções para pô-lo ao abrigo de injustiças. Condenados a uma espécie de infância perpétua, os índios frequentemente se encontram desamparados, à mercê de nossa bárbara superioridade, e nações inteiras desapareceram diante dos homens de nossa raça. Como para as crianças, são necessários aos índios tutores íntegros e vigilantes, que, animados por sentimentos cristãos, estejam continuamente preocupados com a felicidade desses infortunados<sup>160</sup>.

Olhar que, tanto estabelece a idade infantil como aquela em que os índios se encontram, quanto o nível de barbarismos que são capazes de atingir as sociedades civilizadas. Donde resulta que só haveria uma salvação para estes grupos humanos: a tutela de homens, pertencentes a civilizações superiores, em que os preceitos cristãos se mantivessem em um nível tão profundo que os impossibilitaria de agir de má fé. Compreensão que justifica sua projeção enquanto indivíduo com plenas prerrogativas para assumir esta missão.

Mas, não é apenas descrever e idealizar uma maneira melhor de lidar com o mundo em que se embrenha, para melhor conhecer, que interessa a Saint-Hilaire: procura (re)estabelecer a verdade sobre a história do Brasil, colocando em xeque informações divulgadas por viajantes que aqui estiveram antes dele. Assume o papel de restaurador da verdadeira história brasileira, mesmo que deixe claro seu interesse principal: conhecer e classificar as características da

---

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, p. 215.

flora desta região, tão distinta daquela de onde é originário. Em suas palavras:

O estudo dos produtos vegetais do Brasil constituía, sem dúvida, o objetivo principal de minha viagem; não negligenciei, no entanto, de recolher fatos que possam, sob outros aspectos, dar uma ideia perfeita de região tão interessante. Não me limitei a seguir os caminhos frequentados. Internei-me pelos lugares mais desertos, e estudei as tribos indígenas. Favorecido pelas autoridades locais, acolhido em toda parte com a mais generosa hospitalidade, pude ver tudo o que há de mais notável e reunir preciosas informações. Escrevia cada dia um diário minucioso do que se me oferecia à vista, e ai consignava, na medida em que me permitiam os conhecimentos, o que pudesse contribuir para dar uma ideia exata das zonas que percorria. É desse diário, escrito 'in-loco', que extraio a narrativa histórica cuja publicação ora inicio<sup>161</sup>.

Classificação que, obviamente, se respalda nas convenções gerais dos estudos sobre o assunto, mesmo que a partir da distinção:

Plantas que se possam classificar nos gêneros da flora francesa são, como se sabe, muito raras nos trópicos, e nunca as recolhi, no decurso das minhas viagens, sem experimentar uma certa emoção. Este "Erinus" me fez lembrar o dos Alpes, as risonhas Campinas onde vi este último pela primeira vez, e as doces recordações da pátria vieram misturar-se ao recolhimento em que me mergulhara o espetáculo das florestas sombrias e majestosas que então atravessava<sup>162</sup>.

Mais adiante arremata a ideia de que muitos equívocos foram cometidos nas narrativas feitas por outros estrangeiros sobre a história do Brasil, atribuindo a culpa disto, principalmente, ao fechamento estabelecido a partir da implantação do sistema colonial. Montando-se um tipo de sociedade que impossibilitou o acesso de outros povos europeus ao país, promovendo a divulgação de um conhecimento repleto de um teor maravilhoso:

---

<sup>161</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 03.

<sup>162</sup> Idem, ibidem, p. 23.

Enquanto foi submetido ao sistema colonial, o Brasil esteve fechado aos estrangeiros com tanto rigor que, em livro impresso na França há doze ou treze anos, apenas, ainda se discutia sobre se a baía do Rio de Janeiro era ou não a embocadura de um grande rio. Hoje em dia, essa baía é tão conhecida como as nossas enseadas mais frequentadas; a emulação dos europeus é tal que poucos anos lhes foram suficientes para adquirirem sobre o Brasil noções perfeitamente exatas, e dentro em pouco terão ultimado de descrever o menor inseto e a mais insignificante gramínea desse país imenso, que há bem pouco ainda se apresentava à sua imaginação envolto no maravilhoso que é sempre o apanágio dos objetos distantes e pouco conhecidos<sup>163</sup>.

A partir deste espírito de restabelecimento da verdade sobre a história do Brasil é que, Saint-Hilaire, constrói uma narrativa em que descreve cada pormenor que sua vista alcança, não se afastando do uso constante da comparação com as experiências étnicas, morais, visuais, comportamentais, sexuais, religiosas, higiênicas, enfim, que são descritas a partir de uma conotação, por vezes, negativa, e noutras, de encantamento – atitude que entendemos enquanto pautada na idealização que faz sobre a situação do território e povos contatados: percebe-os como plenamente envolvidos em sua mais natural pureza. Resultando disso que o território pode ainda se moldar a projetos melhor capacitados e as populações podem ser instruídas/orientadas a partir de percepções morais e comportamentais melhor solidificadas do que as que verifica nos colonos portugueses, quase que em sua totalidade, incapacitados para uma tarefa de tão grande monta. Visualizemos algumas passagens que consideramos emblemáticas destas atitudes assumidas por Saint-Hilaire:

1. Esta é a descrição que faz da casa do Proprietário em que ficou hospedado. Trata-se de “Pau Grande”, engenho de açúcar que considera o mais importante dos que vira no Brasil.

---

<sup>163</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 18.

(...) Tem um andar além do ré-do-chão; apresenta dezesseis janelas de frente ornadas de balcões de ferro, de fabrico europeu, e, no meio do edifício, há uma grande capela ao mesmo nível que ele, mas cujo teto é totalmente distinto. O outro lado do edifício, que encosta em um morro, tem duas alas entre as quais há um pátio estreito. Como na maioria das casas portuguesas e espanholas, o andar térreo é habitado pelos senhores; uma escada de madeira, muito mal construída, conduz aos apartamentos: os da parte de trás, são reservados às senhoras; os da frente consistem numa série de grandes peças todas dependentes umas das outras e muito pouco mobiliadas; ao fundo dessas peças estão pequenos cubículos obscuros fechados por portas, e é lá que se dorme. Tal distribuição não é peculiar a Pau Grande; encontramos-la com bastante frequência nas casas antigas de certa importância, e está de acordo com os costumes do país. As mulheres que pouco convivem com os estranhos, que, geralmente, nunca se mostram, devem habitar um local completamente separado. Os homens, ignorando os encantos da leitura e do estudo, entregues a seus prazeres ou ocupações externas, mal tem necessidade de encontrar apartamentos em que se possam reunir; e, para se deitarem, não importa que os quartos sejam escuros ou bem iluminados: uma célula privada de luz é mesmo preferível para quem quer dormir durante o dia<sup>164</sup>.

2. Em Ubá, povoação para onde segue depois de ter estado no engenho "Pau-Grande", é convidado a ver indígenas do grupo "Coroados". Descreve-os:

Pertenciam a tribo mais disforme da natureza encontrada durante minha permanência no Brasil. Aos traços da raça americana, tão diferente da nossa, acresciam uma fealdade peculiar a sua nação: eram de estatura pequena; sua cabeça, achatada em cima e de um tamanho enorme, mergulhava em largas espáduas, uma nuidez quase completa deixava a descoberto sua repelente sujeira; longos cabelos negros caíam em desordem sobre os ombros; a pele de um escuro baço, estava salpi-

---

<sup>164</sup>. Idem, *ibidem*, p. 25.

cada aqui e ali pelo Urucu; percebia-se através de sua fisionomia algo de ignóbil, que não observei entre outros índios, e enfim, uma espécie de embaraço estúpido traía a ideia que eles próprios tinham de sua inferioridade. Esse conjunto verdadeiramente horrendo me impressionou muito mais do que esperava, e fez nascer em mim um sentimento de piedade e humilhação<sup>165</sup>.

3. Sobre os “Coroados do Rio Bonito” diz que, inicialmente, foram alojados em uma aldeia, depois passaram a errar em número de 500 a 600 pelas matas dos arredores do Rio Paraíba. A este comentário agrega:

Alguns receberam o batismo: são, quanto ao mais, absolutamente indiferentes à religião cristã; e a trinta ou quarenta léguas da capital, deixam-se errar algumas centenas de índios pelo meio da floresta sem que ninguém se lembre em elevá-los ao baixo grau de civilização de que seriam suscetíveis<sup>166</sup>.

4. Após Irajá constata um tipo de apresentação da natureza/paisagens/tipos de moradias que vai, cada vez mais, no primeiro e segundo casos, escasseando em quantidade arbustiva e de terrenos cultivados para tornar-se, quase que hegemonicamente, em bosques. Em paralelo a isso registra a perda da beleza percebida/narrada em outras localidades visitadas. No terceiro caso, observa que há um menor número de habitações e vendas entre uma povoação e outra, bem como, constrói um cenário de casas antigas e em mau estado de conservação. É a partir de expressões, tais como, “Tempo sombrio”, “paisagem severa”, “semblante melancólico da região” que vai tonificando, em sua narrativa, a Província de Minas e, mesmo, sua capital.

Comentários que demonstram a necessidade, enquanto viajante, de localizar aspectos que lhes possibilitem articular

---

<sup>165</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 30.

<sup>166</sup> Idem, ibidem, p. 32.

comparações com aquilo que se apresenta enquanto “saber compartilhado”, permitindo-lhe, também, manter a interação com o público a que se endereça a narrativa<sup>167</sup>.

Se próximo ao Rio de Janeiro podemo-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa, essa ilusão em breve se dissipa<sup>168</sup>.

A paisagem que se apresenta aos olhos do viajante quando este entra na comarca do Rio das Mortes às margens do Paraíba, tem algo que impressiona por um misto de desordem e regularidade selvagem<sup>169</sup>.

Deixando Matias Barbosa, costeia-se de vez em quando o Paraíba; o terreno vai se tornando mais arenoso; a vegetação perde algo do vigor nativo; as árvores de florestas são menos aproximadas, e sua folhagem não apresenta mais tão obscuros matizes, diferença que, no país, basta para fazer distinguir as terras boas das más<sup>170</sup>.

Tamanha é sua falta de expectativas para com o que vai se desnudando em sua visão, tomando como parâmetro os aspectos que considera enquanto demarcadores de um nível civilizacional superior que, ao avistar uma região com matas nativas, pontua a satisfação de que fica preenchido:

Para além de Queluz, tivemos o prazer de encontrar matas. Em uma região onde as árvores não vivem em sociedade, as florestas oferecem menos monotonia que as imensas pastagens, e disfarçam a falta de cultura e população que a vista de uma região descoberta trai num momento<sup>171</sup>.

Como tentativa de explicar o que sucedeu às povoações que se formaram com base na exploração das minas de ouro, havendo,

---

<sup>167</sup> Ideia recorrente na análise que HARTOG, François. Op., cit., apresenta sobre a narrativa herodoteana e dos viajantes de maneira geral.

<sup>168</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 37.

<sup>169</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p. 47.

<sup>170</sup> Idem, ibidem, p. 52.

<sup>171</sup> Idem, ibidem, p. 66.

em seus princípios, expectativas positivas e atingindo um nível de decadência tal que chega a espantar, argumenta que houve procedimentos desregrados em vários níveis, promovidos por personagens e circunstâncias distintas: a forma como os mineradores usaram o resultado dos seus esforços, empregando o ouro para a aquisição de bens e não dentro de uma lógica em que este viesse a servir como capital; a agricultura defeituosa, ainda pautada no sistema de queimadas que os colonos portugueses tornaram prática hegemônica, servindo para danificar ainda mais os solos já destruídos pela mineração; os créditos concedidos aos arrematantes de bens confiscados e as perseguições atraídas com a Inconfidência Mineira<sup>172</sup>. Dentro desta perspectiva é que narra a situação de algumas povoações dos distritos auríferos da Província de Minas. Veja-se:

Catas Altas, Inficcionado e grande número de outras povoações dos distritos auríferos da Província de Minas, foram edificadas com muito mais esmero do que a maioria das que se veem em França, e mesmo na Alemanha; foram outrora ricas e prósperas, mas atualmente não apresentam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência<sup>173</sup>.

Apresentando como possibilidade de ruptura deste quadro desalentador uma maior dedicação à agricultura que evitaria o constante movimento de populações iludidas com a procura de ouro e organizaria o uso da terra e da sociedade. Concepção que pode ser pensada como estando diretamente associada às bases de formação da sociedade europeia e de uma tradição de estilo aristocrático que remonta, mesmo, as sociedades antigas.

Dentre as muitas questões registradas/analizadas, na obra em questão, gostaríamos de destacar: 1. Como o viajante, estrangeiro, observador Saint-Hilaire passa, também, pela experiência de ser o “outro”, o “estranho”, o “diferente” em meio às populações brasileiras com que entra em contato, demonstrando grande sensibili-

---

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, pp. 89-92.

<sup>173</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

dade: “Como em todos os outros lugares, fui, ao chegar a Itabira, objeto de curiosidade geral, e, quando parti, todos os habitantes se portaram às portas e janelas para me ver passar”<sup>174</sup>; 2. O descrédito que nutre em relação ao futuro da sociedade e das populações brasileiras, como se pode depreender neste fragmento:

Se existe um país em que o governo não deva por sua conta explorar manufaturas, é o Brasil. A preguiça, e talvez uma indulgência natural levada ao excesso, devem tornar pouco zelosa uma vigilância que não tem por objeto um interesse pessoal imediato. De mais a mais, deve-se confessá-lo, o relaxamento dos laços sociais determinado pelo sistema colonial, pela admissão da escravidão, pela espécie de degradação em que caíra a Metrópole, finalmente, pelos maus exemplos dos europeus, devem ter tornado a probidade mais rara ainda entre os brasileiros, que entre muitos outros povos, e, por conseguinte, o governo é um dos que correm maiores probabilidades de ser enganados<sup>175</sup>.

Por fim, em nível de considerações finais deste texto de caráter incipiente, caminhando na esteira apresentada por Hartog, no que tange a construção das identidades e das compreensões do “outro”, é possível perceber que os discursos são construídos através de muitos jogos de linguagem. No caso de Saint-Hilaire, por mais que procure restabelecer “a verdadeira história da sociedade brasileira”, questionando e “corrigindo” erros cometidos por outros viajantes que o antecederam nesta empreitada, mantém seu “olho” muito próximo ao que faz, por exemplo, Jean de Léry<sup>176</sup>, na compreensão apresentada por Hartog: “A inversão é uma ficção que faz ‘ver’ e que faz compreender: trata-se de uma das figuras que concorrem para a elaboração de uma representação do mundo”<sup>177</sup>. Com intuito de tornar mais clara sua afirmação, Hartog, cita esta passagem da obra deste viajante que esteve nas terras brasileiras já no século XVI:

---

<sup>174</sup> SAINT-HILAIRE. Op., cit., p.127.

<sup>175</sup> Idem, ibidem, p. 134.

<sup>176</sup> LÉRY, Jean. Apud HARTOG. Op., cit., p. 231.

<sup>177</sup> HARTOG, François. Op.cit., p. 231.

Esse país da América, como *deduzirá* quem o vir, no que diz respeito ao modo de vida de seus habitantes, à forma dos animais e, em geral, ao que a terra produz, é tão *dessemelhante* em visto do que temos na Europa, na Ásia e na África, que pode bem ser chamado mundo *novo* com relação a nós<sup>178</sup>.

Neste sentido, o novo se apresenta como o diferente, o ainda não cadastrado, mas, também, o naturalmente distanciado das experiências históricas conhecidas. É um Velho mundo já todo classificado que serve de base para a elaboração dos raciocínios/discursos dos estrangeiros - de maneira geral - que estiveram na América e, como nos foi possível observar, neste exercício analítico em desenvolvimento, mais especialmente na obra de Saint-Hilaire aqui destacada.

---

<sup>178</sup> HARTOG, François. Op., cit., p. 231.

## 7 O GOVERNO “HÍBRIDO” DE LULA: POLÍTICAS NEOLIBERAIS E ASSISTENCIALISTAS

Michelly Pereira de Sousa Cordão

Nos discursos do governo do PT, durante as eleições de 1997 e 2002, observavam-se duras críticas à política neoliberal, sobretudo no caso da eleição derrotada de 1997. Momento em que o referido partido demonstrava um tom esquerdista pouco presente nos discursos de 2002, nos quais se percebe uma relativização do “radicalismo esquerdista”, visto que houve articulações, por exemplo, com os próprios grupos de empresas privadas.

Nesse sentido, em discurso para as eleições de 1997<sup>179</sup>, o governo do PT se refere às vitórias de governos de esquerda na Europa como exemplos que sugerem uma insatisfação com o neoliberalismo, que considera “(...) incapaz de resolver o problema do desemprego, de sustentar um desenvolvimento vigoroso e menos ainda de resolver os problemas sociais”. Trata-se de uma política, aos seus olhos, presente no governo FHC, e “(...) que espalhou tanto desemprego e fez um grande estrago nos avançados sistemas de proteção social europeus”<sup>180</sup>.

Desse modo, o governo Lula defende a necessidade de se estabelecer projetos sociais, pois que “(...) o Estado não pode cuidar simplesmente da eficiência empresarial, do lucro das empresas ou da saúde dos banqueiros, mas deve conciliá-los com crescimento e bem-estar social”. O objetivo seria promover uma “revalorização do social” a partir do fomento aos princípios de “justiça social”, sobretudo por se viver num mundo globalizado que, em si, implicaria a ideia de uma competitividade desigual e, assim, considera necessário criar formas para que os indivíduos sobrevivam nesse meio. Algo que só

---

<sup>179</sup> GOVERNO LULA. *Um novo projeto social (Neoliberalismo)*. In: Folha Online, 03/07/1997.

<sup>180</sup> Idem, *ibidem*.

será possível, segundo ele, a partir da criação de empregos e do interesse pelo social<sup>181</sup>.

Conforme Denise Barbosa Gros<sup>182</sup>, o neoliberalismo, considerada uma “ideologia hegemônica no Ocidente” a partir da década de 1970, tem como elementos balizadores a noção de individualismo ou de “liberdade individual”, bem como a ideia de “eficiência do mercado” e, assim, se contrapõe a qualquer tipo de projeto social com preocupações que evocassem elementos como o humanismo, a solidariedade, a justiça social, etc.

Nos textos do governo Lula (1997), nota-se um discurso preocupado com as questões sociais e permeado por críticas à globalização aos moldes neoliberais, a partir de que Lula assume um lugar de político ligado à “esquerda”. Observamos também os alicerces de sua política de “inclusão social”, tonificadora do programa de governo de 2002; ano em que venceu a primeira eleição presidencial. Neste momento, mantém as críticas em relação ao governo FHC a partir de dois eixos principais: o assistencialismo e o neoliberalismo. Assim, para “integrar os 53 milhões de brasileiros excluídos da cidadania”, considera que não se pode mais tratar as políticas sociais como questões marginais, ligadas ao assistencialismo<sup>183</sup>; política que localiza nos diversos programas do governo FHC, como o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola, o Bolsa Renda, o Programa Vale Gás, dentre outros. São programas, aos olhos do governo Lula, “dispersos e fragmentados”.

O objetivo do governo Lula das eleições de 2002 consistia em estabelecer uma “política nacional de inclusão social” que objetivava ultrapassar a “lógica de uma pobreza assistida”. Dessa forma, afirma que elaborará programas nacionais que possibilitarão “(...) o enfrentamento da pobreza, do desemprego, da desigualdade de renda e das

---

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>182</sup> GROS, Denise Barbosa. *Individualismo e mercado: reflexões sobre a doutrina neoliberal*. In: CABEDA, S. T. L. *et alii*. *Gênero e cultura: questões contemporâneas*.

<sup>183</sup> PROGRAMA DO GOVERNO - PT. *Inclusão Social*. In: Folha Online, 2002.

*carências educacionais*<sup>184</sup>. Elementos evocados como eixos centrais para a promoção da “inclusão social”.

Dos itens que fazem parte da referida política, o governo cita a educação como elemento central, pois a considera o instrumento por excelência para o exercício da cidadania e, logo, para a inclusão. Assim, aponta críticas ao governo predecessor por sua “*privatização do atendimento, principalmente no ensino superior*”, afirmando como necessário garantir uma “*educação de qualidade para todos*”. Para a sua “*nova política educacional*”, coloca que “*são tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas*”<sup>185</sup>.

Discursos que se desencontram com as ações que o governo Lula empreendeu em seu primeiro mandato, no qual, ao criar programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos), inseriu recursos públicos em empresas privadas, pois que propôs e promoveu a concessão de bolsas a jovens considerados “pobres e excluídos” para sua entrada no Ensino Superior pago. Além disso, ao se articular com empresas que inserem dinheiro privado nas Universidades Públicas o governo diminui o caráter estatal dessas, reduzindo seus investimentos nessas e, portanto, transferindo parte da responsabilidade do ensino superior do Estado para as empresas privadas. Ação que se encaixa na perspectiva neoliberal, na medida em que esta fomenta, antes de tudo, a diminuição da intervenção do Estado na sociedade ao defender uma “liberdade do mercado” e, por extensão, uma sobreposição da economia sobre a ação política<sup>186</sup>.

Gros coloca que das medidas que envolvem a “política pública” do neoliberalismo, destaca-se “(*...*) a privatização de empresas estatais e a diminuição drástica dos gastos governamentais em serviços públicos essenciais às populações menos favorecidas, como na educação, saúde e previdência (*...*)”. Assim, “(*...*) o neoliberalismo deixa de ser apenas um discurso da modernidade, e passa a ter repercussões na vida cotidi-

---

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>186</sup> GROS, Denise Barbosa. Op., cit., p. 230.

*ana das pessoas e nas suas relações sociais, com o trabalho, com a política, etc.*"<sup>187</sup>.

Após vencer as eleições de 2006 como presidente reeleito, Lula reforça sua ligação com o mundo dos "mais necessitados", afirmando que seu governo os privilegiará:

Continuaremos a governar o Brasil para todos, mas continuaremos a dar mais atenção aos mais necessitados. Os pobres terão preferência no nosso governo. As regiões mais empobrecidas terão no nosso governo uma atenção ainda maior, porque nós queremos tornar o Brasil mais equânime. Queremos tornar o Brasil, nos seus 8,5 milhões de km<sup>2</sup> mais justo no ponto de vista geopolítico, mas também no ponto de vista econômico e social<sup>188</sup>.

Lula reforça sua propalada preocupação com os "deserdados", ao associá-los a si próprio e, assim, usa seu lugar de pertencimento para convencer o povo de sua "fiel" preocupação com ele:

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e manterei meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam<sup>189</sup>.

Assim, afirma que governa, sobretudo para o "povo", pois que: *"governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada"*<sup>190</sup>.

Nesse sentido, poderíamos dizer que há um paradoxo na política petista/lulista, já que em seus discursos de 1997 a 2006 prevalece o fomento a serviços que auxiliem os "menos favorecidos", bem como, há duras críticas à privatização estatal e, assim, seu go-

---

<sup>187</sup> Idem, *ibidem*, p. 225.

<sup>188</sup> Primeiro discurso do presidente após a confirmação de sua reeleição (In: *Folha de São Paulo Online*, 30/10/2006).

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>190</sup> Idem, *ibidem*.

verno se desligaria do neoliberalismo. Contudo, em suas práticas do primeiro mandato, por exemplo, observou-se tanto “assistencialismo”, como ações que beneficiavam o mercado.

Dessa forma, observa-se um “hibridismo” no governo Lula: de um lado, promove uma política assistencialista, ligada a elementos da tradição que remontam à mentalidade ibérica, como a solidariedade; de outro, constrói e pratica políticas neoliberais, típicas da globalização e caracterizadas pelo fomento às empresas privadas, cujo valor por excelência se liga à defesa do livre mercado. Defesa que, segundo Nestor García Canclini<sup>191</sup>, deixa excluída da chamada “globalização” a maior parte dos indivíduos, já que poucos conseguiriam sobreviver em meio às disputas entre desiguais. Daí a tentativa de Lula em articulá-la com a política de “inclusão”, e, assim, tentar garantir os interesses de diferentes grupos. Pois, com sua “assistência aos excluídos”, foge às características do neoliberalismo que condena qualquer tipo de ação social dos políticos, já que prega o “livre mercado”.

Nos discursos pronunciados no período posterior às eleições de 2006, Lula da Silva ressaltou sua vitória como a confirmação de sua “popularidade” em face dos brasileiros, destacando ainda um vínculo direto com esses por suas “raízes” socioeconômicas. O presidente se constrói como um “homem simples”, cuja imagem se identificaria com a da maioria de seus eleitores. Um “homem simples” que não teve acesso à universidade e, por isso, constitui uma singularidade no rol dos demais políticos:

Eu disse a vocês que nós manteremos uma política fiscal dura, porque eu aprendi, não na faculdade de economia, como os meus companheiros aprenderam, eu aprendi na vida cotidiana que a gente não pode gastar mais do que a gente ganha, porque senão um dia a gen-

---

<sup>191</sup> CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad.: Maurício Santana Dias; Javier Rapp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

te vai se endividar de tal ordem que a gente não pode pagar a dívida que contraiu<sup>192</sup>.

Lula parece tentar construir elos de identificação com o público brasileiro, já que sua maior parte não tem acesso à Universidade. Espaço que deverá ter seu número de vagas elevado para a ampliação da quantidade de jovens no ensino superior público. Argumento que tonifica seu discurso sobre a política educacional de “inclusão” que afirma ser fundamental em seu programa de governo de 2002, reforçando-a em seu segundo mandato.

O tema da “inclusão social”, portanto, constitui o eixo articulador de todo o discurso de Lula, donde se observa uma política que afirma ter como principal meta o alcance dos “pobres e excluídos”. Grupo do qual se considera como parte integrante, ao construir uma imagem para si como o “pobre e humilde” que conseguiu ascender ao cargo público mais visado no mundo da política: *“Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República”*<sup>193</sup>.

Nesse sentido, constrói-se ainda como peça fundamental de um “poderoso movimento histórico”, um marco da política nacional, ressaltando seu lugar de pertencimento vinculado ao Nordeste como espaço de referência da pobreza e das poucas condições de assinalação social: *“Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto”*<sup>194</sup>.

Elemento singular que o diferenciaria dos outros políticos e que é por Lula evocado como uma estratégia discursiva que poderia vir a elevar a crença em seu receptor de que seu interesse pelos “pobres” era profundamente “verdadeiro”. Assim, ao comentar

---

<sup>192</sup> Primeiro discurso do presidente após a confirmação de sua reeleição (In: Folha de São Paulo Online, 30/10/2006).

<sup>193</sup> Discurso de posse do presidente Lula, no Congresso (01/01/2007).

<sup>194</sup> Idem, ibidem.

acerca dos resultados dos quatro anos de seu primeiro governo, afirma que eles foram marcados por exemplos de “melhorias”, preocupando-se ainda em ressaltar que os problemas sociais não foram extintos, mas diminuídos. Dessa forma, constrói-se como um governo que age pelos “pobres”, porém admite suas limitações:

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores? O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais<sup>195</sup>.

Lula da Silva estabelece um panorama do que promoveu em seu primeiro governo, colocando como o Brasil mudou para melhor em uma série de setores da sociedade, bem como, destacando medidas, tais como: aumento do salário mínimo, melhoria na qualidade de vida, estabilidade da economia, criação de empregos formais e informais, garantia dos direitos humanos, defesa do meio ambiente, ampliação da cidadania e valorização das minorias<sup>196</sup>.

Nesse sentido, é possível perceber alguns elementos de aproximação entre o discurso do referido governo e o discurso de Getúlio Vargas, na medida em que esse, com o modelo político organizado após a revolução de 30, tinha como elemento central a preocupação em promover medidas de “apoio” aos trabalhadores brasileiros, até então, segundo ele, vistos por como “flagelados” pelos governos anteriores:

A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos

---

<sup>195</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>196</sup> Idem, *ibidem*.

menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável<sup>197</sup>.

Vargas é representado por poetas da literatura de cordel como um político de imenso valor, sobretudo por suas políticas “populistas” que teriam como interesse principal a assistência aos pobres.

Manoel Pereira Sobrinho, em folheto intitulado *Mensagem do senador Vargas ao povo*<sup>198</sup>, elabora os versos atribuindo-os ao próprio Vargas que, então, passa a descrever suas ações políticas, iniciando com referências à “revolução de 30”, através da qual afirma ter se tornado o “chefe do governo”. A partir desse momento, sua imagem pública passou a identificá-lo com o “protetor do operário” que, até então:

Não possuía direitos  
E tinha pouco salário  
Além do pouco ordenado  
Vivia todo humilhado  
Feito o pior “salafrário”<sup>199</sup>.

O poeta coloca Vargas se referindo às péssimas condições dos trabalhadores, tratados como “bichos brutos” por seus patrões. Para a resolução desses problemas, o “Vargas do poeta Sobrinho”, afirma ter criado o sindicato, elaborado a lei do trabalhador e, assim, “dei valor ao empregado”<sup>200</sup>. Com uma tônica “populista” concedida ao discurso de Vargas, o poeta coloca-o descrevendo os benefícios promovidos em favor dos pobres, donde se percebe uma aproximação muito clara com as práticas e o discurso do governo Lula:

Criei o salário mínimo  
Fiz a caixa de pensão

---

<sup>197</sup> VARGAS, Getúlio. *As classes trabalhadoras e o governo da revolução*. In: \_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, s/d, p. 97.

<sup>198</sup> SOBRINHO, Manoel Pereira. *Mensagem do senador Vargas ao povo*. s/d.

<sup>199</sup> Idem, *ibidem*, p. 02.

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*, p. 03.

O abono de família  
Para quem tem precisão  
Protegi a classe pobre  
Dei um acouxo no nobre  
Sem dar nem satisfação<sup>201</sup>.

O poeta reforça a imagem de Vargas como “protetor dos pobres” por ter criado o “abono de família”; prática que permite se estabelecer associações de sua política com a política assistencialista de Lula. Assim como este, que criou um forte apoio na “classe pobre” a partir da instituição de uma série de bolsas de assistência imediata, Vargas, com sua estratégia política de inserção do “povo” no contexto político, estabeleceu um conjunto de medidas que visavam a alcançar, sobretudo, os trabalhadores.

Trabalhadores que, segundo Eliana Dutra<sup>202</sup>, não agiam por conta própria, visto que o Estado, ao se colocar no lugar de seu protetor, promovia uma política corporativista, conforme a qual ele próprio agiria pelos trabalhadores, regulando, por exemplo, os sindicatos. A ideia de uma participação popular efetiva estava distante ainda de ser vislumbrada. De forma semelhante, Vargas se coloca como político ligado aos comerciantes e empresários do universo privado, contudo deixa claro que suas medidas se resvalam nas posições do Estado que, para ele, possuía uma função como interventor que permitia a harmonia social e a defesa pelos interesses coletivos em detrimentos dos individuais<sup>203</sup>.

Por outro lado, Lula cita a criação de uma série de programas ligados a sua política social, se referindo ao seu caráter “assistencialista”: “O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero - saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegi-

---

<sup>201</sup> Idem, *ibidem*, p. 03.

<sup>202</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG/UFRJ, 1997, p. 324.

<sup>203</sup> VARGAS, Getúlio. *A colaboração da classe comercial com o governo*. In: *A nova política do Brasil* (V. 5), p. 281.

ados-- teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres”<sup>204</sup>.

As aproximações entre Vargas e Lula terminaram implicando em comentários críticos daqueles que se contrapõe à política “assistencialista” do último, dado que o levou a se defender das referências a seu governo como “populista”: “Nosso governo nunca foi, nem é ‘populista’. Este governo foi, é e será popular”<sup>205</sup>.

Considerando-se populismo um tipo de política “(...) que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar” e/ou “(...) fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo”<sup>206</sup>, pode-se encontrar nos discursos e nas práticas de Lula alguns elementos que o aproxima de Vargas e de sua política. Isso porque, Lula, por exemplo, afirma ter encontrado no “povo” os votos que garantiram sua reeleição, pois que ele: “(...) sentiu na mesa, sentiu no prato e sentiu no bolso a melhora da sua vida. Mais importante ainda: o povo sentiu isso no seu cotidiano. Ele sentiu isso na vida dos seus amigos e na vida de sua família”<sup>207</sup>. Dessa forma, Lula justifica sua vitória como legítima em face da aprovação visualizada na quantidade de votos a seu favor inseridos nas urnas. “Democracia” que não pode ser considerada apenas como resultante de uma eleição “democrática”, dada a participação do povo nas urnas, mas também como efeito das políticas empreendidas por Lula em favor dos “deserdados”.

Segundo Canclini, a ideia de democracia associada ao direito de voto não mais dá conta da experiência política atual, pois que os cidadãos se sentem enquanto tais não nos momentos em que participam das eleições, mas nos momentos em que, por exemplo, se apropriam de meios de comunicação de massa, como a televisão e o

---

<sup>204</sup> Discurso de posse do presidente Lula, no Congresso (01/01/2007).

<sup>205</sup> Idem, idem.

<sup>206</sup> Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio - séc. XXI*. (versão do computador).

<sup>207</sup> Primeiro discurso do presidente após a confirmação de sua reeleição (In: Folha de São Paulo Online, 30/10/2006).

rádio, para reivindicarem direitos, não concedidos pelos políticos<sup>208</sup>. Portanto, para Canclini, a cidadania está associada ao consumo; não um consumo de um mercado neoliberal, mas um consumo que se apropria dos bens da “globalização” e os articula a elementos da tradição como forma de promover a cidadania.

O próprio Lula evidencia que sua vitória, em verdade, só foi possível por meio das políticas “assistencialistas”, pois que, ao “sentir seus efeitos no cotidiano”, é que o povo decidiu por ele, que se constrói e é construído como o símbolo da própria “pobreza”. Nesse sentido, se distingue de Vargas, na medida em que constrói-se como provido de uma identificação muito maior com o “povo” do que a daquele, a partir de referências as suas origens “pobres”.

Por outro lado, aproxima-se de Vargas, ao se referir às suas ações “benéficas”, voltadas para os “populares”:

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do micro-crédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular<sup>209</sup>.

Assim, Lula elabora sua figura como um político cujo olhar se direciona, por exclusividade, aos “humildes e menos favorecidos”. De forma próxima, em um de seus discursos, Vargas coloca que sua preocupação principal consiste em solucionar os problemas do “povo”: “(...) *desejo receber do povo, diretamente, os seus reclamos, ouvi-los e examiná-los, de forma a poder atender, dar solução aos problemas administrativos, os verdadeiros e legítimos interesses da coletividade*”<sup>210</sup>. Além disso, Vargas julga incluir o “povo”, ao elaborar em seu benefício leis sociais, bem como, ao instituir o salário mínimo

---

<sup>208</sup> CACLINI, Néstor Garcia. Op., cit.

<sup>209</sup> Primeiro discurso do presidente após a confirmação de sua reeleição. Cf.: (In: Folha de São Paulo Online, 30/10/2006).

<sup>210</sup> VARGAS, Getúlio. *Problemas e realizações do Estado Novo*. In: A Nova política do Brasil (V. 5), p. 167.

que “(...) deverá atender às necessidades normais de alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte de trabalhadores”<sup>211</sup>. Por tais discursos e práticas é que o Estado Novo de Vargas passa a ser considerado pela historiografia como o primeiro momento em que as ideias de nação e de povo passaram a se constituir como parte da República brasileira.

Segundo José Murilo de Carvalho<sup>212</sup>, a ideia de nação, ainda que imaginada, só veio a aparecer no Brasil após a revolução de 30, na medida em que Vargas, com uma política paternalista, construiu o discurso de que o povo passava a possuir relevância no Brasil. Contudo, a participação popular, segundo o autor, era anulada pelas medidas para o povo tomadas por Vargas, pois que esse se colocava como o protetor dos pobres e, dessa forma, não seria necessário a esses agirem por conta própria, visto que seu “pai” por eles agiria. Dessa forma, Carvalho conclui que a ideia de nação preconizada por Vargas constituiu em algo imaginado. Mais do que isso, constituiu em algo completamente inexistente e, portanto, não foi nem ao menos imaginada, visto que essa ideia pressupõe, segundo ele, um mínimo de experiência concreta.

No discurso de Lula, observamos, também, uma preocupação em argumentar como sua reeleição evidencia a consolidação da participação do “povo”, elemento por ele visto como responsável por sua vitória: “Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo”<sup>213</sup>. Elogia-se pela quantidade de votos recebidos e, assim, pela forte legitimidade de seu governo: “É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato”<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> Idem, *ibidem*, p. 171-72.

<sup>212</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>213</sup> Discurso de posse do presidente Lula, no Congresso (01/01/2007).

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*.

Lula considera que a ideia de nação em seu governo é observada não apenas na participação do povo nas urnas, mas, antes de tudo, na “inclusão social” que, segundo ele, tem ocorrido em seu governo desde o primeiro mandato e será reforçada no segundo.

Acho que esse momento nós devemos ao povo brasileiro. Sobretudo ao povo que foi incluído no patamar daqueles que já tinham conquistado a cidadania. Acho que a inclusão social de milhões e milhões de brasileiros, o acerto das coisas que o governo fez e os erros que também o governo fez permitiram que nós pudéssemos chegar no processo eleitoral mais amadurecidos (...)215.

A “inclusão social” é colocada por Lula como sinônimo de participação popular, de cidadania, donde cabe problematizar uma política “assistencialista” que, ao retirar dos brasileiros a possibilidade de eles próprios construírem seus lugares como indivíduos, mutila-os e humilha-os, excluindo-os do mundo do trabalho e colocando-os como pessoas que dependem diretamente do governo para sobreviverem. Assim, Lula se constrói como um presidente indispensável aos “pobres”, de forma semelhante ao que promoveu Vargas.

No folheto de Manoel Pereira Sobrinho, observamos uma representação de Vargas como um político desligado dos interesses dos “patrões”:

Hoje o homem é empregado [sic]  
Tem honra e honestidade  
O patrão é imbecil  
Não quer saber da verdade  
O despede sem motivo  
Mais a Lei está cativo  
Faz tudo e parte a metade  
É por isto meus amigos  
Todo rico me odêia  
E eu não estou ligando  
O pobre é quem me rodeia  
Servi, sirvo e servirei

---

215 Idem, *ibidem*.

Amei, amo e amarei  
E não farei cara feia<sup>216</sup>.

Na última estrofe, nota-se a oposição rico/pobre de forma mais acentuada, a partir de que o poeta coloca Vargas como protetor exclusivo dos “pobres”; elemento que aproxima seu discurso do lulista. A imagem, por outra parte, que o poeta visa a construir de Vargas o dissocia de qualquer vínculo com outros grupos, na medida em que trata-se de uma imagem que visa a reforçar seus elos com o “povo”. O Vargas ligado aos banqueiros internacionais e, por extensão, aos Estados Unidos, por exemplo, não aparece no folheto.

Rodolfo Coelho Cavalcante<sup>217</sup>, em folheto sobre a trajetória de Vargas, justifica sua própria morte como resultado de seu amor aos “pobres”:

No Rio Grande do Sul  
Getúlio Vargas nasceu  
Para governar a Pátria  
De acordo o modo seu  
Olhando para os humildes  
E por isso até morreu<sup>218</sup>.

O poeta verseja sobre “toda” a trajetória política de Vargas, colocando que em todos os momentos o presidente tinha como eixo de suas preocupação os “humildes”:

Durante todo período  
De Governo, o Presidente  
Amparou os oprimidos  
Socorreu a sua gente  
Foi deposto porem nunca  
Do povo viveu ausente.  
(...)  
Em trinta e sete, GETULIO  
Declarou o ESTADO NOVO

---

<sup>216</sup> SOBRINHO, Manoel Pereira. Op., cit., p. 3-4.

<sup>217</sup> CAVALCANTE, Rodolfo Coelho Cavalcante. *Nascimento, vida, paixão e morte de Getúlio Vargas*. Salvador, s/d.

<sup>218</sup> CAVALCANTE, Rodolfo Coelho Cavalcante. Op., cit., p. 01.

Embora que muita gente  
Apertou-se como um ovo  
Getulio nunca esqueceu  
Nem oprimiu i seu povo.  
(...)  
Seu pensamento vibrava  
Com mais ardente calor  
Para os pobres sem recurso  
Para o homem sofredor  
Principalmente quem fosse  
Honesto trabalhador!<sup>219</sup>

Os esforços de Vargas, pois, teriam sido todos direcionados para o bem dos pobres e dos trabalhadores. Posteriormente, o poeta coloca Vargas não apenas como defensor daqueles, mas como o próprio trabalhador, cujas ligações políticas não se davam com partidos, mas, antes de tudo, com o trabalhismo<sup>220</sup>.

Com um discurso moralista/patriota e paternalista, já que defende a instituição familiar e a pátria e, ao mesmo tempo, se coloca como o garantidor do capital a todos, Vargas se refere ao “proletariado” como um grupo de cooperadores do Estado; cooperação que, todavia, se resvala na autoridade com a qual impunha preceitos morais e nacionais:

Mas, o melhor meio de garanti-lo [dinheiro] está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família<sup>221</sup>.

Por outro lado, neste caso, pode-se observar uma postura diferente entre as políticas de Vargas e Lula, na medida em que as atitudes por esse promovidas logo no início de seu primeiro mandato (2002-2006) para a garantia de dinheiro à população estavam dissociadas da ação trabalhista. Com uma política assistencialista,

---

<sup>219</sup> Idem, *ibidem*, p. 05-06.

<sup>220</sup> Idem, *ibidem*, p. 07.

<sup>221</sup> Idem, *ibidem*, p. 98.

Lula, ao invés de criar possibilidades de emprego para os indivíduos, montou uma política que consiste na doação de bolsas-auxílio, com o discurso de que esse seria um dos caminhos possíveis para transformar o país em um espaço onde a “fome era zero”. Paralelamente, Lula articulou e vem articulando um tipo de política educacional para o Ensino Superior, em que os indivíduos recebem bolsas para estudar em universidades particulares. Ora, o direito à universidade pública parece ser completamente desrespeitado com uma política em que um dinheiro público é transferido para um espaço privado. Situação que constitui um elemento central para as dificuldades que se observa nas IFES em todo o Brasil.

Gonçalo Ferreira da Silva<sup>222</sup> constrói a figura de Vargas a partir da promoção de comparações com o presidente de seu tempo: João Figueiredo. Assim, exalta, com um tom nostálgico, o governo de Vargas como marcado pela democracia, princípio que considera inexistente em seu tempo. Inicia o folheto, com uma crítica ao político que lhe era contemporâneo e, por extensão, ao regime ditatorial dos militares, colocando que se o Brasil se encontra sob o comando de um “garrinchístico João”, antes disso, experimentou o comando de um “vulto de comprovado valor”. Esse, sim, merece a atenção do poeta. Vejamos:

Feliz daquele que pode  
Tranquilamente dizer:  
— Quando chegar minha hora  
Terei prazer em morrer  
Pois cumpri honradamente  
O meu humano dever

Sessenta e quatro nos trouxe  
Além da revolução  
Muitas palavras do tipo:  
Redemocratização,  
Inteligibilidade,  
Desburocratização...

---

<sup>222</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Getúlio Vargas (1883-1954)*, s/d.

Mas quem é o presidente  
Da nossa grande Nação?  
Um desprovido de luz,  
Um baldo de inspiração,  
Um oco de sentimentos,  
Um garrinchístico João.

Mas enquanto Figueiredo  
Nu de nobreza e de amor  
Continua o seu trabalho  
'redemocratizador'  
Vamos falar de um vulto  
De comprovado valor<sup>223</sup>.

O autoritarismo que presencia em seu tempo, portanto, leva o poeta a estabelecer um exercício de rememoração pelo qual passará a lembrar os feitos de Vargas, presidente por ele visto e construído como exemplo de democrata.

Tanto Vargas como Lula se constroem como políticos preocupados essencialmente com os "pobres", contudo observa-se nas práticas de ambos articulações com diferentes grupos, donde resalte-se os grupos ligados ao universo privado, seja os industriais, caso de Vargas, seja as empresas multinacionais, caso de Lula. Vargas, ao estabelecer um Estado corporativista, liga-se, estrategicamente, às associações de comércio, por exemplo, todavia, intervém nas mesmas diretamente, visto que se sobressai em seu governo a ideia de que cabe ao Estado intervir em todos os setores sociais para que se construa harmonia e unidade. Lemas de sua política que, nesse sentido, em muito se distancia da lulista, visto se distanciar do liberalismo econômico e defender o corporativismo estatal:

A concepção econômica do Estado Novo não é uma questão de doutrina ou de ponto de vista: é uma imposição da realidade contemporânea. E a necessidade é que faz a lei: tanto mais complexa se torna a vida no momento que passa, tanto maior há-de [sic] ser a intervenção do Estado no domínio da atividade privada. Essa intervenção, porém, deverá processar-se sempre no

---

<sup>223</sup> SILVA, Gonçalves Ferreira da. Op., cit., p. 01.

sentido do interesse público e do desenvolvimento econômico do país<sup>224</sup>.

Vargas, assim, considera relevante o apoio da “classe produtora”, contudo, para a defesa do interesse coletivo, aponta como necessário sua intervenção como “Chefe do Estado”. Vargas centraliza no Estado as decisões desde o campo social até o econômico, justificando-se com o argumento de que suas intervenções são necessárias para que os interesses individuais não se sobreponham ao coletivo. Logo, se o individualismo constitui um dos elementos centrais do neoliberalismo, que consideramos presente no governo Lula, Vargas se distancia dessa política.

Segundo Eliana Dutra<sup>225</sup>, o governo Vargas institui o Direito Corporativo a fim de garantir a união do corpo social, constituído pelo Estado e pela sociedade civil. Assim, ao Estado passa a caber a organização dos sindicatos, a criação de uma legislação trabalhista e, ao trabalhador, cabe apenas “trabalhar”, pois que não haveria necessidade de se preocupar com outras questões, com as quais seu “protetor” já estaria lidando. Donde, tem-se uma cidadania “regulada”<sup>226</sup>. Conforme José Murilo de Carvalho, tem-se, em verdade, uma “estadania” no governo de Vargas, na medida em que, *“a relação do Estado com o indivíduo era uma combinação de repressão e paternalismo. Não gerava a cidadania, no máximo criava a estadania, a incorporação ao sistema político pelo envolvimento da malha crescente da burocracia estatal”*<sup>227</sup>.

No caso de Lula, percebe-se o exercício de uma política neoliberal, característica do final do séc. XX, que o conduz a alianças com empresas privadas, exemplo que se observa no fomento às universidades privadas, a partir tanto da inserção nelas de recursos

---

<sup>224</sup> VARGAS, Getúlio. *A colaboração da classe comercial com o governo*. In: *A nova política do Brasil* (V. 5), p. 282.

<sup>225</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Op.*, cit.

<sup>226</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 324-25.

<sup>227</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Brasil 1870-1914: a força da tradição*. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 127.

públicos, como da inserção nas universidades públicas de recursos privados.

Trata-se de posturas que se constituem como parte do discurso da “inclusão social” construído pelo governo Lula. Assim como Vargas disse certa vez que “é preciso que todos recebam educação”<sup>228</sup>, Lula, com medidas que se apropriam de ideias neoliberais e que se ajustam a interesses dos “empresários da educação superior”, julga promover a educação com sua extensão aos pobres. Nesse sentido, observa-se como elabora estratégias políticas que o permitem se colocar como defensor dos ricos e dos pobres e, portanto, como defensor do Brasil.

As medidas de Lula, vistas por muitos como uma inovação na política educacional, na medida em que estariam atendendo aos interesses da população, se constituem, antes de tudo, como estratégia política, através da qual, com um discurso de “inclusão social”, o governo consegue a aliança do “povo” e da “elite” ao mesmo tempo. Fato que ficou muito claro quando de sua reeleição, para a consecução da qual os numerosos votos dos “beneficiados” das bolsas-auxílio devem ter em demasiado contribuído.

Portanto, a ideia de tradição e concepções ligadas à “globalização” coexistem em seu discurso e em suas práticas. Tem-se, pois, um governo “híbrido” que se apropria de discursos que remontam a uma tradição do *fazer* política no Brasil, já presente nas relações de amizade/solidariedade da “velha república” e, ao mesmo tempo, de discursos de uma política do final do séc. XX: o neoliberalismo.

---

<sup>228</sup> VARGAS, Getúlio. *A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola*. In: *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, s/d, p. 119.

## 8 A POESIA ENQUANTO ESPAÇO DE CIDADANIA CULTURAL

Severina Davi de Souza Neta

“A terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos” (Manoel de Barros).

Cronologicamente relacionado ao grupo dos modernistas, Manoel de Barros nasceu em Cuiabá (MT), em 1916. Mudou-se para Corumbá, onde permaneceu por um longo tempo, sendo considerado corumbaense. Atualmente, reside em Campo Grande (MS). Seu primeiro livro foi publicado no Rio de Janeiro, há mais de sessenta anos, intitulado *Poemas concebidos sem pecado*, construído artesanalmente por 20 amigos, numa tiragem de 20 exemplares e mais um, que ficou com ele. Atualmente, é reconhecido nacional e internacionalmente como um dos poetas mais originais do século e mais importantes do Brasil, além do fato de ser um escritor ainda em plena atividade. Dentre as suas obras mais conhecidas, estão: *Compêndio para uso dos pássaros* (1960), *Gramática expositiva do chão* (1966), *O livro das ignoranças* (1993), *Livro sobre nada* (1996), *Retrato do artista quando coisa* (1998), *Tratado geral das grandezas do ínfimo* (2001).

Reconhecido como um dos poetas que possui uma sensível originalidade, Manoel de Barros operou (opera) uma transformação profunda na poesia brasileira, conferindo a esta uma linguagem inovadora em que a palavra é manejada de tal forma até se transfigurar em “despalavra”. Trata-se de uma técnica poética em que o uso comum da linguagem verbal é transformado e a palavra é “arrancada” de seu estado de inércia, produzindo novas dimensões linguísticas e de significação. Caracterizada por um verdadeiro “artesanato das palavras”, sua poesia traz sintomas de decomposição/recomposição que induzem a significados inusuais, pois tal procedimento implica em realizar atos contrários. Aspecto que se confirma com o uso constante do prefixo “des”, cuja ideia de nega-

ção remonta a um deslocamento do sentido habitual das palavras, sobretudo dos verbos. Assim, sua poesia aponta para o “indizível”, com o fim de romper as fronteiras do imaginário, ou, como diz o poeta, buscar atingir os “deslimites da palavra”. Para isso, mantém uma espécie de relação “erótica” com a linguagem em que o “gozo” está presente como dimensão essencial do labor poético: “Uma palavra abriu o roupão pra mim. Ela deseja que eu a seja”.<sup>229</sup>

Embora, muitas vezes, associada à descrição do pantanal mato-grossense, a arte literária de Manoel de Barros é intrigante e suas definições não são limitadoras nem únicas, o que a distancia daquilo que comumente é chamado de poesia regional. Embora se perceba nitidamente a relação fecunda com a natureza – lesmas, ciscos, formigas, água, pássaros, árvores, lagartos, etc. –, há uma fusão desta com o homem, numa esfera que ultrapassa em demasiado as limitações de qualquer regionalismo. Isso porque, o ambiente ecológico que daí nasce é um espaço geograficamente ampliado, onde objetos como latas, pregos, vidros, toucas, fraudas, geralmente encontrados no ambiente urbano, também se dão a ver naquele espaço, provocando sua expansão e lhe conferindo um sentido plural, uma dialética explícita entre localismo e expansão.

Assim, a proposta deste artigo é discutir esses “deslocamentos” presentes na poesia barreana, evidenciando a dialética entre local/universal, oral/escrito, mudanças/permanências. Para isso, escolheu-se como objeto de estudo as obras *O livro das ignoranças* (2001) e *Livro sobre nada* (2004) por considerar-se que ambas são exemplares, verdadeiras metonímias, de todo o projeto poético do autor.

A problemática entre local e global, escrita e vocalidade, traz à tona uma relevante discussão sobre democracia, escrita e oralidade; discussão esta fundamentada menos nos paradigmas hegemônicos – escrita se sobrepondo à oralidade – e, sim, numa ênfase na diversidade e na pluralidade presentes nessa relação triádica. Verifica-se que na poesia ora analisada, na mesma medida em que se

---

<sup>229</sup> BARROS. Manoel de. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 70.

destaca um ambiente local do homem da voz, caracterizado por sentenças encadeadas e justapostas, há uma expansão que resulta na universalização deste ambiente. Situação que possibilita uma transformação sociocultural quanto à democratização desses espaços e favorece o intercâmbio entre as novas identidades que vivem esse ambiente ecológico.

A partir de um diálogo democratizador entre a escrita e as tradições orais, é possível visualizar na poética de Manoel de Barros uma busca da cidadania do sujeito da voz na dinâmica contemporânea. Ao observar-se que tal poesia descreve o cotidiano de seres que habitam um ambiente dominante ecológico, constata-se uma profunda (re)inserção do homem da voz na raiz de um local rural: o pantanal. Contudo, um pantanal da diversidade, metaforizado pela linguagem poética que mantém um diálogo constante com o universal. Ocorre, nesse processo de “enraizamento”, um intercâmbio entre o local e o global, aspecto que resultará em uma nova identidade cultural e afetará o sentimento de pertença do poeta resultante desse movimento.

De acordo com Stuart Hall<sup>230</sup>, o sujeito contemporâneo vive o “jogo das identidades”, assumindo identificações diferentes em contextos “particulares” e cambiantes; processo este resultante da globalização que induz uma deslocação daquelas identidades unificadas, típicas de cultura nacional, além de pluralizá-las, possibilitando novas identificações e tornando-as contraditórias, multiculturais. Ocorre, desta forma, uma negociação entre as culturas em que estas se traduzem no que o autor denomina de “culturas híbridas”. Tal assertiva está diretamente ligada à busca da cidadania, considerando que esse sujeito ao assumir esse “jogo”, o faz com o propósito de que sua identidade seja reconhecida (e incluída) na comunidade de forma democrática. Para isso, deve-se atentar para a subjetividade individual do sujeito e para os mecanismos utiliza-

---

<sup>230</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

dos por ele nessa busca da cidadania, ao estabelecer uma articulação com as diversas culturas.

Compartilhando um pensamento próximo ao de Hall, Néstor Garcia Canclini<sup>231</sup> afirma que no contexto contemporâneo deve-se “*pensar as identidades como processo de negociação, na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais*”<sup>232</sup>. Na poesia de Manoel de Barros o leitor se depara com um entrelaçamento de linguagens que chama a atenção para aqueles espaços escondidos, muitas vezes omitidos, por se tratar de lugares “diferenciados” que não se “encaixam” em uma dinâmica tradicional. Propõe, desta maneira, um olhar sobre a pluralidade, a exemplo do poema abaixo:

Eu hei de nome Apuleio.  
Esse cujo eu ganhei por sacramento.  
Os nomes já vêm com unha?  
Meu vulgo é Seo Adejunto – de dantes  
cabo-adjunto por servimento em quartéis.  
Não tenho proporções para apuleios.  
Meu asno não é de ouro.  
Ninguém que tenha natureza de pessoa pode  
esconder as suas natências.  
Não fui fabricado de pé.  
Sou o passado obscuro destas águas?<sup>233</sup>

Os versos iniciais apontam a descrição de um sujeito “simples”, comum, que possui um saber “particular”, aspecto que se comprova com o uso de palavras encontradas no cotidiano da fala e em situações comuns da vida diária: “Eu hei de nome Apuleio”. O sujeito se compara com o poeta clássico Apuleio e, ao mesmo tempo, rejeita essa identificação se nomeando de “vulgo Seo Adejunto”: tem-se aqui a junção do termo “vulgo”, hoje em dia comumente utilizado para tratar de um indivíduo marginalizado, enquanto que o arcaísmo “Seo Adejunto” implica um sentido secundário. Tal ex-

---

<sup>231</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad.: Maurício Santana Dias; Javier Rapp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>232</sup> Idem, *ibidem*, p. 151.

<sup>233</sup> BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 35.

pressão, ao ser incorporada ao “Apuleio”, aponta uma ideia de “hibridação de culturas”, ou seja, ao afirmar que não tem “proporções para apuleios” e que seu “asno não é de ouro”, verifica-se um rompimento da ideia de subordinação, muitas vezes estabelecida entre o sujeito da oralidade (ou da voz) e o sujeito “culto”. Há, portanto, uma preocupação em apontar que ambos, ainda que estejam alocados em saberes diferenciados, não se sobrepõem um ao outro. Pelo contrário, o “culto” e o “simples” / “popular”, convivem lado a lado, sem anular-se.

O que se pode notar, no referido poema, é uma escrituração da voz em que se busca uma possibilidade de integração ou de inclusão do sujeito que vive no ambiente da oralidade; sujeito que, algumas vezes, é deslocado da sociedade pelo fato de não possuir um saber que segue os padrões da cultura letrada, aspecto que interfere na busca da cidadania dos “Apuleios”. A poesia de Manoel de Barros problematiza a discussão sobre os dois modos de alcançar essa cidadania: o lugar da escrita e o lugar da voz e a correlação desse duplo caminho com o local e o universal. Esse processo se verifica com a presença constante de indícios da voz que se agregam à estrutura da escrita, com o propósito de dialetizar os dois caminhos: escrito-universal e oral-local, apontando que o último é também um meio de inclusão e, conseqüentemente, da conquista de cidadania de forma democrática, em que a individualidade e a diversidade, tanto do sujeito quando do ambiente, são evidenciadas. Sobre essa questão, Canclini aponta que:

A cidadania não está apenas voltada para os direitos reconhecidos pelos órgãos estatais aos indivíduos de um território, mas com as práticas sociais e culturais que dizem respeito ao sentido de pertencimento e fazem com que sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades.<sup>234</sup>

Essa articulação entre local e global, oralidade e escrita implica no surgimento de novas paisagens, caracterizadas por intera-

---

<sup>234</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. Op., cit.

ções e transações múltiplas onde as relações cotidianas dos seres que nelas habitam são valorizadas e interferem nas questões relacionadas à cidadania. Ocorre, nesse processo, uma interconexão generalizada, uma confluência de culturas com o fim de alcançar um ponto de reconciliação. Canclini acrescenta que a cidadania deve ser “repensada em conexão com o consumo e como estratégia política”; para isso, defende o conceito de “cidadania cultural” em que a preocupação está não somente “em relação aos direitos à igualdade”, mas também (e porque não dizer principalmente) “em relação aos direitos à diferença”<sup>235</sup>.

Nesta perspectiva, o reconhecimento da(s) identidade(s) do sujeito contemporâneo e, por conseguinte, o exercício de sua cidadania, estão diretamente interligados com a apropriação de bens de consumo; apropriação esta que inclui o domínio da escrita fonética, visto que os efeitos da globalização, os avanços tecnológicos e as novas formas de comunicação demandam dos indivíduos um conhecimento mais amplo dos mecanismos que compõem o cenário contemporâneo. Por outro lado, todo esse contexto predominantemente escritural não exclui a presença da oralidade que aparece ao lado da escrita, constituindo um ambiente fragmentado que reforça as formas heterogêneas de pertencimento.

Em se tratando da poesia de Manoel de Barros, percebe-se essa tensão entre oralidade e escrita, ruralidade e urbanidade, arcaísmos e neologismos, elementos que se articulam às ideias de tradição e modernidade, visto que o rural é associado à primeira, ao passo que o urbano ao moderno se associa. Acrescente-se a isso o fato de não obedecer a determinadas normas sintáticas, resultando em uma multiplicidade de sentidos e rompendo a visão dicotômica entre escrita e oralidade, como apontam os versos adiante:

*Elegia de Seo Antônio Ninguém*

Sou um sujeito desacontecido.  
rolando borra abaixo como bosta de cobra.

---

<sup>235</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. Op., cit.

Fui relatado no capítulo da borra.  
Em aba de chapéu velho só nasce flor taciturna.  
Tudo é noite no meu canto.  
(Tinha a voz encostada no escuro. Falava putamente.)  
Estou sem eternidades.  
Não tenho mais cupidez.  
Ando cheio de lodo pelas juntas como os velhos navios naufragados.  
Não sirvo mais pra pessoa.  
Sou uma ruína concupiscente.  
Crescem ortigas sobre meus ombros.  
Nascem goteiras por todo o canto.  
Entram morcegos aranhas gafanhotos na minha alma.  
Nos lepramentos dos rebocos dormem baratas torvas.  
Falo sem alamares.  
Meu olhar tem odor de extinção.  
Tenho abandonos por dentro e por fora.  
Meu desnome é Antonio Ninguém.  
Eu pareço com nada parecido.<sup>236</sup>

O título do poema sintetiza as atribuições dirigidas a “Antônio Ninguém”. A partir do uso de neologismos, adjetivos e arcaísmos, tem-se a descrição de um sujeito “sem valor”. Logo nos versos iniciais, isto é evidenciado quando comparado à “bosta de cobra” que vai “rolando borra abaixo”. Note-se esse “desvalor” atribuído a “Antônio Ninguém” ao longo de todo poema em que aquele é reforçado por cada frase seguinte, atingindo o clímax nos versos finais “*Meu desnome é Antonio./ Eu pareço com nada parecido*”. Deve-se ressaltar que ao ler os primeiros versos, logo vem a mente uma semelhança com a estrutura da oralidade, marcada por frases completas e ideias coordenadas. Pode-se considerar a palavra aqui como problematização da própria escrita. Para isso, o poeta “inventa” termos do tipo “desacontecido”, “putamente”, “lepramentos”,

---

<sup>236</sup> BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 79.

“desnome”; invenção que subverte a tradição poética e possibilita o retorno da voz ora representada na performance de um sujeito “abandonado por dentro e por fora”, “desnomeado”.

No entanto, deve-se assinalar que o poema segue um modelo tradicional, além de sua autoria ser de um poeta renomado que faz parte do campo literário que, na mesma medida em que confirma seus “laços” com uma tradição da escrita poética que remonta aos clássicos, estabelece uma série de mudanças e “desvios” que “modernizam” a poesia. Decorre disso tudo, a impossibilidade de estabelecer uma dissociação entre a cultura escrita e a cultura oral no contexto contemporâneo, pois sabe-se que aquela é condição primordial para se incluir nesse contexto. Todavia, não se pode negar que alguns textos literários ainda apresentem a estrutura da oralidade que o medievalista Paul Zumthor<sup>237</sup> denomina de “oralidade segunda”. Trata-se daquela que é indissociável da escrita fonética, que se sobrepõe à voz no uso e no imaginário do leitor e do escritor.

Disto isto, constata-se que a escrita contempla a inclusão do sujeito e, conseqüentemente, a cidadania, porém não anula o outro caminho: o da busca da cidadania do indivíduo que vivencia em um ambiente da oralidade ou daquele(s) que vive(m) no beco, como demonstra Manoel de Barros no poema seguinte:

*Um filósofo de beco*

Bola-Sete é filósofo de beco.  
Maribondo faz casa no seu grenho – ele nem zine.  
Eu queria fazer a biografia do orvalho – me disse.  
E dos becos também.  
É preciso refazer os becos, Senhor!  
O beco é uma instituição que une o escuro do homem  
com a indigência do lugar.  
O beco é um lugar que eleva o homem até o seu melhor  
aniquilamento.

---

<sup>237</sup> ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Um anspeçada, amigo meu, de aspecto moscal, só encontrou a salvação nos becos.

Antoninha-me-leva era Eminência nos becos de Corumbá.

Senhor, quem encherá os bolsos de guimbas, de tampinhas de cerveja, de vidrinhos de guardar moscas - senão os tontos de beco?

E quem levará para casa todos os dias de tarde a mesma solidão - senão os doidos de beco?

(Algum doido de beco me descende?).<sup>238</sup>

Nota-se, nos versos acima, um destaque ao “beco” e todo o sentido de diversidade que nele se traduz, donde suas funções são minuciosamente descritas e justificadas de forma sarcástica. Infere-se, neste sentido, que o beco simboliza o saber marginalizado que não se encaixa numa “cultura tradicional” e, dessa forma, é excluído. Todavia, o poeta atribui um sentido de grandeza a esse local de maneira “filosófica”, onde “Bola-Sete é filósofo de beco” e o descreve como “uma instituição que une o escuro do homem com a indigência do lugar” e acrescenta que “O beco é um lugar que eleva o homem até o seu melhor aniquilamento”. Tem-se, portanto, ideias de oposição, visto que o sentido usual de beco é de um local tipicamente urbano, de pouco valor, geralmente evitado por pessoas “cultas” e comumente frequentado por “tontos”, por “doidos”. Desse modo, ocorre uma ressemantização do conceito de beco que adquiriu um significado mais elevado e, porque não dizer eminente, o que remonta mais uma vez o deslocamento do local para o global proposto na referida poesia, conseqüentemente, dialetiza os conceitos de próprio e de alheio. Acerca desse dualismo, Canclini argumenta que na contemporaneidade é impossível estabelecer uma separação rígida entre ambos tendo em vista que a globalização promoveu amplas aberturas econômicas e culturais entre as nações. Para ele, “Agora o que se produz no mundo todo está aqui e é difícil saber o que é próprio”<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> BARROS, Manoel de. Op. cit. p. 81.

<sup>239</sup>CANCLINI, Nestor Garcia. Op., cit. p. 22.

Na poesia de Manoel de Barros há, sobretudo, uma preocupação em estabelecer uma mediação entre as diversas culturas, apontando as particularidades de cada uma e suas interconexões. A presença do “beco”, no poema acima, simboliza a necessidade de desconstruir as teses convencionais que dissociam cultura oral e cultura escrita, local e global, identidade e cidadania; o que implica em uma reformulação da convivência entre os indivíduos, considerando que a clássica definição de identidade – fixa e imutável – já não mais se adequa ao contexto contemporâneo, onde não prescinde a dissociação entre local e universal. Sendo assim, cabe a ideia de “hibridização cultural”, defendida por Canclini, segundo a qual elementos diversos de culturas distintas se mesclam, resultando em uma identidade “poliglota”, “multiétnica”. O estudioso dar seguimento a essa questão, enfatizando que:

Estudar o modo como estão sendo produzidos as relações de continuidade, ruptura e hibridização entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos, do desenvolvimento cultural é, hoje, um dos maiores desafios para se repensar a identidade e a cidadania.<sup>240</sup>

Desta forma, os conceitos de identidade e cidadania ultrapassam delimitações regionais, folclóricas, geográficas, linguísticas, devendo ser situados em uma visão multicontextual e multidisciplinar. Entretanto, a dissociação por completo das tradições não ocorre, visto que o valor ao local e à tradição não exclui a relação do indivíduo com o global e com o moderno. Tais aspectos também são defendidos por Armand Mattelart<sup>241</sup>, ao apontar que “*não há cultura sem mediação, não há identidade sem tradução. Cada sociedade retranscreve os signos nacionais, adapta-os, reconstrói, reinterpreta-os, reterritorializa-os, ‘ressemantiza-os’*”<sup>242</sup>. O autor acrescenta que esse processo provocará uma reconfiguração de novas paisagens em

---

<sup>240</sup>CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p.151).

<sup>241</sup>MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Trad.: Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola, 2005.

<sup>242</sup> Idem, *ibidem*, p. 98.

diversas esferas sociais, administrando a diversidade do local e do global. Sugere o termo “glocalização” para tratar da dialética existente esses dois campos, onde ocorre uma articulação entre os territórios locais sob o efeito do global, resultando em uma dinâmica universal caracterizada pela heterogeneidade. Além disso, ocorrerá uma reconceitualização das formas de valores em decorrência da inclusão proporcionada pelo diálogo democratizador entre a escrita e as tradições orais e interferindo na subjetividade individual dos agentes que dialetizam esses campos.

Neste sentido, constata-se que nos poemas de Manoel de Barros há um rompimento das fronteiras entre as tradições orais e a cultura escrita. Os indícios de oralidade, presentes naqueles, resgatam a inter-relação entre os dois saberes, propondo um diálogo constante entre ambos de forma democratizadora. Ao destacar as singularidades do sujeito da voz, os poemas mostram uma cidadania possível no universo contemporâneo. Isso implica que ambas – escrita e oralidade – não podem ser dissociadas, ainda que se tratem de saberes que possuem marcas específicas que os distinguem um do outro. Saberes que, contudo, estão em diálogo constante.

## SOBRE OS AUTORES

**BRANDÃO, Ivone Agra.** Graduada e Mestre em História pela UFCG. Integrante do grupo de *Estudos Culturais*, CNPq-Plataforma Lattes. Desenvolve estudos na área de cultura popular em projeto sobre Câmara Cascudo.

**CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa.** Graduada e Mestre em História pela UFCG, Integrante do grupo de *Estudos Culturais*; Doutoranda em Ciências Sociais pela UFCG. Desenvolve estudos na área de História Antiga e Moderna e Sociologia Política.

**FARIAS, Elton John da Silva.** Graduado e Mestre em História pela UFCG; Integrante do grupo de *Estudos Culturais*, CNPq-Plataforma Lattes. Desenvolve estudos na área de História e Música.

**FIGUEIREDO, Jean François de.** Graduado em História pela UFCG, tendo defendido a monografia *Inventando uma crença: usos e representações locais sobre a Cruz da Menina*. Mestre em História pela UFCG.

**LIMA, Marinalva Vilar de.** Professora das áreas de História antiga e medieval da Unidade Acadêmica de História e Geografia; Doutora e Pós-Doutora em História Social pela USP; Mestre em História do Brasil pela UFPE; Líder do grupo de Estudos Culturais da UFCG; Professora dos programas de Pós-graduação em História e em Ciências Sociais da UFCG. Desenvolve estudos na área de História antiga e medieval e cultura popular.

**NETA, Severina Davi de Souza.** Graduada no curso de Licenciatura em Letras; Especialista em Literatura e Estudos Culturais da UEPB.

**RAMOS, Helmano de Andrade.** Graduado em História pela UFCG; Mestre em Desenvolvimento Regional pela UEPB. Desenvolve estudos na área de História das prisões.

**RAMOS, Gilmária Severiano.** Graduada em História pela UFCG; Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Doutoranda pela UFSC. Desenvolve estudos na área de gênero e feminino.

RDS GRÁFICA E EDITORA LTDA.  
FORTALEZA - CE  
TIRAGEM: 300 exemplares  
TIPOGRAFIA : Book Antiqua (textos)  
Adobe Arabic (títulos)  
FORMATO: 16x23 cm  
PAPEL DO MIOLO: Offset 70 g/m<sup>2</sup>  
PAPEL DA CAPA: Cartão tríplex 250 g/m<sup>2</sup>  
LAMINAÇÃO DA CAPA: Fosco  
NÚMERO DE PÁGINAS: 144  
ACABAMENTO: Encadernado e colado

---

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCCG

